



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XII Legislatura

Número: 12

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** foram apresentados diversos votos.

- **Voto de Congratulação pelos 50 anos de existência do Grupo Ilha Verde**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, usou da palavra o Sr. Deputado Francisco César (*PS*), tendo-se seguido a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela conquista da Menção Honrosa no Prémio Nacional da Paisagem de 2020 atribuído às Fajãs de São Jorge**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação a Carlos Alberto de Meneses Moniz, pelos seus 50 anos de carreira**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Paulo Gomes, tendo posteriormente usado da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Soares para fazer a apresentação do voto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos da Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a apresentação do Sr. Deputado Rui Espínola e da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

- **Voto de Congratulação ao Futebol Clube da Calheta pela conquista do título de Campeão Regional de Seniores Masculinos em Voleibol, na época 2019/2020**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, à qual seguiram-se as intervenções da/os Sras./Srs. Deputadas/os Maria Isabel Teixeira (*PS*), Paulo Silveira (*PSD*) e Nuno Barata (*IL*), tendo-se seguido a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Protesto pelo não cumprimento da Lei n.º 70/2020 de 11 de novembro, que prevê a implementação de um Programa Especial de Apoio Social aos ex-trabalhadores da COFACO**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Marco Costa e das intervenções dos Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima

(BE), Miguel Costa (PS), Paulo Estêvão (PPM) e Nuno Barata (IL), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto ao Governo da República pelo incumprimento do compromisso firmado entre o Ministério da Ciência e Ensino Superior e a Universidade dos Açores, sob patrocínio do Governo Regional, em fevereiro de 2020, e bem assim pelo contínuo subfinanciamento daquela instituição de ensino superior**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, à qual seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados Vasco Cordeiro (PS), António Lima (BE), Pedro Neves (PAN) e Paulo Estêvão (PPM), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José Alberto Tavares**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, usou da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (CDS-PP), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do distinto cidadão Vicente Borges de Sousa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra sobre o voto o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, para fazer a leitura do mesmo, e os Srs. Deputados Vílson Ponte Gomes (PS) e Nuno Barata (IL).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Lemos Macedo da Silva**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, usaram da palavra a Sra. Deputada Ana Luís (PS) e o Sr. Deputado Rui Martins (CDS-PP), tendo de seguida o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel de Medeiros Canito**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Flávio Soares, tendo usado da palavra a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Na **Agenda da Reunião** foram apresentadas e debatidas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII – “Cria o “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde”**, pelo Sr. Deputado Pedro Pinto do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

- **Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XII – “Regime dos Requerimentos Parlamentares”**, pelo Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, assinado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

- **Eleição do Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores**, tendo sido eleito o Dr. Gualter Furtado.

- **Projeto de Resolução n.º 20/XII - “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que diligencie junto da Segurança Social a criação de Moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado José Pacheco, usaram da palavra para participar no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os António Vasco Viveiros (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*CH*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 6/XII - “Cria a Comissão Eventual COVID-19”**,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Ana Luís, usaram da palavra para participar no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Ana Quental (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Gil Borges (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado António Lima (*BE*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

- **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Paulo Alberto Bettencourt da Silveira possa prestar depoimento na qualidade de Testemunha**, o qual foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII - “Programa de Apoio Extraordinário às Empresas de Comunicação Social Privada”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Iniciou-se o debate com a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado Berto Messias, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*) e ainda o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 02 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos iniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Marta Àvila de Matos

Miguel António Moniz da Costa

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Gil Alberto Medeiros **Borges**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos e como foi deliberado na Conferência de Líderes o Governo dispõe para este

período de 20 minutos; o Partido Socialista de 48 minutos; o PSD de 40 minutos; o CDS-PP dispõe de 16 minutos; o Chega, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem cada de 12 minutos; a Iniciativa Liberal e o PAN dispõem de 10 minutos cada.

Vamos iniciar com os votos.

O primeiro é apresentado pelo PSD. É um Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo Ilha Verde.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO CONGRATULAÇÃO

50 anos do grupo Ilha Verde, um exemplo de inovação, empreendedorismo e resiliência

O Grupo Ilha Verde, com sede na Ilha de São Miguel, comemorou no passado dia 12 de fevereiro de 2021, 50 anos de existência, data esta que assinalámos com o intuito de reconhecer o papel preponderante que a sua atividade comercial tem tido no desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.

Desde o longínquo ano de 1971 que o Grupo Ilha Verde é um exemplo de dinamismo empresarial e de gestão rigorosa que conduziu o grupo ao estatuto de um dos mais sólidos dos Açores, através da sua presença em todas as nossas Ilhas.

Fundado por Antero Rego e esposa Lucília Rego, o Grupo Ilha Verde é, desde a primeira hora, uma bandeira da inovação e do espírito empreendedor do empresariado das nossas Ilhas, e um exemplo de como se deve investir e trabalhar em setores de atividade económica que careciam de oferta de produtos

e serviços, que, simultaneamente, se mostraram essenciais para a promoção turística do nosso Arquipélago.

Passando pela atividade de rent-a-car e comercialização de várias marcas de viaturas automóveis, bem como, pela abertura de uma escola de condução - responsável pelo encartamento de milhares de condutores açorianos - o Grupo Ilha Verde detém uma imagem de credibilidade assente nos muitos sucessos alcançados ao longo de todos os anos da sua existência.

Numa época marcada pelas emergências da nova economia, da era do digital, ao que se junta a situação pandémica adversa, o Grupo Ilha Verde soube preservar e manter a sua imagem de marca e de qualidade num mercado concorrencial cada vez mais forte, demonstrando a sua resiliência basáltica e a estratégia assertiva de investimento, fatores que contribuíram para a sua cada vez maior consolidação na economia dos Açores.

A sua presença no mercado regional reveste-se de enorme importância na criação e manutenção de mais de duas centenas e meia de postos de trabalho, na geração de liquidez, mas também pela importante divulgação turística que faz da Região Autónoma dos Açores por este mundo fora.

De igual forma, o Grupo Ilha Verde ao longo da sua existência participou em diversas ações de solidariedade social, contribuindo, assim, para minorizar as dificuldades de muitos cidadãos e instituições, salientando-se a última realizada em dia do seu aniversário com a entrega de uma viatura ao Grupo de Amigos dos Cuidados Paliativos do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, com o objetivo de facilitar a prestação de cuidados mais ajustados às necessidades dos doentes e familiares.

Assumindo um inegável compromisso de futuro, quer ao nível da criação de novas áreas de negócio, mas sobretudo do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, o Grupo Ilha verde subscreveu recentemente a Cartilha da Sustentabilidade dos Açores, obrigando-se a implementar um conjunto de

medidas com o objetivo de posicionar a nossa Região Autónoma como destino sustentável de excelência a nível global.

Deste modo, é da mais justa oportunidade congratular o Grupo Ilha Verde pelo seu inquestionável percurso de sucesso empresarial, atualmente dirigido por Luís Rego; Fátima Rego Ponte; Lucília Rego Andrade; Graça Rego Ferreira e Antero Eduardo Rego.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emite o presente Voto de Congratulação pelos 50 anos de existência do Grupo Ilha Verde, e determina que se dê conhecimento do mesmo aos seus órgãos sociais.

Horta, Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola, António Vasco Viveiros e Elisa Sousa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, se faz favor.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto.

Este voto congratula, e bem, os 50 anos do grupo Ilha Verde, um grupo que é uma referência empresarial para a ilha de São Miguel pelo seu trabalho, pela sua presença e por tudo aquilo que fez nos últimos 50 anos, quer seja no ramo automóvel, quer seja no ramo turístico.

Aliás, o reconhecimento disto mesmo foi feito por esta Assembleia quando deu uma comenda ao fundador do grupo Ilha Verde, ao Sr. Antero Rego. Daí o Partido Socialista se associar e dar os parabéns ao grupo Ilha Verde pelos seus 50 anos de existência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos ao próximo Voto de Congratulação. É apresentado pelo CDS-PP, “Prémio Nacional da Paisagem 2020 atribuído às Fajãs de São Jorge”.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, se faz favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Prémio Nacional da Paisagem de 2020 atribuído às Fajãs de São Jorge

As conhecidas Fajãs da Ilha de São Jorge são mais de setenta, pequenos deslizamentos de terra junto ao mar que formam pedacinhos de terra habitável e que constituem um património natural e cultural único.

Este património faz parte da promoção turística da Região como destino de Natureza, e deve continuar a ser potencializado, pois é algo que distingue a Ilha de S. Jorge como um lugar único.

De salientar os inúmeros trilhos pedestres, alguns já classificados, e muitos outros ainda por classificar, mas que atraem a maioria dos turistas e locais que os visitam e que constantemente começam ou acabam nas Fajãs.

Desde março de 2016 que as Fajãs de São Jorge passaram a integrar a Reserva da Biosfera da UNESCO, entre elas encontra-se a Fajã dos Cubres que já era detentora do estatuto de Zona Húmida de importância Internacional e já era integrada na Rede Natura 2000, assim como a Fajã da Caldeira de Santo Cristo, o ex-libris das fajãs, um dos locais mais belos e únicos dos Açores devido ao seu ecossistema lagunar de interesse peculiar.

Em 2017, a Fajã dos Cubres é eleita como uma das 7 maravilhas de Portugal – Aldeias, sendo ainda a vencedora na categoria de “Aldeias do Mar”.

Em 2020 as Fajãs de São Jorge voltam a ser distinguidas com uma menção honrosa no Prémio Nacional da Paisagem 2020, no contexto da terceira Conferência Nacional de Arquitetura e Paisagem que se realizou dia 4 de dezembro de 2020.

Esta candidatura foi promovida pelo Governo dos Açores, através da Direção Regional do Ambiente, tendo sido uma das quatro gratificadas entre os vinte e cinco projetos de todo o país.

Este projeto é uma iniciativa do Ministério do Ambiente, e preza a divulgação das boas práticas territoriais, a valorização do território através da Paisagem e da sua gestão, assim como a forma como as ações são produtoras de identidade e de qualidade de vida.

Assim, a segurança dos valores naturais, paisagísticos e culturais nas Fajãs, a forma como os Jorgenses cuidam destes pequenos pedaços de terra, foram fundamentais para que as Fajãs na Ilha de São Jorge fossem distinguidas com mais este prémio.

Esta distinção obtida promove e prestigia os Açores e a Ilha de São Jorge.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação do seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista da Menção Honrosa no Prémio Nacional da Paisagem de 2020 atribuído às Fajãs de São Jorge, reconhecendo este património cultural e natural único, meio fundamental para a projeção da Ilha e impulsionador de criação de riqueza.

Deste voto deve ser dado conhecimento às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta, ao Conselho de Ilha de São Jorge e às Juntas de Freguesia daquela Ilha.

Horta, sala das sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa da ALRAA)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão das nossas fajãs, que já foram aqui também objeto de outro voto, vamos também nos associar a este voto, o Grupo Parlamentar do PSD, porque como já referi anteriormente as fajãs são o nosso “ex-libris”, têm sido galardoadas, têm recebido prémios, mas são pedaços de terra com muita história, com muita cultura e marcam muito o que é, neste caso, ser jorgense. São Jorge sem as suas 70 fajãs não seria a ilha que é. Por isso, queria deixar aqui mais uma vez esta frase que acho que é fundamental para nós: temos a

responsabilidade e cabe-nos a todos nós manter e preservar as nossas fajãs e darmos o nosso contributo para que elas continuem a ser um fator de promoção da nossa Região.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos passar ao próximo voto de congratulação. É apresentado pelo PSD, pelos 50 anos de carreira de Carlos Alberto Meneses Moniz.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50 anos de carreira de Carlos Alberto de Meneses Moniz

Carlos Alberto de Meneses Moniz nasceu na Ilha Terceira a 2 de agosto de 1948. É considerado um dos artistas mais completos de Portugal, tendo construído durante os últimos 50 anos um brilhante percurso como músico, compositor, maestro, interprete de canções, apresentador e ator.

Com mais de 500 canções compostas, é um dos maiores divulgadores da música açoriana.

Autor e intérprete de músicas para crianças, compôs mais de 200 canções originais para programas infantis e juvenis da Rádio Televisão Portuguesa.

Tem igualmente dedicado particular atenção ao teatro, colaborando como autor, arranizador e diretor musical.

São da sua responsabilidade as “bandas sonoras” de várias produções para cinema e televisão, sendo também autor de jingles publicitários e arranjos para quase toda a produção discográfica e televisiva.

Além de autor, assina com regularidade os arranjos e a direção musical de outros intérpretes portugueses.

Ao longo de 30 anos foram vários os trabalhos em parceria com José Jorge Letria, com destaque para o disco “Rua dos Navegantes”, ao qual foi atribuído o prémio “Casa da Imprensa”, e a cantata intitulada “Macau um Sonho Oriental”, subordinada ao tema da presença dos portugueses no Oriente.

A nível da composição e orquestração, venceu prémios em vários concursos.

Em 1990 na cidade de Zagreb e em 1992 na cidade de Malmo, foi o orquestrador e diretor de orquestra da canção representante de Portugal no Festival Eurovisão da Canção.

Na estação televisiva TVI, exerceu durante dois anos o cargo de Consultor para a Programação Infantojuvenil e manteve durante 17 meses o programa diário “A Casa do Tio Carlos”.

Em setembro de 1994 regressou à estação televisiva da RTP como apresentador e compositor do programa “Arca de Noé”.

De outubro de 1998 a março de 2004 mantém na Radiodifusão Portuguesa – Antena 1, um programa semanal intitulado “Perto do Coração”.

Entre 1983 e 1991, e mais tarde entre 2011 e 2018, foi membro da direção da Sociedade Portuguesa de Autores.

Em 1997 recebeu o Prémio Prestígio da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.

Lançou em 1999 “Clássicos Açorianos”, um trabalho de registo da música tradicional açoriana e que Carlos Pinto Coelho considerou como “...seguramente um dos discos do século em Portugal”.

De 2000 a 2004 foi eleito Presidente da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Músicos.

Recebeu em abril de 2000 a Medalha de Mérito Municipal da Praia da Vitória e em junho de 2000 a Medalha de Cidadão de Mérito de Angra do Heroísmo.

Em parceria com o poeta e escritor Terceirense Álamo Oliveira, compôs a cantata “Morte que mataste Lira”, levada à cena no Teatro Angrense pelo grupo de teatro “Alpendre”.

Em 10 de junho de 2003 foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem de Mérito, por sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

No mesmo ano lançou o CD “Herdeiros da Maresia”, com 16 poemas açorianos.

Manteve de novembro de 2004 a outubro de 2006, um programa intitulado “Casa dos Açores”, transmitido em direto para a RTP-Açores e RTP-Internacional.

Em janeiro de 2007 lançou um CD dedicado à defesa do ambiente intitulado “Um gesto pela Terra”.

Finalizou o ano de 2008 com o êxito “Cantata para Angra do Heroísmo – Cidade Património Mundial”, a partir de um libreto original de Álamo Oliveira, com composição musical sua, orquestração e direção de orquestra sua.

Em parceria com Álamo Oliveira, e desde 1974, compôs mais de uma centena de Marchas de São João.

Em 2012 recebeu a Insígnia de Mérito Regional, do Governo Regional dos Açores.

No início de 2014 lançou o livro\CD, “Resistir de Novo” comemorando os 40 anos do 25 de abril.

Em dezembro de 2020 foi apresentado no Salão Preto e Prata do Casino Estoril, o seu mais recente trabalho como compositor e intérprete “O Amor Virá Mais Tarde”, numa cerimónia onde foi exibido um vídeo enviado por Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, para exaltar os 50 anos da sua carreira.

Terminou recentemente a 2ª Temporada do programa televisivo “Língua Mãe” dedicado à língua portuguesa em todas as suas formas de expressão no mundo lusófono.

Foi autor do Hino da Ética Desportiva; Hino do Sport Clube Praisense; Hino do Instituto de Apoio à Criança; Hino dos Pioneiros; Hino do Vinho Verde dos Biscoitos; Hino da Academia do Bacalhau da Horta; Hino das crianças da Voz do Operário; Hino “Amigas do Peito; Hino da Confraria da Alcatra da ilha Terceira; Hino dos Veteranos da ilha Terceira e o Hino do Envelhecimento Ativo.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de fevereiro de 2021, a aprovação de um voto de Congratulação a Carlos Alberto de Meneses Moniz, pelos seus 50 anos de carreira.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento a Carlos Alberto de Meneses Moniz.

Horta, Sala de Sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Marco Costa e Paulo Gomes

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, se faz favor.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Peço a palavra para em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista associar este grupo parlamentar a este voto, reconhecendo os 50 anos de carreira do Carlos Alberto Moniz que, além de todo o talento e de toda a qualidade cultural e musical que tem espalhado pelos quatro cantos do mundo, nunca se fretou também a ser um importante embaixador dos Açores no âmbito da sua atividade e também sempre esteve disponível e sempre mostrou grande disponibilidade para estar perto e manter fortes ligações com a nossa Região e com várias dinâmicas culturais e associativas na nossa Região, particularmente na ilha Terceira. Destaco, por isso também, o parágrafo, na página três deste voto, relativamente às organizações a que o Carlos Alberto Moniz, de forma totalmente gratuita, emprestou o seu talento, fazendo e criando os seus hinos e um conjunto de músicas simbólicas que assinalam também a identidade destas instituições onde, permitam-me que destaque, o hino do Sport Club Praisense. Obviamente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto, desejando ao Carlos Alberto muita saúde para que continue pelo menos por mais 50 anos.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): V. Exa. é um grande apreciador de Carlos Alberto, sobretudo quando era vereador na Câmara da Praia da Vitória, comprava os CDs todos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também apresentado pelo PSD aos 25 anos da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Tem a palavra, para a sua apresentação, o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

A Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo abriu as suas portas a 5 de fevereiro de 1996, tendo como objetivo colmatar lacunas existentes na formação de candidatos ao mercado de trabalho, sobretudo nos recursos humanos qualificados nas áreas sociais.

A sua acreditação como entidade formadora aconteceu no ano anterior, pela então Direção Regional do Emprego, fazendo surgir uma nova oferta na área da educação e formação, destinada à população jovem.

A sua atividade começou com a lecionação do curso de Nível III, Animador Sociocultural – Assistente Familiar.

As competências e os perfis de cada curso nortearam uma atividade formativa humanizada, apelando à exigência e ao trabalho e corresponsabilizando alunos e encarregados de educação no sucesso do seu percurso.

Assistiu-se depois a uma diversificação do público-alvo inicial, passando a escola a ministrar formação a adultos desempregados, através dos programas “Intensivo” e, posteriormente, “Reativar”, numa abertura articulada com a

Agência para a Qualificação Profissional e Emprego de Angra do Heroísmo, de acordo com as habilitações e o perfil dos inscritos.

Disponíveis estão hoje os Cursos Profissionais de Nível IV para jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos, e detentores do 3º Ciclo do Ensino Básico.

Aquela escola relevou o Ensino Profissional, enquanto subsistema do sistema de ensino, então em expansão no nosso país e nos Açores, e que se tornou inegavelmente uma alternativa ao ensino regular, bastante apelativa e com significativa procura nos Açores.

Um modelo de ensino com aspetos inovadores, onde os alunos são formandos, os professores são formadores, as aulas são sessões de formação, e onde existe a formação prática, que acontece em contexto de trabalho.

Os seus primeiros anos de funcionamento apresentaram projetos educativos intimamente ligados à missão social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, destacando-se as áreas da animação sociocultural e geriátrica, com muitos formandos a integrarem os próprios quadros daquela Misericórdia e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social da Ilha Terceira e dos Açores.

Nestes 25 anos, teve formandos da Terceira, da Graciosa, de São Jorge, do Pico, do Faial e das Flores, tendo-se verificado a frequência de alguns cursos por jovens de Cabo Verde, ao abrigo de um Protocolo dinamizado pelo Consulado de Cabo Verde nos Açores.

A Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo já teve oferta formativa em áreas como ambiente, saúde, comércio, turismo, vendas, higiene e segurança no trabalho, tecnologias da informação e comunicação, secretariado, serviços jurídicos, produção agrária e marketing.

Promoveu até hoje 67 cursos, certificando 873 jovens formandos, num percurso onde deve ser destacado o papel do Professor António Marcos, anterior

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e, por inerência, Presidente do Órgão Executivo da Escola.

Em palavras recentes, o atual Provedor, Dr. Bento Barcelos, salientou a entrega de todos os profissionais docentes, dos administrativos e auxiliares, e daqueles que são a razão da existência de qualquer Escola, os seus formandos.

Com a sua Escola Profissional, a Misericórdia de Angra foi, ao longo destes 25 anos, um agente de desenvolvimento local e regional. Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pelos 25 anos da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Desse voto deve ser dado conhecimento à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e aos responsáveis técnicos por aquele Estabelecimento de Ensino Profissional. Disse.

Horta, Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, Luís Soares, João Bruto da Costa, Rui Espínola e Marco Costa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos passar ao próximo Voto de Congratulação, que é apresentado pelo PSD, pelos 25 anos da Escola Profissional da Praia da Vitória. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola.

Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos da Escola Profissional da Praia da Vitória

No passado dia 16 de outubro de 2020, a Escola Profissional da Praia da Vitória celebrou o seu 25.º aniversário.

Na origem da atual Fundação de Ensino Profissional esteve a Escola Profissional da Câmara Municipal da Praia da Vitória, criada em 1995 por contrato programa celebrado entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Câmara Municipal da Praia da Vitória, entidade promotora da instituição.

Funcionou então como uma resposta à situação educativa existente, projetando o Ensino Profissional na ilha Terceira e na Região, e tornando-se uma alternativa ao ensino regular, com um modelo que se foi aperfeiçoando ao longo dos anos.

A aplicação de nova legislação determinou, no início do novo século, a perda de personalidade jurídica das Escolas Profissionais, que tiveram de passar, obrigatoriamente, a estar integradas noutra entidade.

Foi essa a base da criação da Fundação de Ensino Profissional da Praia da vitória, como Pessoa Coletiva de Direito Privado e Tipo Fundacional, sem fins lucrativos, que se tornou então a entidade proprietária da Escola Profissional da Praia da Vitória.

A Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória recebeu da Escola Profissional da Câmara Municipal da Praia da Vitória uma herança de prestígio e historial de sucesso formativo, conferindo-lhe grandes responsabilidades e um papel importante na comunidade.

A sua atividade tem contribuído para a formação integral de jovens, proporcionando-lhes preparação adequada para um exercício profissional qualificado e preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional.

Assumiu assim um papel abrangente como veículo de valorização dos recursos humanos ao nível da formação de técnicos intermédios necessários à modernização empresarial e organizacional do Mundo de Trabalho e ao desenvolvimento sociocultural do Concelho, da Ilha e da Região.

Ao longo da sua caminhada foi-se adaptando às necessidades da sociedade, oferecendo à comunidade formação em áreas como a cursos de hotelaria, turismo e restauração, cozinha, receção, bar, andares, pastelaria/padaria, controlo de qualidade alimentar, construção civil, eletrónica/eletricidade, mecânicas do frio e do gás e na agricultura.

São hoje seus parceiros o Governo Regional dos Açores, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, empresas locais, regionais e nacionais e outras organizações da sociedade em geral.

É atualmente uma referência de excelência na formação de profissionais, não só no contexto de ilha e regional, como também a nível nacional e internacional, como demonstram as participações de alta performance nos Campeonatos Mundiais das Profissões.

Neste trajeto é importante salientar todos os seus colaboradores, que consolidaram um projeto de sucesso liderado desde a sua fundação pelo Professor Domingos Borges.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no dia 25 de fevereiro de 2021 aprove um Voto de Congratulação pelos 25 anos da Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Fundação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Assembleia e Junta de Freguesia de Santa Cruz.

Horta, Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui

Espínola, Elisa Sousa e Marco Costa

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Muito bem!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprimentar o Sr. Deputado Rui Espínola pela apresentação deste voto, ao qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente se associa, saudando a visão que a Câmara Municipal da Praia da Vitória em meados dos anos 90 teve ao ter esta ideia e ao desenvolver esta iniciativa na altura em articulação e em parceria com o Governo Regional e de facto é notável a evolução que a Escola Profissional da Praia da Vitória tem tido ao longo dos últimos 25 anos, quer do ponto de vista pedagógico, quer também do ponto de vista infraestrutural e bastará visitar a Praia da Vitória e as suas instalações para perceber a qualidade e a importância do trabalho que lá é desenvolvido.

Nesta pronúncia do grupo parlamentar não posso também deixar também de referir e saudar uma pessoa e uma figura que pelo seu trabalho e pelo seu desempenho é absolutamente incontornável naquilo que a Escola Profissional da Praia da Vitória é hoje. Refiro-me naturalmente ao Professor Domingos Borges, cujo empenho, trabalho e dedicação faz também da Escola Profissional aquilo que ela é hoje, sendo também ele reconhecido a nível regional e nacional pelo trabalho que tem desenvolvido também ao nível da ANESP – Associação

Nacional de Escolas Profissionais Portuguesas, que eu também já tive o privilégio de testemunhar *in loco*.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto, desejando os maiores sucessos à Escola Profissional da Praia da Vitória no presente e sobretudo no futuro.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação. É apresentado pelo CDS-PP, Futebol Clube da Calheta, Campeão Regional de Voleibol em Séniores masculinos.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, se faz favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Futebol Clube Calheta Campeão Regional de Voleibol em seniores masculinos

O Futebol Clube Calheta foi fundado a 5 de novembro de 1979, tendo como principal objetivo desenvolver a educação física e o desporto, oferecendo igualmente meios de cultura e distração.

Foi em 1983, quando a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo estendeu as provas federativas à Ilha de São Jorge, que o Futebol Clube Calheta se inscreveu como associado, passando desde então e até ao momento a participar nas provas organizadas por esta.

Em 2006, com o encerramento de alguns clubes do Concelho que se dedicavam à prática da modalidade de voleibol, o Futebol Clube da Calheta criou o Departamento de Voleibol, com cerca de 50 atletas, que ano após ano, tem vindo a aumentar o número de atletas, ultrapassando nos últimos anos a centena nesta modalidade.

Com o passar do tempo e, apesar de todas as dificuldades, o Clube tem conseguido manter a modalidade do voleibol ao longo dos anos, demonstrando que com empenho e esforço se conseguem alcançar bons resultados e honrar o nome do Clube nas competições de Ilha, Regionais e Nacionais.

Na presente época o Futebol Clube Calheta conta com 309 atletas em atividade nas modalidades de futebol, voleibol, aeróbica e pesca.

No passado dia 18 de setembro de 2020, o Futebol Clube Calheta tornou-se Campeão Regional da época 2019/2020, ao vencer a final contra o Clube Desportivo de Rabo de Peixe.

Com este resultado, São Jorge volta a ter uma equipa de Voleibol Masculino na II Divisão de Voleibol na presente época, o que enobrece uma vez mais, o desporto Açoriano e de São Jorge.

Este Clube assume grande importância na Ilha na formação de jovens mas também na promoção da atividade física e de hábitos de vida saudáveis, sendo fundamental que se homenageie e se incentive os atletas, treinadores, dirigentes e todos aqueles que contribuem para a dinamização deste Clube, abdicando do

seu tempo pessoal para dignificar o desporto Açoriano, fazendo votos dos maiores sucessos desportivos.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação do seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o Futebol Clube Calheta pela conquista do título de Campeão Regional de Seniores Masculinos em Voleibol, na época 2019/2020, saudando todos aqueles que tornaram possível esta conquista e que mantém viva esta coletividade tão importante para o Concelho da Calheta e para a Ilha de São Jorge.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Futebol Clube Calheta, aos seus dirigentes, técnicos e atletas que conquistaram o título de Campeão Regional de Seniores Masculinos em Voleibol, bem como à Câmara e Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, sala das sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, faça favor.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de saudação ao Futebol Clube da Calheta como Campeão Regional de Vólei em Séniores Masculinos.

O voleibol é um desporto praticado em São Jorge há muitas décadas, tanto por equipas masculinas, como por equipas femininas.

O Partido Socialista acarinhou e vai continuar a acarinhar o desporto na sua globalidade.

A direção do Futebol Clube da Calheta fez um agradecimento no passado mês de janeiro à anterior Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas pelo apoio financeiro concedido a este clube para adquirirem um terreno contínuo à sua sede, de forma a que o mesmo tenha a possibilidade de proporcionar melhores condições sociais e desportivas aos seus atletas e população em geral. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD quer associar-se também a este voto de saudação ao Futebol Clube da Calheta pelo título de Campeão Nacional de Voleibol de Séniores, um clube que já há quatro décadas está ao serviço do desporto de São Jorge, que tem mais de 300 atletas, sendo 50 dos quais ligados ao departamento de voleibol.

Queremos realçar a sua importância na formação de jovens na promoção da atividade física e de hábitos de vida saudável e assim felicitamos todos os atletas e dirigentes pelo seu contributo à valorização do desporto de São Jorge e da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal vai associar-se a esse voto de saudação pelo campeonato conquistado pelo Futebol Clube da Calheta não só pelo feito, mas e principalmente pela importância que este clube representa

para a formação das camadas mais jovens do voleibol e do futebol na Vila da Calheta. Um clube relativamente recente se tivermos em atenção que apenas foi fundado já em plena autonomia constitucional e em nosso entender que é sempre de valorizar a formação das camadas mais jovens, porque entendemos que é por aí que, tal como aqui dissemos em sede da discussão do Programa do Governo, podemos prevenir aquilo que são alguns dos problemas sociais mais graves que esta Região tem enfrentado nos últimos tempos e que tem precisamente a ver com desvios da nossa juventude para caminhos menos interessantes da vida em sociedade. Refiro-me nomeadamente às toxicodependências e a todas as dependências.

Portanto, é com agrado que tive o cuidado de estudar o trabalho que é feito na formação na Vila da Calheta e que a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal se associa a este voto de saudação ao Futebol Clube da Calheta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de protesto. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo não cumprimento dos apoios sociais aos ex-trabalhadores da COFACO.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa. Faça favor.

Deputado Marco Costa (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Vice-Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Pelo não cumprimento dos apoios sociais aos ex-trabalhadores da COFACO

Em janeiro de 2018 consumaram-se as piores previsões, a COFACO na Madalena do Pico encerrou a sua unidade fabril.

Para o desemprego foram mais de 260 trabalhadores...

Durante os meses que se seguiram a nossa Assembleia Legislativa Regional debateu, equacionou, aprovou resoluções, por iniciativa de todas as forças políticas, em solidariedade, em consenso, até ao limite das competências que a nossa autonomia permite.

Mais ou menos consensuais, com debate construtivo e refletindo indignação coletiva, foram aprovadas, por unanimidade, por este parlamento, ao todo, num ano, 6 iniciativas, duas delas do PSD.

As preocupações extravasaram os limites da legislação regional e seguiram no caminho das competências da república.

Em agosto de 2018 foi aprovada na Assembleia da República a recomendação que encarregava o Governo da República de criar um regime especial e transitório de facilitação de acesso, majoração do valor e prolongamento da duração dos apoios sociais aos ex-trabalhadores.

Mas esta resolução não foi cumprida, nem por legislação própria, nem incluída no orçamento de 2019.

Mais tarde o artigo 55.º da Lei do Orçamento de Estado para 2020 incluiu a recomendação, mas o Governo da República continuou a não cumprir.

Mas não desistimos.

Atentos e sempre presentes na defesa dos ex-funcionários da COFACO, aqui e na república, o PSD apresentou então na Assembleia da República a proposta

de lei que compreendia um Programa Especial de Apoio Social aos ex-trabalhadores da COFACO.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: A iniciativa do PSD mereceu a aprovação da Assembleia da República, dando corpo à Lei n.º 70 de 2020.

A esperança merecia agora uma confiança de lei.

Mas não, mesmo depois da entrada em vigor da lei e decorrido o período legalmente estabelecido para sua regulamentação, o Governo da República continua em incumprimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ex-camarada!

O Orador: Não cumpre e faz que não sabe do assunto, como ficou bem claro nas audições da Senhora Ministra da Solidariedade Social, que ouvida em Comissão, na Assembleia da República, nem respondeu.

Estes comportamentos não podem ser aceites pelos ex-funcionários da COFACO, nem podem deixar de merecer um reparo de protesto pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São exemplos como estes que nos provam que nem sempre o Governo da República nos olha com a sensibilidade merecida e apregoadá.

Assim, ao abrigo das disposições aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação de um voto de protesto pelo não cumprimento da Lei n.º 70/2020 de 11 de novembro, que prevê a implementação de um Programa Especial de Apoio Social aos ex-trabalhadores da COFACO.

Do mesmo será dado conhecimento aos ex-funcionários da COFACO, ao Presidente da Câmara Municipal da Madalena, ao Presidente do Conselho de Ilha do Pico, ao Presidente da Assembleia da República e ao Senhor Presidente da República.

Horta, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral e Marco Costa

Disse.

Deputados Pedro do Nascimento Cabral e João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Em devido tempo esta Assembleia pronunciou-se no sentido de compensar ou de arranjar formas de compensar os trabalhadores da COFACO.

A Assembleia da República também fez, aparentemente, o seu trabalho redigindo a lei. No entanto, o Governo da República acabou por não cumprir os seus compromissos e nem cumprir com a lei. Como ainda ontem aqui foi afirmado nesta Assembleia, é papel desta Assembleia também mandar os recados à República para fazer valer aquilo que são os compromissos assumidos e a força da lei.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, obviamente nos associamos a este voto de protesto pela defesa daquilo que são direitos consagrados em lei destes trabalhadores que foram penalizados e até cujas infraestruturas ainda nem sequer se sabe muito bem o que é que vai acontecer.

Muito obrigado.

Deputados Pedro do Nascimento Cabral e João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar de ter recebido muitos milhões em apoios públicos e fundos europeus durante anos, a COFACO ao encerrar a sua fábrica na Madalena criou uma enorme crise social na ilha do Pico, lançando para o desemprego sem alternativa mais de 180 trabalhadores.

Este encerramento foi ainda responsável pela falência de pequenos negócios locais e de fornecedores que tinham uma grande dependência da COFACO. Mas é preciso não esquecer que enquanto discutimos este voto os desempregados da COFACO continuam lamentavelmente a passar por situações muito delicadas, para não dizer muito graves.

Isto é tão mais grave quanto o Orçamento de Estado já previa um programa de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO na ilha do Pico, que só não foi implementado, porque o Governo do PS no continente pura e simplesmente não quis, teve falta de vontade política, o mesmo Governo que demorou um mês a colocar 850 milhões no Novo Banco, é o mesmo que ao fim de dois anos e meio não foi capaz de aprovar o programa de apoio aos ex-trabalhadores da COFACO que tantas dificuldades enfrentam há tanto tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Não podemos deixar de dizer que o mesmo está longe de responder às necessidades que a crise social da ilha Pico coloca e que todo o processo foi levado de forma bastante leviana.

O PAN avisou há dois anos, avisou o ano passado, e detestando ter a razão neste caso em concreto, cito a nossa intervenção na República o ano passado:

“O apoio proposto pelo PSD não dá a resposta de emergência que a ilha do Pico precisa e que é, como diz o povo, necessária para ontem, uma vez que a ser aprovada como está, os ex-trabalhadores da COFACO só terão os apoios ali previstos na melhor das hipóteses em março de 2021 ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já não era mau!

O Orador: ... e se o Governo de Costa quiser, porque, tal como no Orçamento de Estado, é nas mãos do Governo que o PSD quis deixar a execução desta medida.” Fim de citação.

Meus senhores! Olhem para o calendário. Daqui a cinco dias estamos em março de 2021 e estamos aqui todos a discutir um voto de protesto – e bem! -, mas igualmente deplorável, pelo desinteresse da República para que seja cumprido o prometido aos ex-trabalhadores da COFACO.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O encerramento da fábrica da COFACO na ilha do Pico foi de facto um rude golpe. Foi um golpe, em primeiro lugar, para os seus trabalhadores que viram-se em situação de desemprego, sem oportunidades e com efetivamente uma perspetiva de futuro sombria. Esse rude golpe teve também um impacto muito significativo na própria economia da ilha e na economia da Região como um todo.

Este Parlamento tomou as posições que devia tomar à data. Manifestou-se contra o encerramento com propostas de todos os partidos, com propostas também do Bloco de Esquerda, acompanhou com um grupo de trabalho esse processo. Fez efetivamente o seu papel. Não podia ter feito muito mais.

A Assembleia da República, por proposta de vários partidos, inclusive também do Bloco de Esquerda, tentou incluir no Orçamento de Estado e tentou que fosse implementada essa majoração reivindicada dos apoios sociais para esses trabalhadores com a aprovação de uma lei, até como já foi referido por iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD e que teve também o voto favorável do Bloco de Esquerda.

Ora, não é compreensível que o Governo não tenha ainda aplicado esta lei. Não é compreensível para o Bloco de Esquerda que isso não tenha sido feito e é para nós inaceitável e merece, sem dúvida, o nosso protesto, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... porque a confiança das pessoas, nas instituições, no Governo é completamente ferida por expetativas que são criadas e que são goradas, em que as necessidades das pessoas não são atendidas atempadamente. Isso para nós é absolutamente inaceitável e merece o nosso protesto.

A única coisa que lamentamos neste voto é que esquece a outra parte que também merece o nosso protesto e deve merecer o protesto desta Casa: é a expetativa que foi criada quando se encerrou a fábrica, em que se criou e mentiu às pessoas, dizendo que ia ser construída uma nova fábrica e que iria empregar mais de 100 trabalhadores e contratar a grande maioria dos trabalhadores que foram despedidos e afinal chegamos a 2021 e não há fábrica coisíssima nenhuma.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade!

O Orador: Ora, o Bloco de Esquerda disse em 2018 que esperava que aquele projeto que se anunciava como uma expetativa para aqueles trabalhadores não fosse uma farsa. Chegados a 2021 nós tínhamos razão. Esse projeto foi uma farsa, iludiu os trabalhadores, desrespeitou os trabalhadores, porque ninguém de boa fé, ninguém de bem despede quase 200 pessoas dizendo-lhes que “olhe, amanhã, se calhar, talvez, voltamos a contratar as mesmas pessoas!”. Isso

ninguém de bem faz e isso foi um desrespeito que merece também o nosso protesto, merece o protesto do Bloco de Esquerda e deveria merecer o protesto desta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma palavra especial para os ex-trabalhadores da COFACO, como não poderia deixar de ser, especialmente aqueles que ainda não encontraram uma solução laboral neste momento, sendo que felizmente já muitos encontraram e isso fruto de uma dinâmica económica e empresarial que a ilha do Pico, e os Açores de uma maneira geral, antes pandemia viviam e isso permitiu também algum conforto a muitas dessas famílias.

Recordo que nesta Assembleia foram discutidas e aprovadas muitas iniciativas de todos os grupos parlamentares e de forma clara a Assembleia desempenhou o seu papel até onde o era permitido.

Importa também aqui referir que a COFACO é uma empresa privada. Nesse âmbito o Governo Regional de então do Partido Socialista disponibilizou todos os instrumentos que estavam ao seu alcance para que a nova fábrica fosse uma realidade.

Isso também, verdade seja dita, foi feito pelo Município da Madalena, muito em particular pelo seu Presidente, que junto da COFACO também tentou fazer esse papel.

Deputado Berto Messias (PS): E pelo Sr. Deputado Duarte Freitas também!

O Orador: Aqui referindo-me às declarações do Deputado António Lima, de alguma maneira fomos todos surpreendidos com a falta de cumprimento daquilo que era o compromisso da empresa e da administração da empresa.

Recordo, por exemplo, o líder parlamentar de então e Deputado Duarte Freitas, agora Secretário Regional, foi ao continente reunir com a empresa e anunciou que seria uma realidade muito em breve.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade! E o Sr. Deputado Marco Costa não fica nada surpreendido!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o Governo da República?

O Orador: Portanto, também foi de alguma forma surpreendido como todos nós fomos nesse contexto.

Portanto, realmente isso surpreende-nos a todos.

Agora, no que diz respeito à falta de cumprimento do Governo da República na regulamentação da Lei 70/2020, de 11 de novembro, o PS naturalmente junta a sua voz a este protesto no sentido de se exigir que se cumpra a lei e o apoio extraordinário devido a esses funcionários da COFACO. Tenho pena que no voto não incluía o conhecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, que acho que fazia todo o sentido.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria, como aqui já foi referenciado, em primeiro lugar, eu próprio, que integrei também os grupos de trabalho, que foram criados por esta Assembleia para acompanhar o processo da COFACO, sinto-me enganado.

Realmente a empresa mentiu. Criou expectativas aos trabalhadores e não cumpriu. É preciso ter em conta que esta empresa foi ao longo dos anos fortemente apoiada por parte do Governo Regional e também da autarquia do

ponto de vista das condições que lhe foram criadas. Por isso, é preciso ter em conta que nesta matéria a empresa não agiu de forma correta.

Também considero que a posição do próprio Governo Regional não foi eficaz, o Governo Regional na altura. Não foi eficaz tendo em conta o resultado.

Hoje olhamos para esta situação e a verdade é que não foram criadas as condições para que a empresa permanecesse. Portanto, o que aconteceu foi que o resultado da intervenção do Governo não foi satisfatório.

Pode ser diferente? A potencialidade da ilha do Pico, o potencial da ilha do Pico nesta área permanece?

Permanece.

Há perspetivas de futuro?

Eu acredito.

O Sr. Deputado Nuno Barata não acredita, mas eu acredito que existem perspetivas para o futuro. O futuro o dirá. O futuro o dirá!

Mas considero que o potencial está lá. Está lá! E da parte do Governo Regional, do atual Governo Regional, eu sei que tudo será feito para conseguir um resultado positivo nesta matéria. Eu sei que o Governo Regional se irá empenhar para aproveitar o potencial da ilha do Pico neste setor.

Finalmente, em relação à matéria de facto, é mais um incumprimento do Governo da República, do Governo do Partido Socialista. Mais uma vez, tal como aconteceu, e temos vindo a debater ao longo desta semana, tal como aconteceu em relação à ilha das Flores, aos apoios que foram prometidos e não chegaram, tal também no que diz respeito às verbas do Plano de Resiliência, a mesma coisa, e agora também constatar em relação à implementação de um programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO, também a República a fugir às suas responsabilidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É por isso que este voto merece a total concordância do Grupo Parlamentar do PPM e começa a existir aqui um padrão preocupante, um padrão de profundo incumprimento do Governo da República em relação aos compromissos que assumiu com a Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é intolerável.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava aqui a dizer que não com a cabeça à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão precisamente porque não concordo com as palavras que ele estava a utilizar por duas ordens de razão: a primeira é do ponto de vista técnico que não acredito que exista potencial para reativar a indústria conserveira na ilha do Pico e já passo a explicar porque não; ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Olhe que pode enganar-se!

O Orador: ... e a segunda é porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, com responsabilidades na coligação governamental, acaba de passar precisamente a ideia de criar expectativas em trabalhadores onde não é justo, nem intelectualmente honesto fazer, porque este resultado não vai acontecer. Este resultado não vai acontecer por uma razão muito simples.

A primeira razão é por ter acontecido no Pico e os Srs. Deputados da ilha do Pico vão gostar desta minha intervenção. Porquê?

Porque no Pico a resiliência está no ADN das pessoas. Portanto, como o Sr. Deputado Miguel Costa disse ainda há pouco, muitos já resolveram o seu problema e essa é uma das vantagens de algumas ilhas dos Açores. São aquelas

ilhas onde as pessoas vão resolvendo os seus assuntos e não ficam à espera que o Governo Regional, ou o Estado, ou a Câmara resolvam os problemas delas.

Qualquer pessoa que estivesse atenta ao mercado da produção de conservas de peixe no mundo sabia que a fábrica da Areia Larga estava condenada a curto prazo. Dizer às pessoas que se ia salvar a fábrica da Areia Larga com uma nova fábrica e com mais mão de obra é ser intelectualmente desonesto e criar expectativas na cabeça das pessoas que não podem ser criadas por uma razão muito simples. Vou só dar dois números para elucidar a câmara, para quem não conhece, e elucidar quem esteja lá em casa a acompanhar-nos.

O ano record de capturas de peixe de tunídeos nos Açores foi 1988. 1988! Cerca de 12 mil toneladas de tunídeos capturados nos Açores, dos quais grande parte foi atum voador que nem sequer foi transformado em conservas na Região Autónoma dos Açores.

Ora, 12 mil toneladas é precisamente a capacidade instalada da fábrica da COFACO de Rabo de Peixe.

Nós temos mais a fábrica da Areia Larga, mais a fábrica da Pesca Atum, mais a fábrica da Santa Catarina, mais a fábrica da Sociedade Corretora, todas a laborar ... estamos a capturar cerca de cinco mil toneladas ano e grande parte dessa – e bem! – valorizada no mercado em fresco ao nível internacional, alguma coisa se está a passar aqui com a nossa indústria conserveira.

O que é que se está a passar?

Está-se a passar que essa indústria só sobrevive à conta de nichos de mercado de qualidade que neste momento estão a ser ocupados em grande parte pela Santa Catarina e pela Sociedade Corretora e com dois ou três produtos de valor acrescentado que a COFACO produz em Rabo de Peixe, ou então com recurso a mão de obra barata para produzir produtos de baixo valor acrescentado, tipo marcas brancas e outras de combate especulativo no mercado da distribuição.

Ora, dizer aos cidadãos do Pico que esperem por uma solução de uma nova fábrica não é sério, não é honesto, nem é criar uma expectativa justa para a ilha do Pico, nem para qualquer outra ilha dos Açores, onde se pretenda fazer uma indústria que assenta: um, na importação de matéria prima; dois, na importação da lata; três, na importação do rótulo; quatro, na importação do azeite ou do óleo alimentar que se mete dentro do peixe. Isso não é sério, nem sequer é isso que nos interessa. O que nos interessa são produtos de valor acrescentado, produtos com nicho de mercado que valorizem as nossas marcas e que possam trazer às nossas ilhas um aumento do bem-estar social e aumento da nossa economia.

Portanto, não é sério dizer às pessoas que vão ter novas fábricas e que se vai garantir novos postos de trabalho.

É sério protestar a República, porque está em forma de lei e se calhar nem deveria estar em forma de lei, mas isso já é outro debate. É sério protestar a República, porque está em forma de lei. A lei é para cumprir.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa, se faz favor.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de relevar todas as considerações que foram feitas mais ou menos centradas no objeto do voto de protesto, mas sobre esta questão, que é um claro incumprimento da lei, obviamente que a questão que foi neste momento abordada pelo Sr. Deputado Nuno levar-nos-ia aqui a uma reflexão que tem de ser feita não pela quantidade, mas pela qualificação daquilo que é produzido nos mares dos Açores, neste caso, os tunídeos. Portanto, essa reflexão acho que não deve deixar de ser feita.

Realmente os números, a dimensão da indústria conserveira, são números que foram apresentados e que são reais daquilo que é a dimensão crítica, mas a verdade é que o que produzimos cá tem direito a ser muito bem valorizado e para isso devem existir opções de transformação que assim o permitam também em fresco.

Depois, gostaria de dar nota que se realmente não foi feita referência ao Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que as notas que temos é que a sua Ministra da Solidariedade Social foi questionada a 11 de janeiro e não respondeu, não cumpriu os prazos; a 10 de fevereiro também foi questionada desta feita verbalmente e também não respondeu. Portanto, fazer queixinhas ao Sr. Primeiro-Ministro quando a Ministra de mês a mês é questionada e não responde, não sei ... Acho que fica muito bem também fazer e dar conhecimento ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Presidente da Assembleia da República.

Por último, dizer que se o PSD chegou à apresentação na Assembleia da República de uma proposta de lei para um assunto que estava inscrito no Orçamento de Estado foi porque entendeu que era uma atitude limite. Também nessa atitude limite consideraria que o Governo Regional dos Açores, o Governo de então, tivesse relevado de outra forma aquilo que era uma iniciativa que tinha uma aplicação prática em trabalhadores despedidos numa das suas ilhas do arquipélago, porque o parecer do Governo Regional de então sublinha o que era o artigo que estava inscrito no Orçamento de Estado, mas não dá assim tanta importância à iniciativa de uma lei que tinha aplicação numa das suas ilhas dos Açores.

Portanto, também gostaria de deixar aqui esta nota.

Tenho dito. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, se faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Solicito, Sr. Presidente, no âmbito desta interpelação que lhe estou a fazer, que seja retirada uma cópia das afirmações que eu aqui produzi em relação a esta matéria, em relação a este voto que acabámos de analisar, tendo em conta que aquilo que eu referi foi que acreditava no potencial da ilha do Pico nesta área e, em segundo lugar, referenciei também (e é isso que estará com certeza na minha intervenção) que o Governo deveria fazer tudo para potenciar este setor, tendo em conta as potencialidades que eu reconheci.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não foi isso!

O Orador: Portanto, solicito-lhe uma cópia das declarações que proferi.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não foi isso!

Deputado Miguel Costa (PS): É melhor não pedir!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão é um misto de Zandinga e dos Pastorinhos de Fátima!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor vai ver o que eu disse!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não sabe o que disse!

Presidente: Assim será feito, Sr. Deputado.

Será transcrita a sua intervenção e distribuída às Sras. e Srs. Deputados.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste voto de protesto.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de colocar à votação o voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de protesto também e é apresentado pelo PSD pelo incumprimento do protocolo com a Universidade dos Açores.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Incumprimento do Protocolo com a Universidade dos Açores

A Universidade dos Açores é um dos pilares do desenvolvimento regional e, por isso, instrumento fundamental na consolidação do nosso sistema autonómico.

Apesar da sua relevância científica e social, a especificidade da Academia Açoriana raramente foi entendida e reconhecida pelo Governo da República, que a tutela.

A tripolaridade e os custos acrescidos da insularidade foram e ainda são entraves ao crescimento da Universidade, ao desenvolvimento de projetos de investigação e a uma maior afirmação entre a comunidade científica, onde é reconhecida pela excelência dos seus Professores e Investigadores e o conhecimento que ali produzem. A formação de quadros superiores é outra das suas valências limitadas por constrangimentos financeiros.

Embora a Região venha a colaborar com a Universidade dos Açores, para minorar os efeitos do subfinanciamento, e seja até desejável ampliar esse relacionamento num quadro de verdadeira parceria estratégica para o desenvolvimento das nossas ilhas, compete ao Governo da República suprir as graves carências financeiras da instituição. Aliás, muitos dos compromissos financeiros da Universidade dos Açores decorrem do estrito cumprimento de leis nacionais, como sejam as valorizações remuneratórias, o aumento do salário mínimo e a integração de trabalhadores precários.

Há precisamente um ano, em fevereiro, o Governo da República parecia querer compreender e responder positivamente às repetidas solicitações de reforço financeiro para a Academia Açoriana, comprometendo-se com a alocação de 4,8 milhões de euros para o período de 2020 a 2023.

A visita do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Região em 5 de fevereiro de 2020, então muito saudada por alguns setores políticos, que viram nela a resolução do problema de financiamento da Universidade dos Açores, afinal, não passou de um episódio da pré-campanha eleitoral, já em curso.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Passado um ano, tudo não passou dessa encenação mediática em que foram protagonistas o ministro Manuel Heitor e o antigo Presidente do Governo Regional: mantêm-se todas as dificuldades financeiras na Universidade, sem que esta tenha recebido qualquer verba dos milhões prometidos.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Protesto ao Governo da República pelo incumprimento do compromisso firmado entre o Ministério da Ciência e Ensino Superior e a Universidade dos Açores, sob patrocínio do Governo Regional, em fevereiro de 2020, e bem assim pelo contínuo subfinanciamento daquela instituição de ensino superior.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Governo da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos líderes parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República e à Universidade dos Açores.

Horta, sala das sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral e Joaquim Machado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, o texto que o senhor leu dali, daquela tribuna, corresponde ao texto do voto?

É porque, - se assim é, eu tenho uma versão desatualizada e pedia que me fizessem chegar, então, a versão atualizada do voto.

Eu questioneei o Sr. Deputado Joaquim Machado sobre se o texto que leu daquela tribuna corresponde ao texto do voto, porque se assim é eu tenho uma versão desatualizada do texto e pedia-vos que me fizessem chegar a versão atualizada do texto.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado sabe que os votos são apresentados, não são lidos!

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra para prestar esclarecimentos, se faz favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra, mas vou usá-la para fazer uma interpelação a V. Exa..

Presidente: Se faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Quero saber se nos termos regimentais é obrigatório ler o voto ou apresentar o voto?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não é!

O Orador: Porque sendo a apresentação do voto foi isso que eu me limitei a fazer e naturalmente que, tendo feito a apresentação do voto, não li na íntegra o que está escrito no voto de protesto, mas naturalmente será o voto de protesto entregue na Mesa e distribuído a todas as bancadas que será aqui sujeito à apreciação e à votação pelas Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pede a palavra para?

Alerto que o Grupo Parlamentar do PS já utilizou a palavra uma vez e só pode em termos regimentais utilizar uma vez.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu interpelei a Mesa em relação ao teor do voto.

Presidente: Então vou considerar a outra sua intervenção uma interpelação à Mesa? Não anunciou como tal ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não anunciei! Tem razão!

Presidente: Mas a Mesa reconhece o seu lapso e assim procederá.

Pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Para intervir sobre o voto. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Apenas coloquei uma pergunta.

É verdade, o senhor tem razão. Não é obrigado a ler o voto dali, como também é verdade que, habitualmente, o que se faz é ler o voto dali. Como a intervenção dali tinha um conjunto de qualificativos e de críticas que não constam do voto, eu apenas entendi que podia ser um lapso meu. Portanto, o assunto está perfeitamente esclarecido.

Aquilo que o senhor leu dali não é aquilo que se vai votar. O que se vai votar é o texto do voto e, assim sendo, eu gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista adere na íntegra ao teor deste voto de protesto, à exceção do seu parágrafo sétimo. Não adere ao parágrafo sétimo, não só por, efetivamente, não corresponder à verdade, - não se tratou de uma encenação, não se tratou de

uma ação de pré-campanha eleitoral -, como, para além disso, não ser verdade, o facto deste considerando estar aqui retira, na nossa leitura e na nossa opinião, a própria força àquilo que o voto pretende fazer, que é exigir, ou melhor, ser um voto de protesto por incumprimento de um compromisso firmado entre o Ministério. Ou foi uma ação de pré-campanha eleitoral, ou é um compromisso sério que nós exigimos que seja cumprido.

Eu acho, tenho a certeza, e da minha parte foi um compromisso sério e por esse compromisso não ter sido ainda cumprido é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto de protesto.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em pré-campanha podem-se assumir compromissos sérios!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, se faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma breve, o tempo é relativamente curto, gostaria obviamente de dizer que o Bloco de Esquerda irá naturalmente associar-se a esse voto de protesto.

Não é compreensível que tanto tempo depois falte efetivamente a assinatura deste contrato programa para que as verbas que são devidas à Universidade dos Açores, tendo em conta o acordo que se firmou, sejam transferidas.

A Universidade dos Açores tem efetivamente especificidades que são próprias, que para além de ser uma Região Autónoma e ultraperiférica é uma universidade tripolar, tem características que devem efetivamente merecer esse tratamento que não pode ser exatamente idêntico àquele é o tratamento das restantes, ao nível do financiamento, universidades do país.

Nesse sentido, esse acordo é positivo, ele é importante para a Universidade dos Açores, é um reconhecimento e um passo importante, mas tem que ser concretizado, tem que ser cumprido, senão não tem qualquer efeito prático.

Também não posso deixar de dizer que o Governo da Região e a Região também têm uma responsabilidade para com a Universidade dos Açores, não invalidando aquela que é a responsabilidade do Governo da República, como não poderia deixar de ser.

Por isso, também não posso deixar de dizer nesta intervenção, que esperamos também que o Governo Regional e, neste caso, em particular o PSD, cumpra aquele que foi o seu compromisso eleitoral de aumentar aquela que é a dotação financeira, o apoio que é dado à tripolaridade em cada um dos Orçamentos da Região, que neste momento está 350 mil euros que é um valor reduzido e que o Bloco de Esquerda tem procurado ano após ano aumentar e esperamos que o Plano e Orçamento deste ano reflita esse compromisso eleitoral do PSD e se não o fizer naturalmente que o Bloco de Esquerda estará cá também para apresentar aquela foi a proposta que tem apresentado ao longo dos anos de aumento deste apoio do Orçamento da Região para a Universidade das Açores.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Naturalmente que gostava que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Deputado Vasco Cordeiro, estivesse presente, porque fui interpelado na intervenção que ele fez e naturalmente que a resposta que tenho é precisamente para lhe dar. Desde logo para dizer que em pré-campanha podem-se firmar compromissos sérios, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... todavia, este foi um compromisso inconsequente ainda que o Partido Socialista por essa altura se tivesse ufanado com a assunção do compromisso, dizendo que Vasco Cordeiro resolve o problema de financiamento da Universidade dos Açores. É uma nota de imprensa que corresponde a uma conferência de imprensa do Sr. Deputado José Contente a dizer que o problema financeiro da Universidade dos Açores foi resolvido pelo então Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro.

Isso de facto não é verdade. Não é verdade passado mais de um ano, um ano e alguns dias.

Portanto, é nessa medida que se pode considerar que foi uma encenação do período de pré-campanha eleitoral, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque aliás corresponde àquilo que também já aqui hoje foi dito. É um padrão deste Governo da República de António Costa e do Partido Socialista não cumprir os compromissos que vai assumindo com a Região Autónoma dos Açores. Foi com o Lorenzo, foi com o programa regressar de apoio aos emigrantes em que ficámos excluídos, é com o Plano de Recuperação e Resiliência, é com o apoio acrescido aos trabalhadores da COFACO e foi também com a Universidade dos Açores.

Portanto, nós por um instante devemos deixar de estar ao lado dos Açores, do verdadeiro interesse dos Açores, da defesa das nossas instituições, como é o caso da universidade, e termino dizendo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que o tempo útil da propaganda muitas vezes é efémero. Foi o que aconteceu neste caso.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e IL)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

No dia 25 de novembro de 2019 o Sr. Reitor da Universidade dos Açores e também o Sr. Reitor da Universidade da Madeira foram ouvidos na comissão na República e disseram que não iam firmar o acordo que a tutela queria e apresentou a todos os reitores a nível nacional. Isto porque havia uma justificação bastante plausível relativamente à injustiça que havia entre as universidades do continente e as universidades dos arquipélagos, mais ainda a Universidade dos Açores com a diferença da sua tripolaridade, por estar bem patente em três ilhas.

Isso foi demonstrado, porque o orçamento em si era apenas para as despesas. Faltava o resto! Faltava o tipo de investimento, faltava também na majoração dos trabalhadores que estavam em termos do programa da PREVAP, também foi falado sobre a receitas das propinas. Não firmaram, fez-se um novo acordo e esse acordo disseram que era para cumprir, até vieram aqui aos Açores dizer que ia correr tudo bem, para estarmos bem descansadinhos, porque isto é uma tutela da República e a República tem essa responsabilidade e nós temos a nossa que é apenas de um apoio. Não é uma obrigação. No máximo é uma obrigação moral, e não legal.

Sem dúvida que o PAN associa-se completamente a este voto, porque achamos à partida que dois anos e meio, novamente, o Orçamento de Estado de 2020, já estamos em 2021, e nada é feito para a nossa universidade que tanto precisamos e que tanto temos de defender de todos os partidos que estão aqui nesta Câmara. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro na intervenção que fez reconhece que existia um compromisso que não foi cumprido. Existia um compromisso que não foi cumprido!

E o problema, como já tive oportunidade de referenciar no voto anterior, é que há aqui de facto um padrão, o incumprimento, por parte do Governo do Partido Socialista da República e espero que este padrão não seja um padrão de vingança pelo facto da Região já não ser governada pelo Partido Socialista.

O que interessa é olhar para a Região, e o comportamento eu deveria ter um Governo da República, qualquer Governo da República, este do Partido Socialista como qualquer outro, é cumprir as suas obrigações institucionais sem ter em conta quem governa.

Deputado António Lima (BE): O incumprimento já vem de trás!

O Orador: O que interessa são os seus compromissos com a Região, com o povo dos Açores. É isso que está a acontecer. Há um padrão de incumprimento absolutamente inaceitável.

Eu considero que as declarações do Partido Socialista nesta matéria têm sido muito meiguinhas. Muito meiguinhas! O Partido Socialista não pode continuar a dizer “Bem, de facto reconhecemos que há um incumprimento.”

Não há um incumprimento, são vários incumprimentos. A Região está a ser asfiziada e está a ser prejudicada gravemente pelo Governo da República, porque parece que existe aqui uma cruzada de vingança do Governo socialista da República em relação à saída do Governo do Partido Socialista na Região e isso é inaceitável.

Deputado Nuno Barata (IL): Já vem de trás! Já vem dantes!

O Orador: Este incumprimento é inaceitável!

Diz o Sr. Deputado Nuno Barata que já vem de antes. É verdade! Mas acentuou-se! Acentuou-se! E neste momento, este padrão de incumprimento é algo que é de uma irresponsabilidade tremenda por parte do Governo da República.

Nós temos o dever de apresentar aqui estes protestos veementes, por parte do Parlamento dos Açores e é um dever, um dever moral do Partido Socialista também em relação a esta matéria deixar de compreender e de ser tão fofinho na críticas que faz ao Governo da República.

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer o nosso intervalo.

Regressamos às 12 horas e 05 minutos.

Eram 11 horas e 35 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, para uma interpelação, para solicitar um intervalo regimental de meia hora, atendendo a que temos uma concentração de trabalhadores à porta da Assembleia e habitualmente os grupos parlamentares recebem e contactam com esses trabalhadores. Não tivemos tempo ainda de o fazer. Por isso, peço o intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Sr. Deputado, é regimental. Não precisa justificá-lo.

Nós regressamos a um quarto para a uma e eu não tenho forma de alterar esta decisão, porque não tenho aqui os líderes para decidirmos outra coisa, se é entendimento decidirmos outra coisa.

Regressamos a um quarto para a uma.

Eram 12 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à apresentação dos votos.

Eram 12 horas e 46 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Deputado Marco Costa reocupou o seu lugar de Secretário da Mesa)

Passamos aos votos de pesar.

Para a apresentação de um voto de pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento do Sr. José Alberto Tavares tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de José Alberto Tavares

Faleceu no passado dia 6 de fevereiro, José Alberto Tavares, com 74 anos.

Nascido a 17 de agosto de 1946, na ilha do Faial, era um homem bom, empreendedor e discreto.

Trabalhou na Companhia Americana de Cabos Submarinos como rádio telegrafista, tendo saído para cumprir serviço militar, onde foi também essa a sua especialidade.

Depois de regressar, ingressou como escriturário na empresa António Pereira do Amaral & Filho, Lda, conhecida por “Amarais”.

Aquando a abertura do Hotel Fayal, foi convidado a assumir as funções de chefe de economato e, posteriormente trabalhou na Bensaúde, da qual saiu para abrir o seu negócio.

A 1 de janeiro de 1993 fundou a empresa José Alberto Tavares em nome individual, tendo constituído sociedade com a sua esposa e filho a 4 de outubro de 2007.

A empresa comercializa uma vasta gama de equipamentos de restauração, hotelaria e produtos alimentares, tem sede na freguesia dos Flamengos, na ilha do Faial, e instalações na ilha do Pico, contando atualmente com 13 colaboradores.

Fez parte do grupo dos Amigos da Horta dos Cabos Submarinos, que tem o objetivo de preservar o espólio e a memória do tempo dos Cabos Submarinos na cidade da Horta.

Como empresário, colaborou e patrocinou muitas ações e eventos em múltiplas instituições da freguesia dos Flamengos.

Foi um homem ativo e empenhado na sociedade, dando o seu contributo em várias causas públicas de índole social, cultural e desportivo.

Nos anos 70, criou em conjunto com os amigos Henrique Vieira da Silva e Manuel da Rosa um trio de gaitas de beijos que animou os bailes nos Flamengos e noutras freguesias, que tinha o curioso nome “Sem líquido Ninguém Sopra”.

Foi sócio e dirigente da Casa do Povo dos Flamengos e membro da Assembleia de Freguesia dos Flamengos, à qual presidiu entre 1994 e 1997, eleito pelo PSD.

Foi também um dos fundadores e presidente da 1ª Direção do Futebol Clube dos Flamengos, em que sempre colaborou e foi distinguido como Sócio Honorário.

Durante muitos anos integrou o Grupo Folclórico Juvenil dos Flamengos e do Grupo de Cantares Sons do Vale.

Pertenceu ainda ao Grupo Coral da Paróquia de Nossa Senhora da Luz e foi também distinguido como sócio benemérito da Filarmónica Nova Artista Flamenguense.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Alberto Tavares.

Propõe ainda que do presente voto deve ser dado conhecimento à família, à empresa José Alberto Tavares Lda., à Assembleia de Freguesia dos Flamengos e aos órgãos de comunicação social locais.

Horta, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa e Carlos Ferreira

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Rui Martins (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do executivo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP vai associar-se naturalmente a este voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alberto Tavares, pelo exemplo do empreendedorismo e do empenho que ele teve também no ativismo cívico, associativo, na sua freguesia, que é um exemplo para todos na nossa ilha e sobretudo na sua freguesia, sem dúvida, por isso, lamentamos o seu falecimento e associamo-nos a este voto de pesar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam façam o favor de se manter como questão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é igualmente apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento do empresário Vicente Borges de Sousa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo falecimento do empresário

Micaelense Vicente Borges de Sousa

Faleceu em 27 de novembro de 2020 o conhecido empresário micaelense Vicente Borges de Sousa, aos 86 anos de idade.

O empresário estudou na Suíça e desde muito cedo demonstrou a sua vocação para ser um empresário de sucesso, tendo entrado muito novo para o mundo empresarial, assumindo, deste modo, gestão de um conjunto de atividades comerciais já detidas pela família.

Em 1957, porque a Região Autónoma dos Açores sofria de graves, longas e constantes ruturas no abastecimento e fornecimento de gás, Vicente Borges de Sousa, com a sua visão empreendedora, conseguiu por cobro a esta situação. É graças à sua forte determinação que, como sócio e administrador da Sociedade Açoriana de Armazenagem de Gás, S.A., criou as condições necessárias para que a Petrogal investisse no armazenamento de gás nos Açores, evitando, assim, a escassez, ou a sua insuficiência, para as imprescindíveis necessidades dos consumidores particulares e empresas das nossas Ilhas.

Vicente Borges de Sousa foi, assim, responsável pelo crescimento e consolidação de um conjunto de empresas que se mantêm na família há quatro gerações, e que são o reflexo de uma assinalável união e sucesso empresarial.

Provando o seu espírito empreendedor, Vicente Borges de Sousa foi igualmente fundador, acionista e administrador da Investaçor S.A., empresa ligada ao setor do turismo, que estendeu a sua atividade por diversas Ilhas dos Açores. Mais tarde, a mesma empresa foi responsável pela construção por uma unidade hoteleira na cidade de Ponta Delgada, caracterizada por uma arquitetura

inovadora, ao nível dos espaços comuns, e com uma decoração à época de referência.

Mas Vicente Borges de Sousa, além de distinto empreendedor, também foi um filantropo, alguém que esteve sempre disponível para empreender importantes ações de solidariedade social, como testemunham inúmeros amigos e conhecidos que com ele conviveram ao longo da sua vida.

Como cidadão interventivo e preocupado com a sociedade onde se inseria, foi um muito Ilustre militante do Partido Social Democrata dos Açores, tendo colaborado com diversos órgãos do partido, e participado em muitos debates políticos nos quais expressava a sua constante preocupação e empenho na melhoria das condições de vida do Povo dos Açores.

A sua forma dinâmica de encarar a vida foi devidamente reconhecida, mediante a atribuição do Prémio Nacional de Envelhecimento Ativo, no ano de 2015, entregue pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia, Fundação Montepio e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Esta importante distinção foi conseguida na categoria “Família e Comunidade” e é atribuído às Pessoas Idosas que se mantêm ativas e interventivas, reconhecendo, assim, a intensidade e sensibilidade social com que Vicente Borges de Sousa viveu toda a sua vida.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emite o presente Voto de Pesar pelo falecimento do distinto cidadão Vicente Borges de Sousa, determinando que o mesmo seja dado conhecimento à sua Família.

Horta, Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto Costa, Rui Espínola e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Peço desculpa, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Partido Socialista peço a palavra para dizer que nos associamos ao voto de pesar apresentado por este grupo parlamentar.

O Sr. Vicente Borges de Sousa foi um reconhecido e importante empresário micaelense de sucesso, foi um empresário que iniciou a atividade comercial e empresarial desde muito cedo e é incontornável o contributo, o legado deixado no tecido empresarial açoriano.

Acompanharemos, portanto, o voto de pesar apresentado pelo falecimento do Sr. Vicente Borges de Sousa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Vicente Chaves Cymbron Borges de Sousa representa uma geração de empresários açorianos que começaram a empreender numa época em que não era tão fácil fazer negócios como é hoje.

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, quando o Sr. Vicente Borges de Sousa tomou os negócios da família as coisas não estavam fácil. Há quem diga que ele simplesmente continuou o trabalho que tinha sido deixado pelo pai e pelos tios, mas o que é facto é o Sr. Vicente o que teve que fazer foi salvar um conjunto de pequenas empresas de uma situação muito complicada e numa fase em que, como sabemos, não existiam as ajudas do Estado e as ajudas União Europeia como existem hoje.

Tive o privilégio e é mesmo um privilégio de privar muitas vezes com o Sr. Vicente.

O Vicente, como eu o chamava. Era precisamente da idade do meu pai, colegas de liceu, mas eu tratava-o só na terceira pessoa, não o tratava por Sr. Vicente, nem por tio Vicente, nem por nada desses tratamentos com mais deferência. Era assim que ele gostava, quer ele, quer o seu irmão Bojica, que toda a gente tratava pelo diminutivo, pelo nome que era conhecido e não pelo seu verdadeiro nome.

Uns autênticos lutadores, dinâmicos empresários que dinamizaram partes fundamentais da nossa economia.

Ao Sr. Vicente Cymbron Borges de Sousa, Vicente de Chaves Cymbron Borges de Sousa (se a memória não me traiçoa) estará certamente neste momento a conversar com o seu grande amigo e primo irmão Augusto Botelho de Sousa Cymbron que também já aqui esta semana manifestámos pesar pelo falecimento.

Por isso, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal vai associar-se a esse voto do Partido Social Democrata.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de permanecer como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto de pesar colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar também apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD refere-se ao falecimento do Sr. Vítor Manuel Lemos Macedo da Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de Vítor Manuel Lemos Macedo da Silva

No dia 20 de fevereiro de 2021, faleceu em Ponta Delgada o Engenheiro Técnico Vítor Manuel Lemos Macedo da Silva, aos 86 anos de idade.

O Engenheiro Vítor Macedo, como era conhecido, nasceu no Faial a 28 de novembro de 1934.

Oriundo de uma família ligada a um comércio na área das ferragens, conhecido por “Os Macedos”, era casado e pai de António Macedo, Paulo Macedo, Rosa Macedo e David Macedo, deixando seis netos e dois bisnetos.

Homem ligado ao desporto faialense, presidiu ao Fayal Sport Clube entre 1963 e 1964.

Formado em agente técnico de engenharia, chefiou os serviços da Direção Geral de Urbanização no distrito da Horta, tendo mais tarde integrado a Direção de Urbanização dos Açores.

Foi Presidente da Câmara Municipal da Horta entre 1969 e 1974, e nessa qualidade integrou a Câmara Corporativa, em representação dos municípios dos Açores.

Foi Diretor Regional das Obras Públicas e Equipamentos entre 1976 e 1981, e Secretário Regional do Equipamento Social no II Governo Regional dos Açores, entre 1981 e 1984.

Foi consultor Técnico da Norma - Açores e, mais tarde, entre 1991 e 1998 foi seu Administrador - Delegado, elaborando, planeando e fiscalizando obras da rede viária e de infraestruturas portuárias e aeroportuárias.

Foi ainda Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Turísticas Proturotel, Turotel, Açortur, Siturpico, Gracitur e Verde Golf.

Entre 1998 e 2000, foi gerente da Sociedade Técnica, Lda., para a área industrial.

Entre 2000 e 2009 foi consultor técnico da Universidade dos Açores e da Câmara de Vila Franca do Campo, bem como formador de cursos técnicos de construção civil nas Escolas Profissionais de Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Capelas, Povoação e Nordeste.

Na Ordem dos Engenheiros Técnicos, desempenhou vários cargos, o último até 2011, como Vice-Presidente da Secção Regional dos Açores.

Em reconhecimento pelo seu percurso de vida e contributo para o desenvolvimento das nossas ilhas, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Lemos Macedo da Silva, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Assembleia Municipal da Horta e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, Marco Costa, Rui Espínola e Carlos Ferreira

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Luís tem a palavra. Se faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com pesar a este voto apresentado pelo PSD pelo falecimento do Eng.º Vítor Macedo, um homem que

se dedicou à causa pública, tendo desempenhado cargos de relevo, quer aqui na ilha do Faial, quer a nível regional e, por isso, também da nossa bancada endereçamos as nossas mais sentidas condolências à sua família.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, se faz favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP também gostaria de se associar a este voto de pesar pelo falecimento do Eng.º Vítor Macedo por efetivamente ele, que é um filho da terra, tendo dado o seu contributo também do ponto de vista político, mas não só, a esta ilha, mas também pela preponderância que teve ao nível regional e a influência que teve nos diversos setores em que se movimentou e trabalhou, não podemos deixar de lamentar este falecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de permanecer como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Mesa tem mais um voto de pesar.

Há disponibilidade da câmara para a sua apresentação e aprovação?

Não havendo oposição, vamos passar à sua apresentação.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. É um voto de pesar pelo falecimento de Manuel de Medeiros Canito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel de Medeiros Canito

Manuel de Medeiros Canito, nascido a 17 de dezembro de 1927, faleceu no passado dia 6 de janeiro de 2021, no Hospital de Santa Ana, na cidade de Fall River, tendo sido sepultado na mesma cidade.

Filho de Duarte Medeiros Canito e Emília Raposo, teve por esposa a Senhora Diamantina Benevides Canito, da qual teve três filhos, Roberto Canito, Berta Canito-Goff e Steven Canito, e dois netos, Camron Goff e Paige Goff.

Aos 14 anos, Manuel Canito entrou para a escola de música da Banda dos Arrifes, Lira Nossa Senhora da Saúde, e logo aos 16 anos começou a compor pequenas peças musicais para a sua banda, tendo sido estreada a sua primeira composição a 25 de dezembro de 1947, no desfile de Boas Festas da freguesia.

A partir desse momento, compôs centenas de marchas de procissão, ditas graves, e de desfile, vulgo ordinários, compostas por aquele a quem apelidaram de “Rei das Bandas Portuguesas na América”, ou o “John Phillip de Sousa” micaelense. Compôs também diversas marchas em homenagem a familiares, tentando incutir na música pormenores que caracterizassem os mesmos.

Foi dos primeiros arranjadores/orquestradores de temas religiosos para marchas de procissão, característica que se tornou típica das bandas açorianas.

A maioria das suas composições eram feitas ao piano e, teimosamente, mesmo em tempos mais modernos, escritas manualmente a caneta de aparo,

característica que também o marcou, e às suas obras musicais, as quais ainda hoje são e estão amplamente difundidas em toda a comunidade emigrante açoriana, nos Açores e até mesmo no Continente Português.

O seu longo percurso associado à música começou pela Trompa, o seu primeiro instrumento musical, passando logo depois para a Requinta e o Clarinete. De igual forma, foi também instrumentista em Saxofone Alto, Saxofone Tenor e Piano nas Orquestras de Teófilo Frazão e Gaudino Rodrigues, tendo participado na estreia do filme “Quando o Mar Galgou a Terra”, exibido no Teatro Micaelense.

Entre 1948 e 1952 foi aluno da Academia Musical de Ponta Delgada como pianista, tendo como professores Bernardo Nascimento e Margarida Magalhães. Aos 25 anos assumiu as rédeas da Lira Nossa Senhora da Saúde, sua terra natal, na qualidade de maestro, cargo para o qual se preparou arduamente e que desempenhou com elevada distinção, catapultando a Banda dos Arrifes para o topo das bandas de música micaelenses e açorianas, onde esteve durante 17 anos.

Simultaneamente ensaiou também em diferentes períodos nas Bandas de Música da Nossa Senhora dos Anjos, da freguesia da Fajã de Baixo, União dos Amigos, da freguesia das Capelas e Estrela do Oriente, da freguesia da Algarvia, concelho de Nordeste.

Em 16 de dezembro de 1957 venceu o 1.º Prémio e uma Menção Honrosa no Concurso Distrital de Bandas promovido pela Junta Geral do Distrito, tendo alcançado logo no ano seguinte o 2.º Prémio nesse mesmo concurso.

Dois anos mais tarde, em 1959, consegue apuramento na 1.ª eliminatória do 1.º Grande Concurso Nacional de Filarmónicas e Bandas Cívicas, disputando em 1960, na cidade de Setúbal, a 2.ª eliminatória, em representação dos Açores, em conjunto com a Banda Unânime Praiense da ilha do Faial.

Em 1967, aquando da visita do Cardeal D. Humberto de Medeiros, Arcebispo de Boston, compôs e dedicou um hino em sua homenagem, a quem ofereceu a partitura original bem como um pergaminho com a distinção de sócio honorário da Banda.

Em 1969 emigrou, em busca de melhores condições de vida, para os Estados Unidos, onde fundou a Banda Nossa Senhora da Luz, sendo o seu maestro até 2016, e tendo visitado com esta os Açores por diversas vezes, ficando célebre o concerto no Teatro Micaelense, no qual, entre outras obras, foi apresentado o poema sinfónico “As Hébridas”, também conhecido como “A Gruta de Fingal”, da autoria de Felix Mendelsshon.

À frente desta banda alcançou enormes sucessos, sendo reconhecido pela sua enorme classe, gentileza e caráter, conquistando diversos concursos de bandas e prémios musicais, fruto da sua exigência e intransigência nos ensaios e atuações, tendo sido convidado até a atuar em 1996 para o Presidente Bill Clinton aquando da visita deste à cidade de Fall River.

Pelas comemorações do Bicentenário da Independência dos Estados Unidos da América, em 1976, compôs a marcha “The Bicentennial of America”, tema escolhido por uma comissão estatal para marcha oficial do desfile e das comemorações associadas à efeméride.

Fez parte também de diversos agrupamentos de música ligeira e jazz.

Como prova de reconhecimento pelo seu inegável talento musical, foi agraciado pelo Presidente da República, Mário Soares, em 1990, pela Associação de Emigrantes “Amigos dos Arrifes”, em 1999. Em 2019 recebeu a Medalha de Mérito pela Junta de Freguesia dos Arrifes, numa cerimónia que se realizou nos Estados Unidos. Recebeu ainda pela Massachusetts State House a distinção do Portuguese Heritage Day Award, em 2005.

A nível profissional, Manuel Canito, enquanto permaneceu nos Açores, foi ourives, profissão que também exerceu nos Estados Unidos, a par da de

soldador, com a mesma qualidade e profissionalismo que sempre demonstrou na música.

Para além da comunidade de emigrantes na Nova Inglaterra, Manuel Canito foi e sempre será um orgulho de todos os Arrifenses em particular, e dos Açorianos em geral, por tudo aquilo quanto alcançou, artisticamente, pela sua personalidade e pela forma como lidava com a comunidade, a família, amigos e as suas eternas bandas: a Lira da Saúde dos Arrifes e a Senhora da Luz de Fall River.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Manuel de Medeiros Canito. Do presente voto seja dado conhecimento à sua família e à Junta de Freguesia de Arrifes.

Horta, sala das sessões, 25 de fevereiro de 2021,

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Flávio Soares e Marco Costa

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sandra Faria, faça favor.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de pesar aqui apresentado reconhecendo de forma especial, no meu caso enquanto arrifense de forma particular, o voto de pesar aqui endereçado à família de Manuel Canito.

Manuel Canito deixa um legado que devo reforçar daquilo que aqui foi apresentado que podemos distinguir a três níveis: ao nível do legado musical/cultural que deixou marca quer na sua região que o viu nascer, mas também quer na região ou nos Estados Unidos para onde acabou por emigrar e fazer lá também um papel importantíssimo junto da comunidade açoriana; ao nível da formação dos mais jovens, através da formação musical que tanto devemos valorizar, não só culturalmente, mas também ao nível da educação e da formação de jovens e da sua personalidade e também na transmissão daqueles que são os valores e as tradições açorianas.

É, por isso, uma figura de relevo na comunidade açoriana e que longe levou o nome dos Arrifes e dos Açores.

Por isso mesmo, associamo-nos ao voto de pesar aqui apresentado e endereçamos também as nossas condolências à família do Sr. Manuel Canito.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Subsecretário, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

A Mesa recebeu dois requerimentos, um do Grupo Parlamentar do CDS-PP, outro do Grupo Parlamentar do PSD, para que ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento fossem apresentados dois Projetos de Decreto Legislativo Regional. Diz-nos esse artigo que eles têm prioridade na Agenda e, portanto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto para a **Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII – “Cria o “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):

Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional – “Cria o ‘Enfermeiro de Família’ no Serviço Regional de Saúde”

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores apresenta, nesta Reunião Plenária, uma iniciativa legislativa que estabelece a criação da figura do “Enfermeiro de Família”, integrando-o no Serviço Regional de Saúde e estabelecendo o seu regime jurídico.

A criação do “Enfermeiro de Família” no Serviço Regional de Saúde trata-se, aliás, de uma medida que o CDS-PP Açores tem vindo a propor desde o ano de 2008 nesta Assembleia, mas não tendo havido, até agora, condições políticas para ser implementado.

Doze anos volvidos, o CDS-PP continua a acreditar e não desistiu da implementação deste importante mecanismo de atuação em cuidados primários de saúde.

Perante a reconfiguração política do Parlamento Açoriano, estamos convencidos que poderá tornar-se, a breve trecho, numa realidade do nosso Serviço Regional de Saúde, o que constituirá um passo decisivo para a reforma dos cuidados primários de saúde, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... assente no princípio da proximidade dos cuidados como forma privilegiada de manter o utente, sempre que possível, no seu ambiente familiar e comunitário, sem que se perca ou mesmo facilitando a ligação entre o médico, os serviços de saúde e os utentes e suas famílias.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Com esta iniciativa, o CDS-PP pretende reorientar os cuidados de saúde das Unidade de Saúde, no sentido de alterar o paradigma centrado na cura para a prevenção, a verdadeira essência dos cuidados primários de saúde.

Esta alteração permitirá melhorar qualitativa e quantitativamente a prestação de cuidados de saúde nos Açores, bem como obter uma significativa racionalização dos meios humanos, técnicos e materiais.

Há mais de vinte anos, a Organização Mundial de Saúde, no ano de 2000, através da Declaração de Munique, definiu claramente quais as funções do "Enfermeiro de Família". Este deve ser responsável por um conjunto de famílias ao longo da vida, atuando como um gestor da saúde familiar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Para além das funções de tratamento, o "Enfermeiro de Família" poderá contribuir de maneira muito útil nas atividades de promoção da saúde e

prevenção da doença, uma vez que a família é o contexto que melhor propicia as mudanças de comportamentos.

O “Enfermeiro de Família” atua num palco privilegiado para aconselhar sobre modos de vida e comportamentos de risco, bem como favorecer a tomada de consciência sobre os problemas de saúde familiar desde o seu início.

Ademais, a existência de um "Enfermeiro de Família" no Serviço Regional de Saúde promove um apoio fundamental às famílias que tenham a seu cargo, no domicílio, doentes ou pessoas com algum grau de dependência ou incapacidade. Esta proposta tem outras vantagens: a capacidade de prestação de cuidados de enfermagem no domicílio contribui para manter os utentes mais estáveis, contribui para o encurtamento das hospitalizações e até pode evitar hospitalizações.

Reduz-se a pressão sobre o Serviço Regional de Saúde e obtêm-se ganhos em saúde.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Face a uma complexidade crescente dos problemas relacionados com a saúde, os enfermeiros são elementos fundamentais nas estratégias que se queiram implementar.

Nos Açores, o Serviço Regional de Saúde pode e deve tirar partido do excelente nível de ensino ministrado nas nossas Escolas Superiores de Enfermagem, que têm contribuído para a formação de profissionais altamente qualificados e cuja sua competência profissional é reconhecida no exterior.

Este projeto transversal à Sociedade Açoriana é, com certeza, um pequeno custo para o Serviço Regional de Saúde, mas certamente um grande ganho para a saúde dos Açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Diz-nos o n.º 2 do artigo 81.º do nosso Regimento que feita a apresentação há um período de 10 minutos para pedidos de esclarecimento, sendo dada preferência a deputados que não pertençam ao partido do apresentante.

Estão, assim, abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à **Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XII – “Regime dos Requerimentos Parlamentares”**.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM. Para a sua apresentação, ao abrigo do artigo 81.º, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Dispõe de 10 minutos, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sr. Membro do Governo:

As perguntas parlamentares constituem um instrumento fundamental de fiscalização e controlo parlamentar da atividade governativa, cuja origem remonta ao século XVIII, tendo as mesmas surgido pela primeira vez no Parlamento Britânico. Com o decorrer do tempo, a capacidade de questionar, fiscalizar e exercer o controlo da atividade dos governos através de perguntas parlamentares, pela sua pertinência e eficácia, generalizou-se às diferentes

instituições parlamentares democráticas. No início do século XX, as perguntas parlamentares ao Governo, que até essa época tinham uma natureza exclusivamente oral, passaram a ser, num número crescente de parlamentos, admitidas sob a forma escrita, documentando, assim, o exercício da atividade parlamentar neste domínio.

De uma forma geral, os requerimentos parlamentares, para além de fornecerem a informação necessária aos deputados para o correto desempenho das suas funções, permitem assinalar as omissões dos poderes públicos, sinalizar respostas sociais urgentes, acelerar o desempenho da máquina burocrática e fiscalizar a legalidade de procedimentos. Desta forma, os requerimentos parlamentares constituem um importante contributo para a constante melhoria e legitimação dos sistemas democráticos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O regime de respostas aos requerimentos dos deputados está, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, consubstanciado no Decreto Legislativo Regional n.º 8/89/A, de 20 de julho.

Ao longo das últimas três décadas, a atividade normativa dos órgãos de governo próprio dos Açores aumentou exponencialmente. O sistema administrativo e normativo tornou-se muito mais denso, complexo e especializado. Assistiu-se no nosso sistema político, tal como sucedeu na generalidade das democracias, a um enorme reforço da capacidade de gerar, analisar e acumular informação por parte do poder executivo, em detrimento do poder legislativo.

Esta linha evolutiva dos sistemas políticos, sociais e económicos modernos torna inevitável a expansão, diversificação e fortalecimento dos mecanismos parlamentares de controlo e fiscalização política da atividade governamental, nomeadamente os referentes ao regime das perguntas parlamentares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, a experiência demonstra que os requerimentos parlamentares constituem um dos mecanismos mais usados pelos parlamentares açorianos no âmbito do acompanhamento e fiscalização da atividade governamental e da administração regional no contexto territorial das suas circunscrições eleitorais, sem prejuízo da natureza regional dos respetivos mandatos parlamentares.

O acompanhamento dos assuntos locais e regionais e a capacidade de obter, em tempo útil, informação oficial em relação aos mesmos, reforça o papel de mediação dos deputados e o seu papel representativo junto das populações no âmbito do sistema parlamentar. Neste sentido, importa aproximar o tempo de resposta aos requerimentos no sistema parlamentar açoriano aos praticados no âmbito da Assembleia da República e noutros sistemas parlamentares da União Europeia. É por isso que, neste diploma, se estabelece o prazo máximo de 30 dias para o Governo Regional...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... responder aos requerimentos apresentados pelos deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A verdade, como ficou mais uma vez provado na última legislatura, é que os governos tendem a esgotar e até a ultrapassar o tempo de resposta legal, no caso dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores ainda 60 dias, algo que afeta gravemente a capacidade de fiscalização parlamentar e contribui para arrastar no tempo a resolução de questões urgentes e deixa os deputados requerentes sem a informação imprescindível para o exercício das suas funções de fiscalizar a ação do governo e de exercer a sua atividade legislativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este facto afeta, assim, o prestígio e eficácia da atividade parlamentar e contribui para a crescente indiferença da cidadania em relação à instituição parlamento.

A omissão de resposta aos requerimentos dos deputados não implica, para além da indiferença manifestada, no nosso sistema parlamentar, assim como em todos os outros, qualquer sanção jurídica.

Nesta perspetiva, importa reforçar os mecanismos de responsabilização política do poder executivo e melhorar os mecanismos de tramitação parlamentar - para outros instrumentos de fiscalização, controlo parlamentar e acesso à informação - das situações que resultam da inexistência de respostas aos requerimentos por parte do Governo Regional.

Assim, contempla-se, neste diploma, a publicidade das situações de incumprimento, a obrigatoriedade do Governo Regional explicar as razões que fundamentam a impossibilidade de cumprir o prazo legal, a transformação das perguntas escritas em perguntas orais sem condicionalismos de natureza arbitrária e a possibilidade de se promoverem interpelações ao Governo Regional como consequência da omissão de resposta aos requerimentos.

É nesta medida, em favor da centralidade do parlamento, em favor da transparência política, de uma ação mais eficaz, mais transparente e que aproxima efetivamente os parlamentares da sua real função que o PSD, o PPM e o CDS apresentam perante vós este diploma que visa reduzir para metade o tempo que atualmente o Governo Regional dispõe para responder aos requerimentos de todos os deputados desta Assembleia Legislativa Regional. Todos os deputados desta Assembleia Legislativa Regional! Em benefício do Parlamento, da centralidade do Parlamento, mais uma vez aqui estamos nós, a coligação, a dar a cara pela democratização que este hemiciclo necessita.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e IL)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo, vamos dar continuidade à nossa Agenda com o ponto 10: **Eleição do presidente do Conselho Económico e Social dos Açores.**

Rege esta matéria a alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018, de 5 de julho, e os artigos 173.º e 175.º do nosso Regimento.

A proposta que deu entrada na Mesa apresenta como candidato ao cargo de Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores o Dr. Gualter Furtado e vem acompanhada da respetiva declaração de aceitação, preenchendo assim os requisitos formais para esta candidatura.

Estas eleições sendo nominais terão de ser por voto secreto e, portanto, peço aos nossos colaboradores que distribuam os boletins de voto para depois procedermos à respetiva chamada para esta eleição.

(Neste momento, foram distribuídos os boletins de voto)

Vamos então iniciar a votação.

Penso que todas as Sras. e Srs. Deputados já têm o seu boletim.

Sr. Secretário, faça favor.

(Neste momento, procedeu-se à chamada e à contagem dos votos)

Tem a palavra, Sr. Secretário, para o anúncio da votação. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O candidato, o Dr. Gualter Furtado, foi eleito com 52 votos a favor, dois votos não e três abstenções.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Felicito o Dr. Gualter Furtado pela sua eleição e faço votos de um bom trabalho em prol dos Açores.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos para o ponto 11 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 20/XII - “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que diligencie junto da Segurança Social a criação de Moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Chega. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Novamente trazemos aqui, tínhamos trazido o mês passado, na sessão passada, com pedido de urgência, e após os esclarecimentos em comissão, este Projeto de Resolução que diz o seguinte:

“A crise pandémica tem resultado numa redução da atividade económica nos Açores, de uma forma acentuada, em todos os setores da economia do arquipélago. Esta redução por vezes baixa para valores tão mínimos que torna insustentável o cumprimento das obrigações mensais com a Segurança Social, revelando-se quase impraticável o seu pagamento, por mais baixo que seja o valor.

As microempresas e os trabalhadores independentes, nesta altura, sentem que o seu posto de trabalho e/ou dos seus colaboradores, pode estar em causa pela fraca rentabilidade obtida mensalmente, nas suas atividades.

Por outro lado, estes profissionais têm um acesso muito reduzido a ferramentas financeiras bancárias que lhes possam garantir a sustentabilidade durante muitos meses, no cumprimento das obrigações fiscais e laborais.

Posto isso, entende o Grupo Parlamentar do Chega Açores que:

- Considerando os efeitos devastadores que a pandemia tem tido sobre a economia, especialmente sobre as microempresas e trabalhadores independentes;
- Considerando que não existe qualquer previsão real sobre o término desta pandemia;
- Considerando que muitas microempresas e trabalhadores independentes, começam a acumular encargos, ou a ter dificuldade em cumprir as suas obrigações mensais, incluindo a Segurança Social;
- Considerando que é da mais elementar preocupação manter ativos estes profissionais e o tecido económico que estes representam, minimizando assim os riscos de mais desemprego e falências.

O Grupo Parlamentar do Partido Chega ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, apresenta o seguinte o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional dos Açores que ao abrigo da alínea b), do artigo 88.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma proponha à Assembleia da República a criação de moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores mensais e dos empresários em nome individual.”

Assim sendo, Sr. Presidente, pedimos um adiamento destas contribuições mensais que todos nós conchemos para que possamos também salvar estes pequenos empresários e estas pequenas empresas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Recordo que o partido do Chega, o Grupo Parlamentar, apresentou uma proposta de substituição integral e é sobre ela que deve incidir o nosso debate e a nossa votação.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD concorda com o preâmbulo desta iniciativa do partido Chega e concorda igualmente com aquilo que é a sua parte deliberativa, ou seja, é uma recomendação ao Governo que avalie junto da Segurança Social a possibilidade de serem instituídas moratórias ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é, não!

O Orador: ... da Assembleia da República a possibilidade das moratórias serem instituídas para empresários em nome individual e trabalhadores independentes na Região.

Sobre esta matéria se legalmente for possível e se o Governo com a sua diligência conseguir é evidente que traz benefícios quer para os trabalhadores independentes, quer para os empresários em nome individual e nesse sentido apoiamos a iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O impacto que a pandemia COVID-19 tem provocado nos vários sectores de

atividade e no tecido empresarial da nossa região está bem patente no nosso quotidiano e não é, de todo, indiferente a este hemicycle.

Neste sentido, tem vindo a ser proposto um conjunto de iniciativas que visam colmatar o impacto negativo provocado pela situação pandémica vivida, na qual se inclui a iniciativa do PAN aprovada no pretérito período legislativo de janeiro, que propôs a atribuição de um apoio concreto a uma classe profissional específica, designadamente, aos profissionais de informação turística (e à qual o Chega posicionou-se contra), em razão da sua inatividade profissional face aos efeitos e medidas restritivas em resultado do estado pandémico.

A recomendação proposta pelo Chega ao Governo Regional dos Açores para a Assembleia da República, que promove a criação de moratórias no pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual, carece, na nossa opinião, de alguma solidez expositiva relativamente aos moldes a que e a quem se aplica, uma vez que não é concreto nem está explícito na iniciativa apresentada.

Importa definir e saber se esta moratória é extensível a todos os trabalhadores independentes e empresários em nome individual, independentemente da presença ou não de alterações nos seus rendimentos, ou se é aplicável apenas a trabalhadores e empresários que comprovadamente apresentam perdas significativas nos rendimentos declarados à Segurança Social.

Ademais, esta recomendação proposta pelo Chega poderá apenas constituir um adiar do problema para os trabalhadores independentes e empresários em nome individual que se socorram, eventualmente, desta moratória, atendendo que, e conforme o próprio Chega afirma nas considerações do seu projeto " Não existe previsão real sobre o término desta pandemia".

Isto porque, mesmo havendo uma eventual retoma, esta poderá não corresponder inicialmente aos valores desejáveis e exequíveis para a

subsistência destes trabalhadores independentes e empresários a nome individual, em conciliação com o pagamento das moratórias devidas.

Não obstante, esta medida poderá constituir, no atual momento e futuro próximo, um alívio financeiro, ainda que momentâneo, para os trabalhadores independentes e empresários em nome individual, essencial para a manutenção da sua atividade profissional e continuidade empresarial.

Assim, pelo exposto, o PAN votará favoravelmente a presente iniciativa do Chega.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Colegas de Governo:

Para, Sr. Presidente, dar o entendimento do Governo sobre esta matéria e sobre esta proposta do partido Chega, gostaria de acrescentar à discussão o seguinte: o que estamos aqui a discutir efetivamente é uma recomendação ao Governo Regional para que envie à Assembleia da República, ao abrigo do nosso Estatuto, esta pretensão deste projeto de resolução que é aqui apresentado pelo Chega. A matéria, a substância será obviamente discutida na Assembleia da República já que nós aqui não temos competência para discutir a substância da matéria, será na Assembleia da República que, aliás, esta matéria é reserva relativa da Assembleia da República, e como reserva relativa da Assembleia da República nós ao abrigo do artigo 88.º o que podemos fazer, e vamos fazer, caso seja aprovada a resolução, será enviar para a Assembleia da República, alguém tomará o projeto como seu e então a Assembleia da República avaliará da pertinência, como fará, quem é abrangido e quem não será abrangido na questão das moratórias e das pretensões que o partido Chega aqui apresenta.

O Governo nada tem a opor a este projeto de resolução, mas também esclareço que o nosso papel é exatamente ao abrigo do nosso Estatuto, ou seja, não temos

competência nessa matéria. Portanto, compete-nos a nós cumprir o nosso Estatuto e é isso que faremos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Era exatamente nesse sentido e já o Sr. Vice-Presidente esclareceu acho que de uma forma bastante explícita o que é que esta iniciativa pretende.

Efetivamente associamo-nos a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Chega, porque acreditamos que será mais um contributo aos trabalhadores independentes e aos empresários em nome individual.

Queríamos também dizer que realmente essa substituição integral e a reformulação do ponto resolutivo ficou mais claro aquilo que se pretendia com esta iniciativa exatamente no sentido até do que o Sr. Vice-Presidente disse que realmente vai para a Assembleia da República e eles lá, com as competências que lhes são atribuídas, irão delinear a forma como tudo isto irá se proceder, mas acreditamos, portanto, que essa reformulação foi importante para o esclarecimento do que se pretendia com esta iniciativa.

Como tal, o Grupo Parlamentar do CDS irá associar-se a esta iniciativa que acreditamos que, vindo a concretizar-se, será mais um contributo para os trabalhadores independentes e para os empresários em nome individual.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Srs. Deputados do Partido Chega/Açores ao elaborar este projeto de resolução certamente tiveram contatos com os trabalhadores independentes e os empresários em nome individual, de modo a perceber que seria uma forma de aliviar os seus compromissos financeiros durante alguns meses.

Importa esclarecer que os trabalhadores independentes, a maior parte, estão abrangidos por um regime simplificado de contribuições ao submeterem na Segurança Social Direta a sua declaração de rendimentos do trimestre anterior com os valores obtidos, sendo as contribuições nos subsequentes três meses calculados sobre esses valores, tendo como valor mínimo de contribuição mensal 20€.

Também está em vigor e abrange os trabalhadores independentes e os empresários em nome individual a suspensão de execuções e de planos prestacionais por dívidas à Segurança Social no período de 1 de janeiro a 31 de março de 2021.

Até ao fim deste mês de fevereiro de 2021 todas as entidades, inclusive os trabalhadores independentes e os empresários em nome individual, podem requerer um plano prestacional relativamente às contribuições em dívida, começando a satisfazer o mesmo em julho de 2021.

Na Comissão de Assuntos Sociais coloquei as seguintes questões: em que se basearam para terem como base de um período de seis meses; a 13 de março de 2020 o Decreto Lei 10/A, de 2020, foi definido pelo Governo da República a possibilidade de deferimento das prestações pelo período de recebimento dos apoios extraordinários por parte do trabalhador independente, o que propõe

agora o Chega é que se aplique a todos os empresários em nome individual e a trabalhadores independentes, independentemente da situação em que se encontram. Porquê a opção exclusivamente para essa tipologia de contribuintes?

Sabem ou têm a mínima noção, de quantos trabalhadores independentes e empresários em nome individual serão abrangidos?

A questões colocadas na Comissão de Assuntos Sociais não foram esclarecidas. A proposta de se promover diligências junto do Instituto de Segurança Social foi reprovada. É importante apoiar os trabalhadores independentes, é importante apoiar os empresários em nome individual.

É importante apoiar as microempresas. Claro sim! Não existe dúvidas! Os apoios precisam-se, podem e devem ser ajustados consoante as dificuldades que vão surgindo.

Nesta fase que atravessamos a volatilidade da pandemia faz com que uma medida perda a atualidade e possa não ter aplicabilidade agora, mas venha a ser necessária mais tarde.

Congratulamo-nos, no entanto, com a alteração aqui proposta, pese embora não tivesse sido apresentada pelos proponentes aquando da discussão em sede de comissão. No entanto, é necessário ter consciência da legalidade do proposto.

Na Região, em matéria de prestações e contribuições, não dispomos de autonomia. O Sr. Vice-Presidente acabou também de reformular esta situação e de explicar a todos nós.

A Segurança Social é uma só e é nacional.

No seguimento da substituição deste projeto de relatório verificamos que a alteração realizada se prende com uma recomendação ao Governo Regional dos Açores para que a diligência seja junto da Assembleia da República ao invés do Instituto de Segurança Social e muito bem.

Sendo assim, e apesar de algumas dúvidas que persistem e que após este debate continuam por esclarecer, é importante apoiar esta franja do nosso tecido económico e como tal iremos aprovar esta iniciativa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que esta proposta parte de um princípio com o qual concordamos e tem efetivamente uma boa intenção, porque efetivamente os pequenos empresários, os empresários em nome individual, trabalhadores independentes, muitos deles passam por uma situação de grande dificuldade pelos motivos que escuso de dissertar sobre eles, mas que têm obviamente a ver com a quebra de rendimentos e a quebra de faturação a que estão sujeitos neste momento.

Efetivamente o princípio de criar um deferimento, uma moratória que não é uma isenção, o que está aqui pedido é uma moratória, ou seja, um adiamento das suas contribuições, é um princípio que pode trazer alguma folga a esses trabalhadores independentes e empresários em nome individual.

Mas, no entanto, o Bloco de Esquerda... e começo por dizer que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a iniciativa, não deixando, no entanto, de fazer algumas considerações sobre a proposta em si, sobre a medida, mas também sobre a forma como ela é colocada e como ela é trazida a esta Assembleia.

Em primeiro lugar, sobre a forma e sobre o processo. Já foi aqui referido que esta proposta quando chegou a plenário na passada sessão plenária, o pedido de urgência foi rejeitado e ela desceu a comissão, porque este Parlamento decidiu que seria útil ...

Deputado João Vasco Costa (PS): E bem!

O Orador: ... ouvir o proponente em comissão e deliberar sobre possíveis diligências adicionais para uma melhor análise da matéria.

Infelizmente e efetivamente o que sucedeu em comissão foi que a maioria na Comissão de Assuntos Sociais decidiu que não se deveria nem ouvir ninguém, nem pedir qualquer parecer.

Ora, isso causa-nos, em primeiro lugar, uma estranheza quando há pouco ouvia daquela tribuna o líder parlamentar do PSD falar na centralidade do Parlamento, na transparência, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque quando os deputados da Comissão de Assuntos Sociais solicitaram informações adicionais, ou queriam solicitar informações adicionais, o que a maioria que suporta este Governo disse é que não há informações para ninguém, vamos para plenário e acaba-se a conversa.

Para quem diz que a centralidade do Parlamento é um fator importante ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... parece que a prática não bate com o discurso e não posso deixar de o referir neste debate.

Em segundo lugar, não posso deixar também de referir a forma como esta proposta é aqui trazida.

Há vários instrumentos que legitimamente cada grupo parlamentar pode trazer e deve fazer da forma como entender, de forma legítima, utilizando todas as formas regimentais para trazer os mais diversos assuntos a esta Casa. É legítima!

Umás são mais conseqüentes e diretas do que outras. O que esta proposta traz é uma recomendação ao Governo Regional para que se pronuncie sobre a Assembleia da República sobre uma possível criação de uma moratória.

Ora, devo lembrar que este Parlamento tem, da mesma forma que o Governo tem nas suas competências no artigo 88.º do Estatuto Político Administrativo, como competência pronunciar-se por sua iniciativa ou sob consulta dos órgãos de soberania, sobre as questões da competência destes que digam respeito à Região este Parlamento, esta Assembleia, as Sras. e os Srs. Deputados têm a competência de, no artigo 34.º do Estatuto, pronunciar-se por sua iniciativa ou sob consulta dos órgãos de soberania sobre as questões de competência destes, ou seja, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... esta proposta seria, julgo eu, mais dignificante desta Casa, se recomendasse a esta Assembleia que se pronunciasse sobre esta matéria e não mandasse um recado ao Governo Regional. Seria mais direto, seria mais conseqüente e julgo eu uma forma muito mais dignificante deste Parlamento e do seu trabalho. É uma forma altamente indireta de procurar resolver o problema. Legítima, não deixo de o dizer.

Em segundo lugar, haveria ainda uma forma mais conseqüente e mais direta que seria apresentar uma anteproposta de lei, porque este Parlamento também iniciativa legislativa, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): A partir de ontem já não tem iniciativa legislativa!

O Orador: ... mas essa é obviamente outra forma de nos pronunciarmos.

Para além disso, gostaria apenas de dizer e de referir (não vou repetir aquilo que já foi dito há pouco pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista) que estão em vigor efetivamente várias medidas por parte da Segurança Social, medidas de âmbito nacional, que abrangem trabalhadores independentes e são medidas que

também alguns poderão não ser totalmente suficientes, mas são medidas importantes, como o diferimento de obrigações contributivas, como medidas que se aplicam no caso dos empresários em nome individual que têm trabalhadores a seu cargo, que podem ou recorrer ao *lay-off* simplificado e aí nesses casos não se aplicam a todos certamente. Têm isenção total dos pagamentos à Segurança Social, nesse caso não é uma moratória, é efetivamente isenção total, e no caso do apoio à retoma têm dispensa de 50% do pagamento das contribuições da Segurança Social, isso nos casos dos empregadores com trabalhadores a cargo.

E há outra que também já foi aqui referida, que me parece que essa proposta deveria prever não invalidando o nosso voto favorável, que é distinguir aquelas empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes que têm quebras de rendimento daqueles que não têm, porque efetivamente a crise não atinge todos por igual e há até certamente e felizmente empresas que não estão a sentir, trabalhadores individuais que não estão a sentir da mesma forma os efeitos da crise e até eventualmente estão a ter uma atividade normal, como há setores que têm uma atividade normal e felizmente que assim acontece. Ou seja, esta matéria também devia estar, em nosso entender, melhor prevista nesse projeto de resolução, mas tendo em conta que é uma intenção, uma boa intenção que não está no nosso entender plasmada da forma mais direta e mais consequente, iremos votar a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse sobre a necessidade de termos chumbado aqui, nesta câmara, o pedido de urgência que chumbámos, ela está aqui absolutamente esclarecida.

A proposta que hoje vamos votar nada tem a ver com a proposta inicial que foi apresentada ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

O chumbo da urgência permitiu que esta Casa tomasse uma medida consequente ao invés de ter decidido precipitadamente uma coisa que seria absolutamente inconsequente e não vou repetir as palavras que na altura foram proferidas pelo senhor líder da bancada parlamentar do Partido Socialista.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sim! É melhor não repetir!

O Orador: Mas o que me traz aqui, hoje, sobre este assunto ... Ouço vozes do além já!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Aquilo que me traz hoje aqui a este assunto ainda é outra coisa: é que esta Casa foi maltratada pelo proponente nas redes sociais e nos media dessa Região...

Deputado Francisco César (PS): É verdade

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... por ter chumbado uma urgência de um documento que era inconsequente para garantir que os trabalhadores independentes e os empresários em nome individual tivessem de facto um mecanismo que os protegia.

Fomos vilipendiados! Fomos tratados com epítetos que me recuso a repetir e afinal tínhamos todos razão. Afinal todos sabíamos que aquele diploma era inconsequente, que aquele diploma nem sequer estava bem feito e a prova é esta

que disse aqui há pouco: o diploma que agora vamos aprovar e felizmente anuncio que o meu sentido de voto vai ser favorável e falta só o Sr. Deputado Paulo Estêvão falar, provavelmente será um diploma aprovado por unanimidade, é um diploma completamente diferente do diploma que estava aqui em discussão há um mês.

Portanto, é por isso que hoje (e não queria deixar de frisar isto) votamos favoravelmente este diploma, porque ele nada tem a ver com cuja urgência chumbámos, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Vão para as redes sociais pedir desculpa!

O Orador: ... apesar de não termos sido esclarecidos em sede de comissão, porque não fomos esclarecidos em nenhuma das questões que pusemos em sede de comissão. Fomos esclarecidos, sim, com a apresentação da substituição integral da resolução.

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente!

O Orador: Isto é que nos esclareceu! Não foi a reunião da comissão, não foi a baixa à comissão que nos esclareceu, porque se o diploma tivesse sido mantido com os esclarecimentos que foram dados na comissão provavelmente estaríamos aqui todos, os mesmos que chumbaram a urgência, a voltar a chumbar o diploma por não ser consequente e não estar bem elaborado.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Quem foi o autor deste diploma?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devo dizer em relação a este diploma que Vs. Exas. no âmbito dos trabalhos da comissão temos duas características que podem funcionar.

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

Não percebo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a sua reação.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu posso explicar! É voltar a casa!

O Orador: Eu estou a dizer que no âmbito das comissões nós somos esclarecidos e há quem peça esclarecimentos. Portanto, Vs. Exas. no âmbito dos esclarecimentos que vos foram solicitados, Vs. Exas. decidiram alterar e muito bem o vosso posicionamento sobre esta matéria, mas isto é que é a democracia. Pede-se que Vs. Exas. alterem a redação do texto ...

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que a gente pediu!

O Orador: ... e agora vêm aqui e condenam Vs. Exas. por terem feito aquilo que foi solicitado.

É uma visão da democracia.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não, não!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa engenhoca não serve para nada!

O Orador: Ou seja, o que estou aqui a dizer-vos e a transmitir ao Chega é que Vs. Exas. atuaram de forma democrática, ouviram as dúvidas, foram-vos colocadas questões e para espanto de muitos os senhores alteraram o diploma com sucesso, porque agora estão a obter o voto unânime desta câmara. Portanto, há muita gente que queria votar contra, mas devido às alterações que Vs. Exas. introduziram são obrigados a votar a favor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

O Orador: Essa é que é essa!

Por isso, porque Vs. Exas. o que ouvem são as dificuldades das pessoas. Portanto, as pessoas o que vos transmitiram em relação aos trabalhadores

independentes e aos pequenos empresários é que uma das situações que os está a penalizar mais é realmente o pagamento das contribuições mensais dos trabalhadores independentes e dos empresários em nome individual e que uma moratória teria um efeito muito benéfico numa altura em que a situação é tão complexa.

Portanto, o que sai daqui deste Parlamento é uma mensagem politicamente forte, no sentido de sinalizar que esta medida tem de ser implementada.

Agora, o que Vs. Exas. recebem aqui também é um êxito político rotundo, porque conseguem a unanimidade do voto de toda a câmara, portanto, da minha parte os parabéns aos Srs. Deputados Carlos Furtado e José Pacheco.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do CH)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão não tem necessidade de se sujeitar a isso e isso eu reconheço!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Carlos Furtado tem a palavra. Faça favor.

Deputado João Vasco Costa (PS): Vai pedir desculpa pelo que escreveu no Facebook!

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sras. e Srs. Deputados que já manifestaram a sua declaração de voto. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome daqueles que vão ser abrangidos por essa medida que está hoje aqui a ser aprovada, em nome dessa gente que não tem um anjo da guarda, não, esses arriscaram a vida, têm uma atividade própria, correm riscos todos os dias. Essas

peessoas que hoje vendo que esta Casa se uniu em torno dessa causa seguramente reconhecerão o valor da democracia, o valor também da diferença de pensamento, mas que nos momentos chave unem-se no mesmo objetivo. Não esquecerão com certeza os açorianos abrangidos por essa medida essa posição.

Quero também recordar ao Sr. Deputado António Lima nas observações que fez que há empresários com mais dificuldades e menos dificuldades. Há empresários que eventualmente até podem ter aumentado a sua faturação em tempo de pandemia, é certo.

Mas digo-lhe, Sr. Deputado, que quem vive a vida de empresário, vive uma vida de formiga, mesmo nos momentos onde mais se fatura há sempre uma necessidade de acautelar o futuro e ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É precisamente o contrário! O que é que isso tem a ver?

O Orador: ... e há um princípio base no empresário: aqueles empresários (e eu conheço os empresários da nossa terra) que hoje e doravante conseguirem pagar as suas contribuições para a Segurança Social e todos os outros encargos, vão fazer certamente e vão fazer precisamente porque desconhecem o dia de amanhã.

Portanto, estes, esses empresários que não precisarem dessa moratória, Sr. Deputado, não a vão usar, vão usar sim todos os outros que precisarem, independentemente ...

Eu sei, porque eu sei do que é que estou a falar. Eu conheço os empresários. Eu sempre fui empresário. Conheço a minha classe.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 20/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 20/XII apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, passando para o ponto 12 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 6/XII - “Cria a Comissão Eventual COVID-19”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e dou a palavra à Sra. Deputada Ana Luís para a sua apresentação. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Desde há cerca de um ano, os Açores, Portugal e o Mundo viram-se confrontados com a doença COVID-19, provocada pelo vírus SARS-COV-2, considerada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia, e que em pouco tempo alterou os nossos hábitos sociais e de consumo, encerrou empresas, destruiu emprego e deixou-nos em suspenso perante uma doença que evoluía, com risco exponencial de contágio, e com graves consequências para uma percentagem de infetados, particularmente a população idosa e com patologias médicas pré-existentes.

Durante esse período não foram apenas as empresas que tiveram que se adaptar, ou as famílias que se tiveram de reinventar. Também os Parlamentos foram desafiados a encontrar novas formas de trabalhar por forma a cumprirem com a sua função de fiscalização da ação governativa e a sua função legislativa.

No caso dos Açores foram múltiplas as formas como isso foi feito, desde a realização de reuniões da Comissão Permanente, a audição de Secretários

Regionais e até do então Presidente do Governo para prestar informações ao Parlamento.

A realização das reuniões das comissões por meios telemáticos, culminando na realização de dois plenários exclusivamente em plataforma digital.

A tão almejada vacina foi, entretanto, testada e aprovada pelas entidades de saúde europeias e iniciou-se, por toda a Europa e também na nossa Região, o plano de vacinação.

A forma como a pandemia evoluiu nos Açores com um aumento significativo de casos logo a seguir às festividades de Natal conduz-nos à constatação de que não existem certeza, nem verdades absolutas, que os comportamentos individuais são fundamentais ao combate à pandemia e que as regras e medidas a aplicar devem ser claras e rigorosas.

Neste contexto, aos legítimos representantes do povo açoriano exige-se uma atenção redobrada, um acompanhamento ainda mais próximo e uma atitude proativa para o cumprimento da sua função e para que em conjunto possamos combater os efeitos provocados pela pandemia.

Hoje, como antes, o Partido Socialista assume a responsabilidade de acompanhar e propor as iniciativas que a todo o tempo forem entendidas como oportunas, sejam nesta matéria de salvaguarda da saúde pública, do rendimento e do emprego, seja em qualquer outra.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a esta Assembleia a criação de uma Comissão Eventual COVID-19 para acompanhar a incidência da pandemia de COVID-19 na Região Autónoma dos Açores, especialmente, nas áreas relativas à componente sanitária e de saúde pública, impacto económico e social em geral, impacto no setor particular e cooperativo nas diversas vertentes da sua atuação, bem como acompanhar as medidas que nos Açores são implementadas nesses âmbitos.

Estamos convictos que com a criação desta comissão eventual habilitaremos o Parlamento com toda a informação que considere útil ou necessária para o cumprimento das suas funções legislativas e de fiscalização, permitiremos que o Parlamento conheça o processo de decisão, as suas razões e os seus objetivos e facilitaremos o fluxo de informação com o Parlamento, uma vez que será benéfico para esta Assembleia estabelecer sob a forma de uma comissão eventual os mecanismos de fluxo de informação entre o Governo e o Parlamento, disciplinando, regulando e estabelecendo mecanismos e regras.

Por fim, mas não menos importante, o Partido Socialista propõe que todos os partidos possam ter assento nesta comissão com direito a voto, respeitando o equilíbrio de forças neste Parlamento, mas também que todas as Sras. e Srs. Deputados possam acompanhar os trabalhos desta comissão através da apresentação mensal ao plenário dos relatórios produzidos por esta comissão eventual.

A todos aqueles que se arrogam de defender aquilo que designam por uma nova forma de governar, transparência, comunicação e proximidade ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito vos doi isso!

A Oradora: ... e que tem enaltecido a nova centralidade deste Parlamento, pois têm aqui a vossa oportunidade de demonstrar que estas não são apenas palavras bonitas e de circunstância.

Disse._

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente dizer que não podemos acompanhar muitas das afirmações que foram feitas daquela tribuna, principalmente no que se refere à informação transmitida à Assembleia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não podemos concordar primeiramente no sentido de que se existe informação partilhada à Assembleia é neste momento e com esta nova realidade pela qual estamos a atravessar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): muito bem!

A Oradora: Porque se não existiu a necessidade de criar esta comissão eventual de acompanhamento numa fase inicial, quando tudo era desconhecido, quando muitos de nós não sabíamos e não tínhamos o acesso à informação e às decisões políticas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

A Oradora: ... que temos, médicas, que são tomadas agora, não tínhamos acesso a essa informação e temos agora, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito que mudaram!

A Oradora: ... não faz sentido, no nosso entender, criar esta comissão eventual neste momento.

Deputado João Vasco Costa (PS): Uma comissão transparente!

Deputado Francisco César (PS): Onde está a transparência?

A Oradora: E não faz sentido criar esta comissão por vários motivos.

Primeiro, porque basta analisarmos as vezes que o Sr. Secretário da Saúde, acompanhado pelo Sr. Diretor Regional e pelo Presidente da Comissão de Acompanhamento, esclareceram exatamente a Comissão dos Assuntos Sociais, esclarecendo também esta Assembleia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Dizer também que tivemos um requerimento por parte do Sr. Secretário da Saúde para ir exatamente esclarecer a Assembleia, esclarecer a comissão, no que se refere ao plano de vacinação, em que as pessoas ficam tão apreensivas com tudo isso, se devem ou não devem vacinar, o que devem fazer ... Porque acredito que todos nós nesta Casa já fomos muitas vezes procurados por pessoas (mesmo não sendo nós pessoas ligadas à saúde) com dúvidas, com questões. Portanto, acho que isto também é algo que não deve ser criado para gerar ruído, barulho e confusão ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... à volta de uma matéria tão sensível como esta em que devemos estar unidos no sentido de não criar esse ruído.

Esta comissão eventual faria sentido se o Governo tivesse a postura de não prestar declarações, se estivéssemos meses à espera ou semanas à espera de uma ida do Sr. Secretário da Saúde à Comissão de Assuntos Sociais, ...

Deputado Francisco César (PS): A senhora é um bocadinho suspeita nesta matéria!

A Oradora: ... se o próprio Governo Regional, através do Sr. Secretário, não estivesse na predisposição de esclarecer ou de criar atritos, ou demorar muito tempo a responder àquilo que eram as nossas questões e que eventualmente o que estava a acontecer na Região poderia ser suscetível de alguma controvérsia, mas não foi essa a postura. Tem ido sempre à Comissão de Assuntos Sociais e isto é notório por mais voltas que a gente queira dar, basta comparar o que aconteceu na Comissão dos Assuntos Sociais da anterior legislatura desde que estamos em pandemia ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Estamos a falar é desta legislatura!

A Oradora: ... e o que está a acontecer agora e isso não à volta a dar por mais que a gente queira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

A Oradora: É neste sentido que também ter que ser a Assembleia a fiscalizar e a ter acesso à informação, que também entrou uma iniciativa do CDS e do PPM, no sentido de alterar o Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região, que também assume particular importância nesta fase que estamos a viver, para que o Governo Regional, com regularidade informe também a Assembleia Regional.

Como tal, não reconhecemos que exista esta necessidade neste momento ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Que vergonha!

A Oradora: ... e até porque entendemos que a criação desta comissão nesta altura que estamos a atravessar não iria ter o aspeto positivo, que acreditamos que o Partido Socialista entenda que possa ter, mas que no nosso entendimento não terá este aspeto positivo e o intuito com que querem criar, exatamente pelos motivos que expus anteriormente, porque acho que estamos a ser esclarecidos estamos a acompanhar as decisões políticas e as decisões clínicas que são implementadas e, como tal, existindo este esclarecimento não há necessidade de criar esta comissão eventual

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental. Faça Favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Exmos. Membros do Governo:

As eleições legislativas regionais de 25 de outubro passado não se verificou apenas uma mudança de Governo.

A larga maioria dos açorianos rejeitou também um modo de governar unilateral em que um único partido muitas vezes decidia sem prestar contas ao Parlamento...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e do Governo)

A Oradora: ... e quando o fazia era tarde e a más horas.

Esta nova legislatura está a ser marcada por uma clara mudança em matéria de transparência.

Deputado José Contente (PS): Está a ver-se!

Deputado João Vasco Costa (PS): Viu-se ontem!

A Oradora: É na Assembleia Legislativa dos Açores que se centra a decisão política. É a este Parlamento que o Governo deve prestar as suas contas de imediato e sempre que tal é exigido.

Sempre que tal foi requisitado o novo Governo Regional soube responder a esta exigência de absoluta transparência.

Veja-se, por exemplo, a disponibilidade demonstrada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde para, de forma célere, vir prestar esclarecimentos ao Parlamento.

Aliás, em dois meses já foi mais vezes à Comissão de Assuntos Sociais que a sua antecessora durante o período da pandemia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e do Governo)

A Oradora: O mesmo se pode dizer relativamente ao atual Diretor Regional que está sempre em campo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ao contrário do que se sucedia nos governos socialistas existe agora uma resposta pronta a todas as solicitações de todas as Sras. e Srs. Deputados nas respetivas comissões permanentes.

Nesses tempos a maioria socialista chumbava os pedidos de audição feitos pela oposição ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é mentira!

A Oradora: ... ou quando estes eram aprovados os Secretários Regionais demoravam meses ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

A Oradora: ... a ir às comissões parlamentares.

Deputado João Vasco Costa (PS): É falso o que a senhora está a dizer!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Exemplos desta falta de respeito no Parlamento não faltam.

Em setembro de 2018, por exemplo, o PSD solicitou audiência urgente da anterior Secretária Regional dos Transportes sobre as ligações aéreas à ilha do Faial e apesar do pedido de urgência a Sra. Secretária só foi à comissão quatro meses depois.

Era assim que se governava no PS, que os governos do PS tratavam o Parlamento e faziam-no com a conivência dos deputados socialistas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e do Governo)

Por isso, a proposta do Partido Socialista faria todo o sentido no passado, quando havia um Governo que recusava prestar contas ou o fazia com meses de atraso.

No momento presente a criação de uma comissão eventual mais não é do que um atropelar das competências próprias das comissões permanentes tanto dos Assuntos Sociais, como da Economia, além de representar um acréscimo desnecessário de custos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra a iniciativa do Partido Socialista.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): É uma vergonha!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há um ano que o mundo se confronta com um combate longo e duro contra a Covid-19 que nos colocou numa situação de grandes constrangimentos em todas as vertentes da nossa vida.

Alterámos os nossos hábitos na vida laboral, na nossa vida social, colocando-nos num mundo de quase suspensão.

A situação delicada em que nos encontramos merece de todas e de todos nós uma atenção particular na sua gestão, tal como no seu acompanhamento.

Nós, eleitas e eleitos pela população, temos o dever e a obrigação de ver para além de nós próprios e das questões partidárias.

Esta iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS para a criação de uma Comissão para Acompanhamento de Incidência da Pandemia Covid-19 na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente nas áreas relativas à componente sanitária e de saúde pública, de impacto económico e social, de impacto no setor particular e cooperativo nas diversas vertentes da sua atuação, tal como no acompanhamento das medidas que nos Açores são implementadas faz todo o sentido.

Assim, o Bloco de Esquerda num assunto desta importância, à semelhança de outras que já aqui aconteceram, concorda que deve ser criada uma Comissão Eventual Covid-19 composta por deputadas e deputados que possam dar o seu contributo positivo na gestão e no combate à pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que o PS tem feito!

A Oradora: O que nós temos visto até agora, Sras. e Srs. Deputados, (e não vou pedir desculpa por esta minha observação) é um conjunto de acusações daquela parte, aquela parte ali, acusam o que esta parte não fez, mas também não querem fazer melhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está enganada! Não apoiado!

A Oradora: Querem manter a sua maioria e decidir por si sós. Afinal a transparência em democracia encerra-se só ali.

Ainda mais não nos podemos esquecer de uma coisa, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Não se esqueça que não têm maioria, Sra. Deputada!

A Oradora: ... eu não me esqueci, é que aquando de uma situação bastante delicada da morte dos idosos do Nordeste houve aqui por parte de alguns partidos aquela intenção que queriam uma comissão para acompanhar as mortes no Nordeste, porque era importante a transparência e chamar a atenção, e isto e aquilo, mas agora a coerência já falha. Agora já não dá tanto jeito que se criem comissões eventuais para acompanhar um assunto desta pertinência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a humildade democrática!

A Oradora: Pois é, a coerência ficou na outra legislatura.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): A senhora quer que se crie a comissão antes?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gil Borges. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Gil Borges (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Em relação a este assunto, até considerando o atual estado da evolução da pandemia Covid-19 nos Açores, nas últimas 24 horas cinco novos casos, quatro em São Miguel (dois na Ribeira Grande, dois em Ponta Delgada) e um no Pico, acho desatualizada essa proposta da criação de uma comissão eventual que venha a trazer alguma mais valia no combate à expansão dessa doença contagiosa.

A vacinação é, nesta fase do combate à pandemia, um novo instrumento que, apesar de haver algumas dúvidas mais resultantes do modo da sua aquisição e chegada à nossa Região, vem sendo consecutivamente adaptada e esclarecida.

Quanto às consequências sociais e económicas das medidas que foram impostas e criadas pelo Governo dos Açores desde o início da pandemia pelo anterior Governo do Partido Socialista e continuadas com os necessários ajustamentos por este atual Governo da coligação, já foram aqui discutidas neste Parlamento e assumidas pelo atual Governo, tendo-se mostrado adequadas e eficazes para reduzir esses efeitos na vida das empresas e dos cidadãos.

Obrigado.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: De uma forma rápida e concisa.

Eu vi o Sr. Secretário da Saúde ir à comissão própria, de livre vontade, voluntariamente, pediu esclarecer os deputados. Não sei o que se quer mais?!

Nós queremos criar mais encargos a esta Região, com mais comissões, para falar das mesmas coisas?

Eu acho que não serve para nada. Com o Chega não contem.

Nós temos é que reduzir despesa desta Região, não é criar mais mecanismos para os pavões abrirem as asas.

Meus amigos, muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, muito obrigado.

É preciso ter algum cuidado, Sr. Deputado, com a linguagem parlamentar que nós utilizamos nesta Casa, Sr. Deputado.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado pede a palavra para?

Deputado José Pacheco (CH): Um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Que linguagem utilizei pouco própria?

Usei uma alegoria, se não é possível ...

Presidente: O senhor pode pedir a palavra para prestar esclarecimentos, não para protesto.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir, para participar no debate desta proposta do Partido Socialista relativa à constituição de uma Comissão Eventual para Acompanhamento da Covid-19.

Talvez seja importante para quem nos ouve, relembrar o que é que estamos a discutir. O que nós estamos a discutir é a constituição de comissão que “tem como objetivo acompanhar a incidência da pandemia de Covid-19 nos Açores, especialmente nas áreas relativas à componente sanitária e de saúde pública, impacto económico e social em geral, impacto no setor particular e cooperativo nas diversas vertentes da sua atuação, bem como acompanhar as medidas que nos Açores são implementadas nesses âmbitos.”

Eu tive a oportunidade, de, numa intervenção que fiz, tornar público o entendimento que julgo que é importante analisarmos tudo aquilo que aconteceu no âmbito da pandemia, e tudo aquilo que aconteceu inclusive na forma como nós, enquanto Região, como estrutura política e estrutura administrativa, reagimos a essa situação extraordinária. Eu acho que é a utilidade disso que transcende em muito a visão do momento político de quem está ou esteve. Perceber onde é que falhámos (e certamente que houve muitas falhas), perceber o que é que aconteceu, perceber exatamente com o

distanciamento devido aquilo que desde o dia (se não me falha a memória) 11 de março, o dia 13 de março, os ‘idos’ de março, até ao momento atual, ou até ao momento em que termina esta pandemia, a forma como, enquanto Região, reagimos em relação a esta matéria.

Portanto, penso que era útil. Penso que esta comissão poderia cumprir este papel.

O que gostaria de, no fundo, dizer é que eu lamento que esta comissão seja vista, pelo menos a ajuizar por algumas das intervenções que me antecederam, como um ataque, ou um ataque à atual maioria deste Parlamento, ou um ataque em relação ao Governo Regional, porque não o é, nem pretende sê-lo.

Agora, lamento em especial que a oposição, que é legítima a uma proposta destas, é perfeitamente legítima, seja colocada nos termos em que aqui foi colocada. E isto acho mau não para a proposta, é mau para todos nós, porque muitos dos argumentos que aqui foram avançados em relação a esta proposta ficam registados e são argumentos que podem ser reproduzidos num conjunto variadíssimo de situações.

Também acho que fica mal defendermos neste assunto ou a nossa posição, porque acho que com um bocadinho de esforço haveria a capacidade (e há certamente) de fundamentar a oposição a esta proposta noutras questões, do que apenas porque os senhores no passado não foram, diziam que iam ... Eu acho que é um bocadinho reduzir a discussão àquilo que ela pode ter. Até porque os factos não permitem corroborar este tipo de acusações que aqui foram feitas.

Eu gostava apenas de recordar que nos primeiros três meses de pandemia foram solicitadas onze audições de membros do Governo. Onze! Nos primeiros três meses! Onzes audições de membros do Governo!

O PPM de uma só vez exigiu oito membros do Governo. Oito membros do Governo!

Eu próprio, na qualidade de Presidente do Governo, tomei a iniciativa de solicitar a minha audição e de estar presente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece-me que o destino desta proposta estará traçado e que é o chumbo. Eu gostava só de deixar dois lamentos. O primeiro obviamente que se perca esta oportunidade, porque a proposta pode estar mal formulada, pessimamente formulada, mas o objetivo da proposta não é seguramente o de atacar, não é uma proposta *ad hominem*, muito menos em relação ao Sr. Secretário da Saúde, mas é uma proposta que acho que traz vantagem para todos nós enquanto Parlamento.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isso é mais os artigos de opinião!

O Orador: Em segundo lugar, gostava de dizer o seguinte: eu vejo com muita preocupação, ou começo a ver com preocupação, aquela que é uma tendência que à medida que o tempo passa se vai tornando mais nítida e é mais grave nesta solução maioritária e que é a convicção de que bastará bater no peito e dizer “transparência, transparência, transparência” para que haja transparência. Isso não é assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor sabe bem do que fala!

O Orador: Quando se chumba uma proposta destas é a transparência que está em causa, é a centralidade do Parlamento com que os senhores gostam tanto de encher a boca de evocar.

Mas há mais!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É preciso ler os sinais e os sinais preocupam-me. Hoje é a proposta de constituição de uma comissão deste Parlamento para acompanhar a situação da

pandemia que é chumbada, ontem foram as conferências de imprensa de apresentação das conclusões de um Conselho do Governo que deixam de existir ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e assim, devagarinho, devagarinho, se vai fazendo exatamente o contrário daquilo que se diz.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Menos transparentes e nada humildes.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este é um assunto que cabe ao Parlamento decidir, que tem a ver com a atividade do Parlamento, no entanto, gostaria de, em nome do Governo, e tendo em conta que está em causa aqui um debate sobre a área que tutelo, também deixar algum contributo.

O primeiro contributo que deixo é desde logo aquele que já foi aqui manifestado por outros Srs. Deputados e de resto é do conhecimento dos açorianos: da total e incondicional disponibilidade do Governo para esclarecer todas as questões que as Sras. e os Srs. Deputados pretendam.

Foi desde o primeiro dia, penso que em tempo record, da primeira vez, que foi determinado num dia e no outro dia o Secretário estava a prestar

esclarecimentos e sempre assim foi, quer nos esclarecimentos que prestamos àquilo que nos solicitam, quer por iniciativa do próprio Secretário, por entender que estamos perante um assunto de superior importância que faz com que todos tenham a informação necessária para que todos contribuam para a tranquilidade necessária para abordar este assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

O Orador: É para dar informação para que todos sejam agentes positivos na ação que têm de ter no combate à pandemia.

É esta a diferença de pressuposto deste Governo e de alguns senhores que têm tido um comportamento mais de criar ruído, dificuldade e de criar algum tipo de distração perante a ação política que deve ser tida sobre esta matéria.

Deputado João Vasco Costa (PS): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: Neste caso concreto a Comissão de Assuntos Sociais tem tido um acompanhamento permanente, presente na pandemia e parece-nos que de uma forma adequada cumpre com aquilo que é o Regimento, o Estatuto e as competências do Parlamento e do Governo. Tem-no feito de forma exemplar na ação permanente sobre esta matéria.

De resto, poderia haver até o risco do Secretário da Saúde ter de ir à Comissão de Assuntos Sociais para falar sobre saúde em geral e ter de ir à comissão da pandemia para falar sobre pandemia, numa duplicação de trabalho que não me parece que seria aquilo que responderia melhor às funções e às responsabilidades de cada um.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não é uma duplicação, não é!

O Orador: De resto temos aqui o estrutural princípio da nossa democracia, da separação dos poderes. Não cabe ao Governo determinar aquilo que o Parlamento fará, o Parlamento é livre para isso, mas também o Parlamento não tem competências executivas.

O que vejo aqui nesta proposta é algo que vai para além dessa competência fiscalizadora, dessa competência deliberativa, quando se diz que é a auscultação de entidades públicas e privadas, pareceres e contributos técnicos, entidades públicas, debater contributos técnicos provenientes, fazer visitas ... Isto é ...

Deputado Miguel Costa (PS): Não se pode?

O Orador: Pode fazer tudo isso! Mas tudo o que está a ser feito pelo Governo a esse nível, pela própria Autoridade de Saúde, cumpre exatamente com isso, sendo que o Parlamento nunca poderá dizer, relativamente a esta matéria, algo que tenha a ver com esses pareceres técnicos, com as consultas, com a avaliação, não é transmitido pelo Governo ao Parlamento. Tudo está a ser transmitido ao Parlamento de uma forma clara, inequívoca e sem qualquer tipo de dúvida.

(Aparte inaudível)

O Orador: Eu não ouvi. Não ouvi!

Gostaria também de referir que ao contrário ...

Sr. Presidente, eu não sei se a linguagem utilizada por um Sr. Deputado nesta Casa é adequada aos trabalhos parlamentares. Para mim não é adequada, porque eu nunca a utilizo.

Presidente: Sr. Secretário Regional, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor ouviu o que eu disse?

O Orador: Já ouvi por telefone há uns anos atrás.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, peço que deixe o Sr. Secretário prosseguir a sua intervenção. Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Orador: Como dizia, o Governo está permanentemente a prestar os esclarecimentos que o Parlamento entende e devo dizer que me surpreendeu a

intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que há algum tempo atrás dizia que não era tempo de balanço e agora diz que essa comissão era para fazer o balanço. Por isso, fiquei sem perceber se era o que dizia antes, se é o que diz agora, mas estamos esclarecidos sobre isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e PPM)

De resto, o trabalho desenvolvido pela Autoridade de Saúde e por este Governo a este nível tem tido resultados positivos evidentes, porque enquanto que noutras partes do território nacional infelizmente estão a confinar, estão a restringir direitos de circulação, de atividades, nos Açores estamos a fazer o contrário.

Nos Açores estamos a desconfinar.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso é uma responsabilidade vossa!

O Orador: Começa a ver, neste caso, pessoas a poder circular, restaurantes a funcionar, a economia nos Açores está a reativar-se, a sociedade está a reativar-se, a atividade das pessoas está a entrar na normalidade. Isto resulta de uma forma clara do trabalho da Autoridade de Saúde, da Comissão de Acompanhamento, do Governo Regional, mas sobretudo do sentido de responsabilidade dos açorianos que perceberam que era este o caminho.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Se há alguns que perceberam que era este o caminho, infelizmente parece que alguns teimam em manifestar que não é este. Mas os resultados são os resultados, os números são os números. Estão à vista de toda a gente ...

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Mais ou menos à vista!

O Orador: ... e sobretudo estão a ser sentidos por todos.

Neste caso concreto, e relativamente ao exame que estava a referir do trabalho e dos resultados, aquilo que muitas vezes é falado dos testes, porque é que temos esses resultados?

Por exemplo, devem-se a quê?

Deve-se à ação permanente, próxima, presente do Governo Regional e das autoridades de saúde na resolução de todos os casos. Mesmo antes deles acontecerem, estamos a prevenir, estamos a atuar.

Relativamente aos testes, algo que agora se fala que é importante incidir a testagem. Por exemplo, em dezembro, a nível nacional, foram feitos uma média de 10 testes por 100 habitantes. Nos Açores foram 17 testes por 100 habitantes. Em janeiro, no continente, a nível nacional, foram feitos uma média de 16 testes por 100 habitantes. Nos Açores foram 18 testes por 100 habitantes.

Neste mês de fevereiro, quando a nível nacional se diz que estamos a testar, a testar e a testar, até de 17 fevereiro dos resultados que estão disponíveis, a nível nacional foram cinco testes por 100 habitantes e nos Açores são 10 testes por 100 habitantes. O dobro!

Isto é, é este trabalho de permanente presença perante os problemas que faz com que os resultados sejam aqueles que estão a ser.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

O Orador: Por outro lado, este pedido de criação da comissão parte de falsos pressupostos.

Ora, um dos falsos pressupostos desta comissão é exatamente este, é dizer que a evolução da pandemia traduz-se num acentuado crescimento dos casos diários.

Isto é, estamos aqui a discutir isto porque há um partido que quer criar uma comissão no pressuposto de que a evolução da situação epidemiológica

registada na Região traduz-se no acentuado crescimento dos casos diários.
Homessa!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Isso é noutro país!

O Orador: É que a 25 de novembro (uma data histórica para os Açores) de 2020 eram 299 casos e agora são 60.

Como é que vêm dizer, que fundamentam para a criação de uma comissão porque há um crescimento de casos?

Mas isso não é único!

O Partido Socialista no dia 6 de janeiro ao dar um parecer sobre o Estado de Emergência dizia recear um descontrole completo da situação.

Ora, o descontrole completo da situação era com os 299 casos de 25 de novembro que são agora 60. Temos ilhas onde não há casos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Quantos eram em janeiro?

O Orador: Temos ilhas que estamos à beira da inexistência de casos positivos.

Este trabalho todo que tem sido desenvolvido tem obviamente este resultado.

Termino, dizendo que da parte do Governo Regional sobre esta matéria o primado da nossa ação, a matriz da nossa ação, não é de modo nenhum restringir direitos, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): É, é!

O Orador: ... não é de modo nenhum criar dificuldades às pessoas, não é de modo nenhum fazer debate político sobre isto. É apenas e só garantir a saúde pública.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Muito bem!

O Orador: Pelos resultados que são evidentes estamos a conseguir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu quero fazer um apelo inicial ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que nesta matéria mantenha, como foi o seu apanágio durante muito tempo, o sentido de estado, sentido autonómico.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não tenho mantido?

O Orador: Quero fazer-lhe este apelo. Este apelo é fundamental no âmbito desta matéria. Todos somos poucos e temos de estar unidos nesta questão.

Quero reiterar-lhe esse pedido, porque foi o que V. Exa. me pediu e foi isso que eu fiz quando o senhor tinha as altas funções de Presidente do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, quero dizer-lhe também que há algumas diferenças e esta é uma crítica política que eu faço, não para o atingir diretamente, como é óbvio, mas agora temos um Secretário da Saúde no âmbito do combate à Covid e não tínhamos no seu Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não tínhamos alguém que assumisse as responsabilidades de forma direta sendo o representante da mais alta instância no âmbito da Secretaria da Saúde e essa é uma diferença fundamental, Sr. Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Quero dizer-lhe também que há diferenças, mas há continuidades.

O CDS-PP e o PPM apresentaram na legislatura anterior, no mês de julho, uma alteração ao regime jurídico do sistema de proteção civil da Região Autónoma dos Açores, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: ... no sentido de que os partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores são ouvidos e informados com regularidade pelo Governo Regional sobre o andamento dos principais assuntos da política de proteção civil. Isto é feito na Assembleia da República. Não era feito na Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: Nós apresentámos em julho.

Veja a coerência: voltámos a apresentar agora que este Governo está em funções. Achávamos isso no passado, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

O Orador: ... achávamos que essa informação deveria ser dada aos partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que lhe deveria ser comunicado estes assuntos, porque tem mais uma alínea: o Governo Regional informa periodicamente a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a situação na Região no que toca à proteção civil, bem como sobre a atividade dos organismos e serviço por ela responsáveis.

E sabe quantas vezes é que o seu Governo, durante a pandemia, fez isto, nos primeiros seis meses, à Assembleia Legislativa, quantos notas informativas, quantas comunicações remeteu?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Zero!

O Orador: Nenhuma! Nenhuma, Sr. Presidente.

Isto é um facto!

O que eu lhe quero dizer é que em matéria de transparência não está V. Exa. em condições de vir aqui dar lições. Também lhe quero dizer outra coisa: há pouco, há coisa de uma hora, foi apresentada uma iniciativa legislativa dos partidos da coligação que irá permitir uma fiscalização muito mais ativa por parte dos deputados e da Assembleia Legislativa em relação ao Governo. Reduzimos o tempo de resposta para os requerimentos parlamentares de 60 dias para 30 dias tal como está em vigor na Assembleia da República.

E sabem o que é Vs. Exas, nos responderam?

É que era um grau de exigência muito grande e que V. Exa. não estavam preparados para responder em 30 dias, que precisavam de 60 dias.

Deputado José Contente (PS): Isso tem alguma coisa a ver com a matéria que está a ser debatida?

Deputado Joaquim Machado (PS): É verdade!

O Orador: E nós estamos a lançar-nos, a nós próprios, somos nós que colocámos este desafio de responder mais depressa, com maior celeridade às perguntas que os Srs. Deputados entenderem colocar através de requerimento.

Também lhe posso garantir outra coisa. Eu não tive resposta a algumas das questões que coloquei, inclusivamente quando do ponto de vista regimental transformei as perguntas escritas não respondidas em perguntas orais. Eu tive a resposta por parte do responsável do seu Governo, ali, daquela bancada, a dizer que o Governo entendia que não devia responder à questão que estava a ser colocada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está desatualizado!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em matéria de transparência o Sr. Deputado não pode dar nenhuma lição a este Governo, porque nós tivemos a coragem de responder mais depressa, porque nós temos a coragem de alterar o

regime jurídico no sentido de responder a todas as vossas questões e mais do que isso: por ação própria o fazer de imediato e de transmitir esta informação, porque é nosso dever e é assim também que acontece na Assembleia da República, aliás, acontece na maioria dos parlamentos europeus.

Devo dizer-lhe outra coisa: a atitude do Governo Regional nesta matéria não mereceu por parte de Vs. Exas. uma crítica que fosse, porque os senhores não precisaram de pedir ao Sr. Secretário Regional da Saúde para se deslocar à comissão parlamentar respetiva, foi o próprio Governo que se disponibilizou para responder às questões e que tomou essa atitude proativa.

Isto não é ser transparente?

Isto não é ser proativo?

Sem os senhores o chamarem, disponibilizou-se e respondeu às questões.

Mas também quero dizer que foi para mim uma enorme desilusão aquilo que aconteceu no âmbito dessa mesma presença na comissão, porque o que aconteceu foi que há um editorial no *Diário dos Açores* que descreve a situação. Vou aqui citar. Ele utiliza a terminologia, que não é minha, é do jornalista, um jornalista prestigiado, do *Diário dos Açores*, que diz que a “audição se transformou numa peixeirada”. Porquê?

Porque não foram colocadas muitas questões, bateu-se o record dos pedidos de interpelação e entrou-se num ambiente de guerrilha.

Pergunto: criando uma comissão destas nós o que é que vamos ter?

Um combate em que nos temos de centrar todos, em que temos de afastar as diferenças políticas entre os partidos, em que temos de estar lado a lado, ombro com ombro, vamos transformar esta questão numa questão de guerrilha política como aconteceu naquela comissão que eu próprio saí envergonhado daquela comissão, com a conflitualidade que se criou?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Tem toda a razão! O senhor Secretário da Saúde diz que é uma crítica!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

O Orador: É isto que os senhores querem?

Aliás, o Sr. Deputado Nuno Barata referenciou isso, sentiu-se envergonhado com o ambiente que foi criado.

Mas é este o ambiente que se quer criar e é este o tipo de intervenção política?

Digo-lhe, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, reconheço o seu papel importantíssimo, a sociedade açoriana reconhece o seu papel importantíssimo no combate à Covid-19. V. Exa. tomou decisões corajosas, mas devo-lhe dizer que nesta matéria, naquilo que pretende fazer, está profundamente errado.

Para terminar quero dizer o seguinte. Este Governo tem tomado, não só o Sr. Secretário da Saúde, o conjunto do Governo, tem tomado decisões corajosas, que são decisões difíceis, que provocam contestação, mas é preciso assumir, é preciso assumir responsabilidades pela proteção de todos. Tenho a certeza que não será fácil muitas vezes. Não foi fácil, não está a ser fácil! Mas os governos são eleitos para tomar as decisões que têm de ser tomadas e não para tomar decisões fáceis.

Por todos estes motivos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu não posso em consciência votar favoravelmente a vossa iniciativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção neste debate surge, impõe-se, precisamente pela circunstância concreta daquilo que foi dito não só pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PPM, mas sobretudo pela participação que neste debate teve o Sr. Secretário da Saúde e Desporto.

A postura que o Sr. Secretário da Saúde e Desporto tem manifestado desde que tomou posse e assumiu o dossier da Covid-19 é uma postura que rigorosamente nada tem a ver com o que se passou anteriormente com o anterior Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E usando precisamente o mesmo tom de tranquilidade e de confiança que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro se dirigiu a este hemiciclo há pouco, esta confiança e este tom de serenidade é o que tem marcado a ação governativa nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além da serenidade, da tranquilidade que passou a espalhar pelos Açores no tratamento da Covid-19, o Sr. Secretário da Saúde e este Governo, têm mantido uma atuação eficaz. A manutenção e o abaixamento dos números da Covid-19 em zonas consideradas de alto para baixo risco têm efetivamente demonstrado que este Governo Regional está a atuar no melhor sentido.

Por isso, precisamente por isso, este projeto de criação desta Comissão Eventual de Covid-19, não faz nenhum sentido nos tempos que atualmente correm. Não faz, porque os pressupostos que estiveram na base da sua apresentação e cuja urgência foi chumbada não existem, não têm qualquer tipo de sentido insistir numa realidade que já não é a mesma. A realidade que estava subjacente à

criação dessa comissão modificou-se, modificou-se fazendo com que haja, sobre esta matéria, um clima de eficácia permanente.

Por isso, essa transparência que foi aqui trazida com esta mudança de Governo faz com que não haja a necessidade de presentemente votarmos favoravelmente esta comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não quer dizer que se, contrariamente àquilo que é esperado e contrariamente àquilo que nós efetivamente entendemos que não vai acontecer, mas se numa circunstância anormal, inesperada, houver uma evolução da pandemia de Covid-19 e houver a necessidade de nós trazermos esse debate para esta Assembleia, naturalmente que de acordo com a realidade, que não é (repite) aquela que nós vivemos hoje em dia, mas que se vier a suceder, este Parlamento com toda a sua transparência, com toda a sua serenidade demonstrará total abertura para se falar e para se debater sobre este assunto. Mas hoje, Sr. Deputado Vasco Cordeiro e bancada do Partido Socialista, este assunto não traz qualquer sentido, nem faz sentido face ao funcionamento das comissões onde esses assuntos se debatem, seja na Comissão de Assuntos Sociais, seja efetivamente na Comissão de Economia.

Nesta medida, não dá procedimento à vossa intenção. Por isso, mais uma vez o Grupo Parlamentar do PSD irá votar contra esta criação da Comissão Eventual da Covid-19.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é diferente do que já foi dito aqui!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não ia querer falar sobre esta iniciativa, porque sou totalmente a favor da ideia. Ia dizer algumas coisas que o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral já disse e que me vai retirar um pouco dos meus argumentos, porque ia meter-me “num arrufo entre comadres”, que é o que estava a acontecer. Uns falavam do passado, porque o PS não fazia, outros estavam a dizer que o PSD não quer uma coisa que nós queríamos e nós estávamos a esquecer uma coisa, o que era mesmo necessário para esta Comissão Eventual: querer discutir sobre o que se estava a passar dentro da nossa Região relativamente à pandemia Covid.

Não concordei com algumas coisas que foram ditas pelo PSD.

Não concordei com tudo o que o Chega disse, porque isto não tem a ver com dinheiro. Peço imensa desculpa, mas aqui o dinheiro não está sequer explanado neste problema. O problema é bem maior do que isso.

Não concordei com o que o Bloco de Esquerda disse quando à partida é aquilo que nós damos mais importância. Não é por uma pessoa concordar ou deixar de concordar que dá mais importância ou menos importância ao que está a acontecer nos Açores e ao que está a acontecer a nível mundial, não é por termos uma Comissão Eventual.

Não dou razão ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro quando diz que é preciso ter esta comissão para haver transparência. Não o é, porque eu quero transparência, eu quero os números, eu quero obviamente fiscalizar e chego ao Sr. Secretário da Saúde que não concorda com aquilo que você disse.

A fiscalização obviamente abrange variadíssimas competências e a nossa competência tem variadíssimos tipos de fiscalização sobre aquilo que nós temos esse direito. Obviamente, para mim, a fiscalização é o mais importante.

Aliás, você até vai contra si mesmo. Vai contra si mesmo porque você é transparente, você esclarece as pessoas e sempre com alguma dúvida,

obviamente já tive algumas dúvidas e quis ser esclarecido e o Sr. Secretário sempre o fez. Por isso, você foi contra o seu próprio argumento.

Estou a dar-lhe um elogio agora, não esteja a dizer que não, por favor, que isto não está a correr.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não me fiz perceber bem, Sr. Deputado!

O Orador: É nesse aspeto que eu tenho de ir aqui ao Sr. Deputado do PPM, que disse uma coisa muito certa. Apesar de eu ser totalmente a favor do tipo de Comissão Eventual, eu sei para que é que vai servir esta Comissão Eventual, vai servir tudo menos para o Covid. Vai servir para arrufo de comadres. Porque eu também já vi um pouco a nuance preliminar daquilo que aconteceu relativamente em duas comissões, não tanto na Comissão de Economia, mas obviamente na comissão da CAS.

Eu peço imensas desculpas, Sr. Deputado, eu não o interrompi quando você falou em nenhuma das vezes, agradeço que não o faça.

Deputado António Lima (*BE*): Os apartes são regimentais!

O Orador: Você pode fazer os apartes, eu posso não concordar consigo ou não e você faz os apartes quando lhe apetece ...

Deputado António Lima (*BE*): Você, não!

O Orador: ... e eu digo também aquilo que me apetece.

Continuo a dizer, você continua a falar, eu continuo a falar por cima de si.

Por isso, Sr. Deputado do PPM, para lhe dizer obviamente que concordo consigo, porque ao fazermos esta Comissão Eventual vamos discutir tudo menos aquilo que interessa e beneficia os açorianos.

Vamos discutir quem é que faz mais, o PS ou o PSD. Exatamente como o ex-Diretor Regional da Saúde, eu concordei com muita coisa, achei que fez um espetacular trabalho, mas também não concordei várias coisas. Aliás, até pedi a demissão sobre determinadas coisas que o Sr. Diretor Regional fez.

Com o Sr. Secretário Regional também não concordei com tudo, mas eu não sou técnico, nem quero ser técnico. Quero ouvir técnicos e quero que haja transparência e esclarecimentos sobre aquilo que é necessário e nós já temos comissões para isso. Obviamente não é pelo dinheiro, não é pela situação, que sim vale, sem dúvida, uma Comissão Eventual. Eu sei é que ao fazermos uma Comissão Eventual não vamos falar sobre o Covid, vamos obviamente falar sobre aquilo que se passou no passado e aquilo que poderá acontecer no futuro. Será uma comissão partidária. Daí nós não vamos acompanhar esta iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há um conjunto de questões que eu acho importante serem esclarecidas no âmbito deste debate. Se não pela sua utilidade prática para a votação, pelo menos para memória futura.

Mas antes de ir aí, parece-me que é essencial haver talvez um ponto de ordem nesta discussão, porque, quer por algumas das intervenções que me antecederam, a intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, parece que há dois blocos nesta Região e dois blocos nesta Assembleia, que são aqueles que estão a trabalhar, segundo aquilo que percebi das palavras do Sr. Secretário da Saúde, para que tudo corra bem, que é o Governo e os partidos que o suportam, e depois os outros que estão a trabalhar para que tudo corra mal, que seria a oposição.

Sr. Deputado, eu acho que o senhor não tem razão. Peço-lhe e aos partidos que apoiam o Governo que não vão por esse caminho, porque eu sei por experiência própria (e é esta a razão pela qual eu acho que os senhores estão profundamente

errados também nesta parte) que isto, face a uma situação desta gravidade, não é assim que se coloca.

Enquanto fui Presidente do Governo na legislatura passada, já o disse publicamente, contei com a colaboração de todos os partidos políticos e sabia que independentemente das críticas, que também as houve, todos os partidos estavam interessados e empenhados em que tudo corresse bem.

Portanto, da parte do Partido Socialista não reste a mínima dúvida. Oxalá, que continue tudo sempre a correr pelo melhor. Esse é o nosso voto sincero.

Eu acho de extremo mau gosto por isso em causa, porque nunca o fiz em relação a ninguém.

Em termos concretos daquilo que aqui foi dito, gostava de dizer algo ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O senhor referiu que foi apresentada em junho passado uma proposta. É verdade. Esqueceu-se de dizer porque é que ela não foi aprovada, porque terminou a legislatura e pelas regras que regem o funcionamento desta Casa caducou essa proposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também não disse o contrário!

O Orador: É verdade! Não disse o contrário.

Também referiu que eu, como Presidente do Governo, enviei zero notas informativas para esta Assembleia. É verdade. Mas esqueceu-se de dizer que eu, no início da pandemia, sobretudo quando houve novas medidas a tomar, contatei com todos os líderes partidários, dando conta daquilo que pretendia fazer e também já tive a oportunidade, acho que até publicamente de dizer, que acho que a legislação precisa de ser alterada, porque isso não pode ser deixado apenas se um Presidente do Governo, qualquer que ele seja, entende que deve ser dessa maneira ou não. Isso para fazer uma precisão em relação àquilo que o Sr. Deputado referiu.

Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Sr. Secretário, V. Exa. referiu que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fazia esta proposta no pressuposto que a situação ia-se descontrolar (ou melhor, a parte do descontrolo foi em relação à declaração de voto sobre o Estado de Emergência, assim é que é) e que nos considerandos desta proposta de resolução também referia que a situação estava a agravar-se.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): A acentuar-se!

O Orador: Sr. Secretário, efetivamente assim era no tempo em que isso foi feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então pode retirar a proposta!

O Orador: A proposta deu entrada no dia 11 de janeiro, se não me falha a memória, e efetivamente nessa altura a situação era a que era. Daí a questão que me parece também importante ser referida. É fundamentalmente esta a mensagem que eu gostaria de deixar neste momento. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta proposta de constituição da Comissão Eventual, porque entende que este seria um bom serviço a este Parlamento e aos açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é, não!

O Orador: Qualquer um dos Srs. Deputados é livre de entender de maneira diferente e até mesmo o Governo Regional, mas há algo que eu não posso deixar passar em claro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É o comunicado da Comissão de Ilha de São Miguel!

O Orador: Eu percebo que o Sr. Secretário informe a comissão, agora o que isso não pode é impedir que a própria comissão solicite pareceres a quem entender ... Pareceu-me uma crítica em relação à formulação.

Sobre essa matéria não pretendo intervir mais, porque percebo o que aqui está, mas acho importante, para memória futura, sinalizar a minha discordância, para

a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras também não julgar que todos concordaram com aquilo que ela disse, em relação a duas coisas que aqui foram referidas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Vai discordar de uma senhora?!

O Orador: Discordo até por uma questão de sinceridade.

A primeira é quando diz que a comissão introduz barulho e ruído, ou introduziria barulho e ruído.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito!

O Orador: Percebo o que a senhora quer dizer, mas acho muito mau que a questão se coloque neste pé.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Mas foi o que aconteceu, Sr. Deputado. Foi uma amostra!

O Orador: Sra. Deputada, daqui a algum tempo haveremos de ler o Diário das Sessões deste debate, como também não concordo em relação àquela que é a posição do Chega sobre a abordagem que se deve ter em relação a esta matéria. Portanto, preocupa-me – isso reitero! – esses sinais relativos a menor transparência ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Lá está!

O Orador: ... que não têm a ver com o facto do Sr. Secretário ir à comissão, ele tem ido, faz bem em ir, faz bem em prestar os esclarecimentos que entende que deve prestar, mas o chumbo desta proposta, na minha leitura (também tenho direito a ela, ou não?), acho que é mais um sinal a juntar a outros que se têm vindo a avolumar, alguns que já aqui foram referidos, outros que ainda não foram referidos aqui, neste Parlamento, que dão conta que não basta bater no peito e declarar a transparência. Ela pratica-se ...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Mas não é na comissão eventual!

O Orador: ... e este é um dos casos em que é dita uma coisa e feita exatamente o contrário.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O comunicado da Comissão Política de São Miguel é que é preocupante!

Deputado Francisco César (PS): Não há comissões políticas em São Miguel!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente eu já tinha pedido a palavra ainda antes do Sr. Deputado Pedro Neves, mas a Mesa deve ter pensado que era um aceno diferente e não reconheceu.

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Disse-o na campanha eleitoral, nos debates televisivos, que o Partido Socialista estava a trazer as questões da pandemia, da Covid, para o debate político partidário. Fê-lo o Sr. Deputado Sérgio Ávila com ar de quase bebé chorão; fez o Sr. Deputado Francisco César no debate do dia seguinte da mesma forma; fez o Sr. Deputado Vasco Cordeiro da mesma forma e se bem se lembram deixei este aviso: eu já sabia que vinha para aqui. Os senhores não acreditavam, faziam apostas. Os jornalistas também apostavam. “Ele não entra, é um tarouco, é um pequeno, só diz disparates.”

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor refere-se a quê?

O Orador: Pois, mas eu sabia que vinha para aqui. Eu sabia que vinha para aqui!

Também sabia que ia assistir a coisas da natureza a que assisti na última reunião da CAS. Não quis aqui no dia que falei disso referenciar o que era, o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez o favor de o fazer, porque de facto naquele dia nem intervimos e não intervimos por uma razão muito simples. Quem estava comigo na sala percebeu isso. Eu tive medo de pedir a palavra, porque se eu peço a palavra naquele dia, da forma que estava envergonhado com aquilo que se estava a passar, provavelmente teria dito coisas que hoje estaria aqui muito arrependido de ter dito. Eu também me sei conter, também sei ter outra atitude, sem ser aquela que os senhores estavam habituados e que fez a imagem política que eu tenho nesta Região, principalmente perante aqueles que em mim votaram que quero manter.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, V. Exa. conhece o apreço pessoal que tenho por si e V. Exa. conhece, como esta câmara conhece, o apreço institucional que tenho por si e de facto, apesar de ter sido talvez um dos mais críticos *opinion makers* durante as suas decisões enquanto Presidente do Governo na luta contra a proliferação do SaRS-COV-2, acusando-o mesmo de desrespeitar a Constituição, facto; ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tirano!

O Orador: ... ato de tirania, acusei-o de tirano e de facto os tiranos é que violam as constituições democraticamente...

Deputado Francisco César (PS): Nesse programa não foi dos piores!

O Orador: Não foi dos piores, não senhor! Não foi dos piores! Ainda houve piores!

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não assistiu aos outros. V. Exa. não assistia a todos.

De facto, foi um ato de coragem afrontar o Governo do seu partido na República, desafiar a Constituição da República Portuguesa, ter que ouvir, sabendo que eu tinha razão, coisas dessa natureza, porque quem desafia a

Constituição do seu próprio país é um tirano, não haja dúvidas, os tiranos é que o fazem, nas tiranias em que não há Constituição. A gente pode não gostar dela, a gente pode achar que devia ter uma Constituição nossa, mas o que é facto é que em sede de direitos, liberdades e garantias a única Constituição que nos protege é a Constituição da República Portuguesa, por mais que nós gostássemos que o nosso Estatuto Político Administrativo o fizesse e não estou sequer a imaginar que se nós de hoje para amanhã fôssemos uma Região com mais poderes, ou até quem sabe um micro estado independente, tivéssemos uma Constituição que em sede de direitos, liberdade e garantias fosse muito diferente daquela.

Isto para dizer o quê, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista?

Foi o Partido Socialista que trouxe para a campanha eleitoral este assunto e é o Partido Socialista que quer continuar depois em sede parlamentar a fazer desse assunto, assunto de combate político partidário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão (e V. Exa. sabe coisas que o resto da câmara não sabe que ainda esta semana lhe mandei uma mensagem privada que não vou aqui dizer o teor) ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não seja ridículo!

O Orador: ... fez uma coisa que eu tinha preparada para fazer, que é uma maçada, e o Sr. Deputado Paulo Estêvão conseguiu a palavra primeiro do que eu, a desafiar V. Exa. a manter a sua posição de estadista, porque é disto que o povo dos Açores gosta de si, é por ser de facto um homem que transpira confiança de estadista para o povo que pretende dirigir.

Se V. Exa. alenta alguma esperança de voltar a governar os Açores tem de manter essa sua atitude de estadista, quando não, fica reduzido à condição de um deputado, tipo cão de caça, que levanta a caça para os outros darem tiros, e não é isto certamente que V. Exa. querará.

13 de março, Sr. Deputado, permita-me a correção, são coisas do meu disco rígido, de facto os idos no velho calendário romano são a 13, na maior parte dos meses, mas março, maio e outubro são a 15 e o 15 de março mais famoso da história da humanidade é o 15 de março de 44 antes de Cristo, em que Júlio César é assassinado às mãos de Brutus (também tu Brutus). Não queira V. Exa. também ser Brutus, mas Brutus vou ser eu, porque vou ter de matar, assassinar essa sua Comissão Eventual, porque não faz sentido, Sr. Deputado, manter essa Comissão Eventual para nela se fazer combate político partidário, quando a fiscalização do Parlamento se pode fazer ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para lá vamos!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ainda vamos aí. Devagar, devagarinho, usando as suas palavras! É que não há aqui uma maioria, a não ser que o senhor tenha umas contas diferentes das minhas. Não há aqui uma maioria, nem muito menos uma maioria absoluta de um só partido. Portanto, o devagar, devagarinho, num instante se passa a rápido, rapidinho de outra forma. Não tenha V. Exa. medo, porque V. Exa. conhece bem também o que é que eu penso do parlamentarismo e o que é que eu penso da democracia.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E as palmas?

Deputado Nuno Barata (IL): Não precisa, quanto menos melhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer duas ou três questões e começando por esclarecer o Sr. Deputado Pedro Neves.

Tenho a certeza que durante esta legislatura vamos estar em discordância muitas vezes, mas não foi desta. O que eu disse coincide com aquilo que o Sr. Deputado disse. Certamente por algum lapso de comunicação da minha parte o que eu referi foi a importância e a competência do Governo de fiscalizar a ação governativa.

É isso que eu defendo, sempre defendi e é algo que faço de forma incondicional.

Acho que o Parlamento tem as competências que tem e até referi que não deve haver intervenção do Governo na ação parlamentar.

O que referi foi que parte dessas competências que eram referidas de consultar entidades, consultar técnicos, que o Governo está a fazê-lo, a Autoridade de Saúde está a fazê-lo. O Parlamento deve fazê-lo também, mas o que reforcei foi que estamos a fazer independentemente do papel do Parlamento. Não está em causa de forma alguma.

Nesse âmbito até devo referir que entre muitos e muitos técnicos, médicos que temos consultado, por acaso o primeiro médico com quem falei depois de tomar posse foi o único infeciologista da Região que não tinha sido contactado pelo Governo anterior. Por isso, temos contactado, temos ouvido, temos posto toda a gente a participar e de uma forma especial o Parlamento.

Ainda na última conferência de imprensa que foi referida (só um esclarecimento) não houve nenhum Conselho de Governo ontem que tivesse que ter havido alguma conferência de imprensa. Deve ser mais um equívoco da má informação que circula por aí.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Desculpe! Houve uma notícia que acabavam as conferências de imprensa e não foi desmentida!

O Orador: Só para referir que nesse pressuposto temos consultado, temos ouvido.

Como dizia na última conferência de imprensa, quando me questionaram sobre o processo de vacinação o que eu disse foi que não respondia, porque em primeiro lugar estava o Parlamento e pela dignidade do Parlamento ia prestar os esclarecimentos em primeira mão ao Parlamento. Por isso, sobre este assunto estamos esclarecidos.

Sobre uma outra questão que foi aqui referida pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro e que tem a ver com essa ideia de que poderia de alguma forma ter desviado também a ação do Parlamento, o Sr. Deputado até referiu. Se calhar não percebeu bem o Sr. Secretário, mas o que foi referido foi exatamente aquilo que referiu o Sr. Deputado Pedro Neves agora, é de que um dos pressupostos é exatamente envolver todos, para que todos sejam agentes positivos e a sua intervenção aqui está em contraponto com aquilo que parte do seu partido tem feito. Quando diz que batemos a mão no peito com a transparência, o Sr. Deputado também bate muito a mão no peito com esse sentido de bonomia, esse sentido de respeito, responsabilidade e sentido de estado que é contraditório com alguns artigos de opinião de alguns Srs. Deputados ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não vá por aí!

O Orador: ... e, por exemplo, com o comunicado ainda ontem do secretariado do Partido Socialista de São Miguel. É plenamente contraditório! Por isso, não é por se bater no peito que as coisas são como queremos que elas sejam.

Sr. Deputado, o que eu lhe aconselharia neste caso é que não bata muito no peito, porque haja peito. Da nossa parte o que pretendemos é que haja muita força, muita força para que todos juntos, todos juntos conseguirmos vencer a pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço uma breve intervenção neste debate, porque julgo que há dois pontos que gostaria de reforçar tendo em conta até aquilo que tem sido dito e por onde este debate tem ido, pelos caminhos que este debate tem feito.

Em primeiro lugar, referir que quando se propõem comissões, a criação de comissões eventuais neste Parlamento, (e têm sido várias, seja o Partido Socialista agora, mas no passado outros partidos, que agora estão na maioria que suporta o Governo, o Bloco de Esquerda já o fez, é um direito legítimo de qualquer grupo ou representação parlamentar) o argumento que leva à criação ou à propositura da criação de uma comissão eventual é de que o assunto que se quer acompanhar com essa comissão tem uma importância e uma especificidade que leva a que esse assunto deva ser acompanhado com uma atenção maior e de uma forma autónoma das comissões permanentes.

Ora, na opinião do Bloco de Esquerda, como noutras matérias no passado, este assunto, a pandemia, a sua gestão, o seu combate, merece essa comissão.

Aliás, se há assunto que neste momento afeta a vida coletiva da nossa Região é a pandemia, a questão sanitária, sem dúvida, e a questão social e económica. Ou seja, o pressuposto para a criação de uma comissão deste tipo está mais do que justificada. Merece, obviamente, como já foi referido, o nosso voto favorável.

Mas também há um argumento da parte daqueles que não querem ou que rejeitam a criação da comissão, que é um argumento recorrente também,

noutras alturas já foi utilizado também pelo Partido Socialista no passado quando não concordou com outras comissões legitimamente, porque é assim em democracia, tal como é legítima a opção da maioria neste momento. O argumento de que as comissões permanente do Parlamento já têm os instrumentos para acompanhar qualquer um dos assuntos.

É verdade! As comissões permanentes podem acompanhar qualquer um dos assuntos, mas isso nunca invalidou que se criassem comissões eventuais sobre determinadas situações, determinados assuntos. Por isso, se há assunto que merece uma Comissão Eventual é a Covid-19, é a pandemia, é a sua gestão, é o seu acompanhamento.

Esse era o primeiro ponto que gostaria de referir e julgo que é um erro o que se fará hoje, neste debate, que é não aprovar esta proposta, porque foi aqui referido também o paralelismo com a Assembleia da República e a Assembleia da República tem uma Comissão Eventual sobre a pandemia da Covid-19 e ela é importante.

Em segundo lugar, é uma ideia que tem passado neste debate que, julgo eu, é uma ideia que fez caminho neste debate e que é uma ideia que por um lado considero perigosa e que por outro não podia deixar passar e é esse o principal motivo desta intervenção. Essa ideia de que (foi referido na última intervenção, mas não foi o único, o Sr. Deputado Nuno Barata) a pandemia não deve ser politizada, de que não se deve discutir as opções sanitárias, de que não se deve discutir as opções do Governo e das autoridades de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que foi dito! Não é que precise que eu o defenda, mas não foi isso que o Sr. Deputado disse!

O Orador: Bem, essa é uma ideia que não pode fazer um caminho. Esta ideia é perigosa, porque a democracia não pode permitir que as questões sanitárias estejam fora do escrutínio dos poderes políticos. Isso é uma ideia que nós não podemos permitir que faça caminho e é uma ideia que não posso deixar neste

debate de rejeitar e de dizer que sim, a política tem de acompanhar, os políticos têm acompanhar, este Parlamento tem de acompanhar, tem de fiscalizar e não podemos dizer que por ser a pandemia ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não foi isso que foi dito!

O Orador: ... não se pode fazer política sobre isso. O que não se deve fazer é política com demagogia, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Mas é isso que o senhor está fazendo!

O Orador: ... o que não se deve fazer é aproveitamento político desonesto. Agora, é preciso fiscalizar, criticar quando é preciso criticar, elogiar quando é preciso elogiar, fiscalizar, acompanhar. Isso é o que o Parlamento deve fazer e é isso que uma comissão deste tipo deveria fazer.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para um protesto, porque não foi isso que eu disse.

O que eu disse é que esta comissão e a Covid iam servir para o combate político partidário. Eu não disse que não queria discutir os problemas da SaRS-COV-2 e da Covid e não disse que esses assuntos eram assuntos de somenos importância.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: O que eu disse é que esse assunto deveria ser discutido na Comissão de Assuntos Sociais e não aquilo que o senhor disse. Que fique claro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Eu quero que se discuta tudo na sede que está preparada para o efeito e não quero que se crie esta comissão pelas razões que os senhores querem, que é para trazer este assunto para o combate político partidário, que é muito diferente de politizar, porque política é uma coisa, combate político

partidário é outra coisa. Apesar dos partidos serem corporações da pólis e da política, muitas vezes aquilo que fazem é politiquice e politiquice não é boa política.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

Eu não dei a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata como um protesto. Considerei uma intervenção.

Portanto, se foi um protesto, então tem direito a um contraprotesto.

Peço desculpa. Não entendi assim.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu obviamente não pretendi com a minha intervenção ofendê-lo e julgo que a figura do protesto é um tanto ou quanto exagerada, porque julgo que não foi uma ofensa, foi uma interpretação minha das suas palavras ...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Se fosse ofensa era defesa da honra!

O Orador: ... que repetiu e que eu continuo a discordar.

A criação de uma comissão não necessariamente traz ... Aquilo que chama de combate político partidário, é aquilo que eu considero que é uma intervenção legítima do Parlamento.

Pode-se discordar da forma como o debate político é feito, mas essa forma, que por vezes não é a melhor, efetivamente, tanto pode acontecer numa comissão política eventual, como numa comissão permanente.

Aliás, os episódios que o senhor descreveu da Comissão de Assuntos Sociais ocorreram numa comissão permanente, não foi numa comissão eventual, que não existe. O problema não é a criação não de uma comissão, é efetivamente a forma como o debate político pode ser feito. Daí manter a minha interpretação daquelas que foram as suas palavras.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 6/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentarem.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 6/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi reprovado com 30 votos contra e 27 votos a favor. Votaram contra o PSD com 21 votos, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; a favor, 25 do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer o nosso intervalo.

Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 16 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto 13 da nossa Agenda: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Paulo Alberto Bettencourt da Silveira possa prestar depoimento na qualidade de Testemunha.**

O relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foi distribuído pelas Sras. e pelos Srs. Deputados.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O pedido de autorização colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passamos então para o ponto 14 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XII - “Programa de Apoio Extraordinário às Empresas de Comunicação Social Privada”.**

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

O seu agendamento foi solicitado por este grupo parlamentar ao abrigo do nosso artigo 61.º do Regimento.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cabe-me apresentar neste plenário o Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Partido Socialista, para a criação de um programa extraordinário de apoio à comunicação social privada da nossa Região.

É indesmentível a importância que tem a comunicação social em democracia, também no nosso regime autonómico, também numa região como a nossa e, mesmo estando nós a falar de comunicação social privada, é também inegável o serviço público que estas entidades de comunicação social prestam à nossa comunidade.

Isto tem particular relevância também tendo em conta o momento e o contexto que atravessamos. Estando nós a atravessar uma pandemia, estando nós a atravessar este momento de crise sanitária económica e social conhecido e reconhecido por todos, é importante garantir que também este setor não seja esquecido no âmbito dos instrumentos públicos de apoio que temos de garantir para a sua atividade.

Desde logo, a sua atividade primeira de informar, de garantir toda a capacidade de produção, difusão, de informação importante para a nossa vida coletiva, mas também para garantir o seu funcionamento e a garantia de índices de emprego nas suas redações e no seu funcionamento que permitam também fazer chegar mais longe todas as notícias relativamente aos impactos da pandemia, bem como toda a promoção e necessária divulgação e sensibilização sobre aquilo que tem de ser o comportamento de todos relativamente aos cuidados que temos de ter no âmbito da pandemia que infelizmente nos assola.

De facto, apesar desse contexto difícil, a verdade é que a comunicação social privada a par da pública com certeza, tem tido e tiveram ao longo do último ano um papel também ele importante de divulgação, promoção e sensibilização junto dos nossos concidadãos, não só noticiando regularmente aquelas que foram as indicações das autoridades de saúde regionais, mas também promovendo sempre com grande pertinência a importância de garantir um bom comportamento de todos para segurança de todos nós, no âmbito daquela que tem de ser a nossa postura e o nosso comportamento para impedir ou minimizar a disseminação deste vírus que infelizmente afeta todos nós.

É por isso que o Partido Socialista apresentou neste Parlamento um Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa criar um apoio aos órgãos de comunicação social privados da nossa Região, um apoio que será, segundo aquilo que está aqui proposto, no valor de 90% da retribuição mínima mensal garantida aos trabalhadores dos órgãos de comunicação social privados da nossa Região durante o período de janeiro a junho deste ano.

A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que quando entregámos a nossa proposta aquilo que nela constava era que esse apoio deveria ser concedido no âmbito daqueles que são os trabalhadores com categoria profissional nos órgãos de comunicação social privado que têm funções diretas no âmbito da promoção, produção, difusão e edição de notícias, centrando a nossa preocupação em primeira instância na garantia do funcionamento das suas redações.

Mas a verdade é que depois da apreciação deste diploma em sede de comissão parlamentar recebemos um vasto conjunto de pareceres e de pronúncias não só de associações representativas, mas também de empresas e de entidades que têm órgãos de comunicação social privado, referindo a pertinência da iniciativa, manifestando o seu apoio à iniciativa, mas realçando que tendo em conta aquilo que aconteceu ao longo do último ano, tendo em conta o facto de infelizmente também eles e este setor estar assolado por um abrandamento significativo naquela que é a sua principal fonte de receita, ou seja, a capacidade de angariação e de venda de publicidade, praticamente todos os pareceres alertaram para, tendo em conta a sua situação, ser importante e necessário que este apoio não fosse circunscrito aos trabalhadores que têm uma função mais direta no âmbito das suas redações, mas que pudesse ser alargado a todos os seus trabalhadores.

Tendo em conta essa preocupação que nos foi manifestada no âmbito dos pareceres que recebemos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez entrar algumas propostas de alteração ao seu diploma que visam salvaguardar

precisamente essas preocupações que nos chegaram. Essas propostas de alteração já foram distribuídas e que, resumindo, destaca-se a medida de, através deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, alargar o apoio que é aqui definido e proposto a todos os trabalhadores dos órgãos de comunicação social privados da nossa Região.

Desta forma, julgamos dar um contributo importante para não só que continuem a desenvolver o importante trabalho que têm vindo a desenvolver e que já desenvolviam (diga-se em abono da verdade) antes desta pandemia, mas que tenham a capacidade de continuar o seu trabalho e que possam também conseguir resistir da melhor forma a esta situação sanitária, que tem, como toda a gente sabe, um impacto significativo do ponto de vista económico e do ponto de vista social.

Portanto, julgamos que sendo esta proposta aprovada, sem prejuízo daquilo que são os outros programas de apoio à comunicação social, julgamos que será dado um importantíssimo contributo para que este setor possa continuar a funcionar, possa continuar a dar o seu contributo, possa continuar também a ter o papel importante que também tem de criação e de manutenção de postos de trabalho a quem se dedica a esta atividade, tendo em conta não só o contexto que vivemos, mas também tendo em conta o contexto económico e social que infelizmente vivemos devido a esta pandemia.

Portanto, fica sujeito à votação das Sras. e dos Srs. Deputados este Projeto de Decreto Legislativo Regional com a esperança de que todos possam votar favoravelmente e contribuir assim ativamente para que os órgãos de comunicação social privados da nossa Região possam continuar a funcionar e possam, mesmo sendo órgãos de comunicação social privados, prestar o importantíssimo serviço público que têm prestado à nossa Região e ao nosso regime autonómico.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A importância da comunicação social é algo inquestionável em qualquer democracia e no caso dos Açores é esse valor acrescido que tem a comunicação social em qualquer regime que se preze como democrático há a juntar ainda a importância da comunicação social para compensar diversos constrangimentos que naturalmente uma Região ultraperiférica, descontinuada apresenta, não só naquilo que diz respeito ao acesso aos bens de informação e do entretenimento, como designadamente de uma área que, do nosso ponto de vista é ainda mais relevante, é o da veiculação de informações em momentos de catástrofe que, no caso da nossa Região, tantas vezes tem marcado a nossa história.

Portanto, sobre isso nada há a opor ou a contestar. Pelo contrário, é a juntar às palavras do Sr. Deputado Berto Messias nas considerações que faz sobre a importância da comunicação social na nossa Região.

Relativamente às dificuldades que este setor vive aí talvez importa acrescentar mais alguma coisa, de que efetivamente a nossa comunicação social, a imprensa regional, as rádios de âmbito local das nossas ilhas, experimentam hoje dificuldades muito, muito profundas, dificuldades financeiras.

Mas manda a verdade e toda a justiça dizer-se que essas dificuldades não são de agora, não são desde fevereiro de 2021, nem são do período em que fomos fustigados ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... por esta inesperada e tão inquietante pandemia.

As dificuldades da comunicação social dos Açores são de há muito tempo e são de um tempo em que se agravaram por via de um entendimento e de um quadro legislativo que ainda lhes possa facultar meios de ajuda, de algum modo obliterou as expetativas e até mesmo as condições que elas em tempos anteriores chegaram a ter em termos das ajudas públicas, que mais não são do que o reconhecimento daquilo que efetivamente lhes é devido pelo serviço público que as rádios e os jornais das nossas ilhas prestam.

Portanto, isto serve para dizer que naturalmente reconhecemos a importância de ajudas extraordinárias à comunicação social na decorrência de todas as dificuldades que a pandemia agravou.

Sobre esta iniciativa legislativa do Partido Socialista o PSD tem considerações a fazer sobre a utilidade, a generosidade e a oportunidade do diploma.

Todavia, para que essas considerações possam ser mais seguras e com base numa apreciação mais rigorosa, nós gostávamos de perguntar ao Partido Socialista, no fundo, fazer a pergunta que várias vezes o Partido Socialista fez ao longo de (se não foi ao longo de 24) seguramente 20 anos, das últimas duas décadas, dizer-nos qual é o impacto financeiro, que reflexo tem no orçamento da Região a aprovação deste diploma, porque a partir daí nós estaremos em melhores condições de exatamente fazer as considerações que disse sobre a utilidade, a generosidade e a oportunidade deste diploma.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui quase tudo dito sobre a importância da comunicação social privada até na construção da unidade política açoriana, que é uma coisa que nós temos alguma dificuldade às vezes em fazer, construir consolidadamente, e importa aqui referir liberalmente que o financiamento público de entidades de comunicação social privada não é um crime de lesa-pátria para qualquer liberal. Bem pelo contrário. Pode parecer antagónico, mas não o é.

Um quadro de financiamento de comunicação social privada, claro (claro!), definido pelos representantes diretos, pelo povo açoriano, é bem melhor do que lançar os órgãos de comunicação social privados desta Região à mão estendida, à publicidade institucional, à publicidade dos partidos, à publicidade das autarquias, à publicidade das instituições que os usam como forma de manietar as suas opiniões e o seu trabalho.

Portanto, e seguindo um pouco o pensamento norte-americano e anglo-saxónico dessas medidas, que também se pode transportar um dia para esta Casa para as questões do financiamento das campanhas eleitorais para evitar os usos e os abusos de dinheiros privados que depois são pagos em favores públicos, a menos dependência do setor da comunicação social privada de boas vontades através de financiamento claro e inequívoco é sempre melhor.

Menos GaCS, mais jornalismo;

Menos estado, mais iniciativa privada;

Menos maniqueísmo, mais pluralismo;

E menos dependência, obviamente mais liberdade.

Independentemente dos valores que possam aqui estar ou vir a ser refletidos em sede de orçamento da Região para financiar essa iniciativa legislativa, eu diria que ela está cheia de bonomia e que ela vem também resolver algumas das

preocupações que ainda há pouco o líder parlamentar do Partido Socialista estava a ter em relação à comunicação do Governo e é precisamente por isto.

Eu prefiro ter uma comunicação social mais viva, mais bem financiada, mais capaz de acompanhar a atividade política do Governo e da Assembleia, do que ter uma comunicação social que vive única e exclusivamente dos comunicados do Governo, das conferências de imprensa do Governo e do trabalho que faziam e ainda continuam a fazer grande parte dos assessores de imprensa do Governo, dos partidos que o sustentam e também dos partidos da oposição.

Isto para dizer que, independentemente do custo financeiro e económico que pode ter esta iniciativa, ela está cheia de bonomia e, por isso, a Iniciativa Liberal vai associar-se a ela e vai votar favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

Sr. Subsecretário Regional, faça favor.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta iniciativa do Partido Socialista vou reproduzir aquilo que na prática disse na audição da comissão que elaborou o parecer sobre este projeto.

Esta iniciativa do Partido Socialista é uma sequência de uma iniciativa que em boa hora o Partido Socialista o ano passado lançou de apoio aos órgãos de comunicação social na sequência da pandemia.

Esse apoio vigorou durante um certo período e dava efetivamente apoio aos órgãos de comunicação social em 90% do vencimento dos profissionais ligados à comunicação social, embora relativo às áreas da produção, da edição e difusão dos conteúdos informativos.

O Governo Regional, na altura em que fomos convocados para a audição da comissão, anunciou que estava em processo de aprovação uma resolução da mesma forma que o Partido Socialista utilizou o ano passado para continuar

este apoio, que é um apoio sujeito à eventualidade da pandemia, portanto, justificado pela pandemia.

Nós entendemos que o modelo da resolução para aquele caso específico era eficaz. Nessa medida, o Governo Regional aprovou efetivamente uma resolução que está em vigor e que além de conferir os apoios que a resolução anterior do XII Governo tinha aprovado, estendia e estende, porque está em vigor, esses apoios aos operadores de radiodifusão sonora e ainda aos outros trabalhadores dos órgãos de comunicação social que não estavam sujeitos a essa capacidade profissional.

Também foi explicado nessa mesma comissão que o período temporal desta resolução decorria até maio. Decorria até maio porquê?

Porque tratando-se de um apoio ancorado na necessidade que decorre da situação pandémica, teria que ter obviamente um período temporal limitado a essa circunstância, mas também derivado do facto do Governo ter anunciado que está a preparar uma iniciativa legislativa a submeter a esta câmara que irá alterar o quadro de apoio à comunicação social que tinha sido criado pelo programa PROMEDIA e, nesse sentido, esta iniciativa legislativa que o Governo apresentará a esta câmara contemplará de forma mais robusta os apoios à comunicação social que nas novas circunstâncias se justificam. Daí que entendemos que o quadro proposto neste momento é o mais adequado e que essa iniciativa legislativa que o Governo irá propor a esta câmara brevemente faz com que esta iniciativa do Partido Socialista, neste momento, seja extemporânea.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Subsecretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Regressamos às 19 horas e 10 minutos.

Eram 18 horas e 41 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 15 minutos.

A Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas e de forma breve salientar, em primeiro lugar, a importância que tem a comunicação social na Região, sejam os órgãos de comunicação social públicos, sejam os órgãos de comunicação social privados, sendo que neste caso a iniciativa dirige-se obviamente à comunicação social privada, mas não podíamos deixar de salientar do ponto de vista geral aquela que é a importância fundamental para a informação das populações, para o escrutínio também na vida pública, para em situações também de crise e de catástrofe, como muitas vezes acontece, a comunicação social é um meio essencial de informação às pessoas e nesta pandemia tem sido, como é óbvio, fundamental o seu papel e o seu contributo para a informação das populações e reconhecemos, como é óbvio, o decréscimo da atividade económica e, como tal, também o decréscimo da publicidade nos órgãos de publicidade nos órgãos de comunicação social têm na sua atividade, na sua capacidade de levar às pessoas as notícias que são efetivamente necessárias.

É óbvio que reconhecemos também que a comunicação social na Região tem uma capacidade limitada de atuação. Tem poucos recursos, tem poucos meios, não consegue muitas vezes (e apesar disso há efetivamente alguns casos, alguns bons exemplos que importa salientar) fazer um trabalho de investigação. O problema não é só nos Açores, infelizmente, mas aqui sente-se particularmente, dada a reduzida dimensão da Região, da nossa população, da nossa atividade económica, mas nota-se que efetivamente faz falta uma comunicação social mais forte, com mais capacidade de investigar, com mais capacidade de aprofundar as matérias.

É óbvio que nesta situação de decréscimo das suas receitas é necessário, como tem sido feito, reforçar os apoios à comunicação social para que consigam também esses órgãos de comunicação social passar pela tempestade e sobreviver e manter intata a sua capacidade de informar.

O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta iniciativa que, como já foi dito, procura criar um apoio que efetivamente já vigorou e que será, em nosso entender, importante para a atividade dos órgãos de comunicação social.

Consideramos que (e talvez adiantando um pouco o debate na especialidade) a clarificação que é feita pelo Partido Socialista na proposta de alteração relativamente aos órgãos de comunicação social a quem se destina, ou seja, clarificando que a proposta aplica-se não só a empresas, mas também a outro tipo de entidades que detém os órgãos de comunicação social, é importante, apesar de efetivamente poder ser entendido que já era assim, mas essa clarificação parece-nos que é importante para que não restem dúvidas sobre isso.

Em suma, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a iniciativa, concordando obviamente em traços gerais com os seus pressupostos e com o mecanismo que procura implementar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, antes de fazer as considerações que em nome da bancada do PSD prometi fazer numa posterior intervenção, tenho de registar o silêncio do Partido Socialista sobre a pergunta que lhe foi feita e que naturalmente permitiria uma maior justeza e um maior rigor nas considerações que temos a fazer sobre este diploma.

É estranho, sobretudo pela circunstância de durante mais de 20 anos o Partido Socialista sempre ter exigido esses dados, essa informação aos partidos da oposição cada vez que algum se atrevia (e a expressão é propositada) a fazer uma proposta legislativa neste Parlamento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Qual o impacto financeiro? Muito bem!

O Orador: Mas o silêncio também querará dizer neste caso que o Partido Socialista faz uma proposta sem ter a exata noção do real valor financeiro que importa a aprovação desta medida.

Vamos então às considerações sobre a utilidade, a generosidade e a oportunidade desta iniciativa legislativa.

Sobre a utilidade não haverá muito a dizer considerando que se trata de dar continuidade a uma iniciativa legislativa que o Governo Regional anterior já teve exatamente com o mesmo fim, isto é, facultar com carácter extraordinário ajudas à comunicação social.

Mas há aqui uma diferença que começa também a ser padrão no comportamento do Partido Socialista, é porque esta matéria foi decidida pelo anterior Governo Regional da responsabilidade do PS sob a forma de resolução

e nada obstou que assim tivesse sido, nem em termos formais, nem em termos políticos de quem quer que fosse da oposição, isto é, nós concordámos com a medida, subscrevemos, apoiámos a medida.

Hoje o Partido Socialista, chegado à oposição, já entende que essa metodologia de instituir uma ajuda não é suficiente, porque se entendesse dessa mesma maneira naturalmente reconhecia que estando em execução, estando em vigor uma resolução do Conselho de Governo para este mesmo fim, isso seria o suficiente para acomodar os fins que este Projeto de Decreto Legislativo procura atingir com a sua execução.

É também bom dizer-se que a proposta inicial do Partido Socialista evoluiu muito. Poderá ter evoluído, como disse o Sr. Deputado Berto Messias, pelos pareceres que chegaram, mas permitam-me dizer que estranhamente os pareceres chegaram há muitos dias e a proposta do Partido Socialista chegou às 16 horas e 22 desta tarde.

Sem querer estabelecer uma relação de causalidade, mas em política como Vs. Exas. sabem, o que parece às vezes também é, julgo que terá havido aqui uma motivação ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que parece não é!

O Orador: ... (vou dizer só assim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro) suscitada pela resolução do Conselho do Governo e explico porquê. Porque efetivamente a proposta inicial do Partido Socialista remetia-se apenas a abranger aqueles trabalhadores que já então quando tinha responsabilidades governativas abrangeu com a medida da resolução então publicada.

Portanto, julgo que a abrangência de outras categorias de colaboradores das empresas de comunicação social não resulta dos parceiros, até porque poucos se referiram a isso, é sim, suscitado pela resolução do Conselho do Governo que efetivamente teve uma visão mais abrangente do que aquela que teve o Governo Regional do Partido Socialista.

Quanto à generosidade, a generosidade também vem de um registo, do padrão que o Partido Socialista está a adotar agora que chegou à oposição, porque quando o Partido Socialista era Governo e todos nós estivemos confinados durante dois meses, quando houve efetivamente uma paralisação total da economia na decorrência desse confinamento, o Governo Regional do Partido Socialista aprovou uma resolução que tinha por fim ajudar extraordinariamente a comunicação social por dois meses, depois prorrogou essas ajudas por mais um mês. Portanto, na prática foram ajudas que vigoraram durante três meses.

Chegado à oposição, quando o confinamento hoje praticamente não existe (não estou com isso a dizer que não há dificuldades em todos os setores da nossa economia e, portanto, por arrastamento também da comunicação social, como já tive oportunidade de dizer, que sempre viveram dificuldades, há muitos anos que estão a viver em dificuldades, dificuldades essas que se agravaram agora), o Partido Socialista o que é que faz agora neste Projeto de Decreto Legislativo?

Não dá os dois meses da resolução inicial, não dá os três meses que efetivamente o Governo Regional concedeu, não dá quatro, não dá cinco, dá seis. Não é por essa generosidade tão grande que nós deixaremos de acompanhar e de reconhecer a utilidade da medida, agora há uma coisa que me vai convencendo, que é esta: quantos mais votos o Partido Socialista perde, mais generoso fica. Se isso resultar, como vai resultar agora, em benefício das empresas e dos açorianos, eu acho que o Partido Socialista deve prosseguir neste caminho, isto é, continuar a ser generoso e a perder mais votos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto a essa generosidade também ela está bem explícita na abrangência que o diploma faz, isto é, antes eram apenas os trabalhadores ligados diretamente à produção, edição e difusão de notícias; agora, são todos e estes todos aqui (repito) foram integrados, suscitados pelas disposições da resolução do Conselho do Governo, traz uma questão que me parece importante

relevar, porque ela implica com um princípio de justiça e de equidade, que é este: ao abranger com uma comparticipação de 90% tendo por referência o salário mínimo regional todos os demais trabalhadores, eu creio que isto poderá criar algumas situações de injustiça e, portanto, de falta de equidade. Vou explicar porquê. Porque há um conjunto de colaboradores da imprensa e da rádio que o são do ponto de vista formal, com contratos celebrados, tudo certinho no papel, mas que o fazem a tempo parcial, por exemplo, alguns locutores de rádios, alguns distribuidores de jornais e por se tratar de contratos para desempenho de tarefas a tempo parcial, esses trabalhadores estão muito longe de auferirem sequer o salário mínimo regional, o que significa que ao atribuir-se os 90% do valor de referência do salário mínimo regional a todos os trabalhadores da comunicação social, em tese (e creio que não só em tese, mas de facto), vão ser atribuídas comparticipações que vão para além do valor que eles efetivamente auferem na comunicação social e eu acho que isso cria um problema de injustiça e de equidade, porque será até uma forma indireta que não me parece que corresponda exatamente ao espírito do legislador, do proponente, que é de atribuir dinheiro às empresas da comunicação social para além daquilo que efetivamente são as responsabilidades financeiras que elas têm. Acho eu.

Por outro lado, quanto à oportunidade. Em qualquer momento, “tarde é o que nunca chega” diz o nosso povo e, portanto, a oportunidade da iniciativa legislativa do PS também não há nada a dizer, a não ser, porque nestas coisas é como todas as moedas, têm um verso e um reverso, e aqui há também um que é este: do nosso ponto de vista aquilo que está estabelecido na resolução do Governo Regional está bem, está ponderado, está devidamente abrangente, a única diferença para este decreto legislativo é no montante atribuído às outras categorias profissionais, que de facto o Partido Socialista só acordou para elas ontem, que foi o dia em que foi publicada a resolução do Conselho de Governo.

Mas dizia, a resolução do Conselho de Governo está em vigor, o que permite amanhã o Governo Regional, porventura, em tese, até hoje já o podia ter feito, pagar efetivamente os valores que estão em causa, considerando que o Governo Regional definiu como temporalidade para a execução desta resolução os meses de janeiro a maio, cinco meses. O Partido Socialista é mais generoso, vai de janeiro a junho.

Mas se quisermos efetivamente considerar aquilo que é a urgência da medida, a necessidade que a comunicação social tem de receber efetivamente estas ajudas, pois aí, a iniciativa do Partido Socialista fica muito aquém daquilo que já está estabelecido na resolução do Conselho de Governo pela seguinte circunstância, que é: este diploma que nós vamos aprovar hoje, que o Parlamento vai aprovar, tem execução apenas com o orçamento da Região, isso, na melhor das hipóteses, na segunda quinzena de maio, o que significa que só a partir dessa altura a comunicação social afinal vai receber o dinheiro que é urgente e que hoje está muito necessitada.

Ora, se nós deixássemos ao cuidado do Governo, através da resolução, como fez o Governo Regional do Partido Socialista, era possível a comunicação social ver satisfeita uma parte ou a totalidade destas medidas que aqui estão previstas através da resolução. Não é, todavia, por isso que deixaremos de estar ao lado desta iniciativa com a seguinte ressalva: primeiro, de entendermos que a comunicação social necessitando de dinheiro podia receber imediatamente e só vai fazê-lo mais tarde; em segundo lugar, porque não ficam esclarecidos como é que se resolvem os assuntos relacionados com a justiça e a equidade que eu referi pela circunstância de todos os colaboradores, com contrato firmado, das empresas poderem receber 90% e em alguns casos isso ser mais do que efetivamente eles auferem.

Muito obrigado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa neste momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Faça a continha! Esteve sentado aqui! Vamos lá!

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, sempre muito ativo nos seus apartes neste plenário, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor era muito sossegadinho quando estava naquele lugar!

O Orador: ... Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de usar da palavra, em primeiro lugar, para saudar aquilo que me parece ser evidente, ou seja, depois da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado parece-nos que este diploma e esta iniciativa do Partido Socialista será aprovada. Isso é naturalmente motivo de satisfação para este grupo parlamentar, mas deve ser sobretudo motivo de satisfação para os órgãos de comunicação social privados da nossa Região que vêm assim um instrumento importante de apoio financeiro para que possam continuar a desenvolver a sua atividade.

Portanto, tendo em conta as afirmações do Sr. Deputado Joaquim Machado que afirma de forma perentória que o PSD estará ao lado desta iniciativa, julgo que fica claro que o PSD votará favoravelmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional e o Sr. Deputado Joaquim Machado fez aqui um conjunto de considerações e eu acho que é importante esclarecer algumas delas.

Desde logo, aquela que é a sua visão, e isso já foi evidenciado ao longo deste plenário por outros partidos, sobre aquilo que é o papel e a competência de um grupo parlamentar e a capacidade que esse grupo parlamentar tem de apresentar aqui as suas iniciativas e aquilo que são as competências e a capacidade de apresentação de propostas e de deliberações de um Conselho de Governo.

Não vou (e os senhores agradecerão isso, certamente) estar aqui com grandes divagações teóricas e filosóficas sobre aquilo que é a competência de um Governo Regional e aquilo que é competência de um Parlamento, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficamos-lhe eternamente gratos!

O Orador: ... mas obviamente que um grupo parlamentar, no âmbito da sua competência neste Parlamento, tem como forma primeira de garantir a eficácia legislativa nas medidas que pretende com os projetos de decreto legislativo regional e o Governo, como sabem, tem ao seu dispor as suas resoluções de Conselho de Governo tendo também, como sabem, as competências de decretos regulamentares regionais e também de propostas de decretos legislativos regionais.

Portanto, todo esse debate e todo esse anátema que,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tanta coisa só para dizer isso!

O Orador: ... quer o Sr. Deputado Joaquim Machado, quer também outros deputados aqui, neste Parlamento, já o fizeram neste plenário e certamente vão continuar a fazer, na nossa perspetiva não tem razão de ser.

Obviamente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta agora projetos de decreto legislativo regional, porque não está no Governo, portanto, não tem ao seu dispor o instrumento de apresentar resoluções do Conselho de Governo e legitimamente, quer o PS, quer qualquer um dos grupos parlamentares aqui presentes pode obviamente fazê-lo.

Relativamente às suas referências quanto à razão de causalidade sobre aquilo que motivou o nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional e as alterações

que lhe são agora introduzidas. O Sr. Deputado Joaquim Machado é um homem atento, sobretudo nestas matérias, e, portanto, a sua reflexão sobre essa matéria não está na minha perspetiva correta, porque eu também poderia fazer aqui a reflexão de dizer que o Governo fez esta resolução de apoio extraordinário à comunicação social depois de 28 janeiro o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter anunciado que iria apresentar um projeto de decreto legislativo para criar um programa de apoio extraordinário à comunicação social privada na nossa Região.

Curioso será também registar que depois da nossa apresentação o Sr. Subsecretário esteve na comissão 15 dias depois a dizer que iriam apresentar um programa de apoio, a 16 de fevereiro o Sr. Presidente do Governo recebeu duas empresas da área a dizer que ia apresentar esse programa de apoio e curiosamente, depois do agendamento potestativo deste diploma, a pedido do Presidente do Grupo Parlamentar para que fosse agendado, no dia a seguir é publicado em *Jornal Oficial* a resolução dos apoios às empresas de comunicação social.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, sobre reflexões, sobre razão de casualidade, julgo que cada um ficará com as suas e serão obviamente qualquer uma delas sujeitas a escrutínio e a interpretações.

Dizer-lhe também o seguinte, Sr. Deputado Joaquim Machado, e olhando para a resolução do Conselho do Governo, essa, sim, é que na nossa perspetiva corre o risco de criar grandes injustiças dentro das empresas de comunicação social e das entidades que se dedicam a esta matéria, porque quando se defende e se define que para os trabalhadores que têm funções no âmbito das redações, com contrato de trabalho há mais de três meses, se garante um apoio de 90% do salário mínimo regional e para os outros, todos os outros, se garante só 40%, isso, sim, nos parece, Sr. Deputado Joaquim Machado, que pode ser uma grande injustiça.

Aliás, sobre isso, no âmbito do diálogo institucional que este Parlamento e a CAPAT desenvolveram no âmbito desta iniciativa chegaram um conjunto de pareceres que são públicos e todos os colegas os podem verificar, várias empresas, várias entidades ouvidas, referiram a importância de, tendo em conta o contexto hoje, um ano depois daquilo que se passou, em abril, maio, do ano passado, ser claramente diferente, tendo em conta que a medida há um ano era numa perspetiva de ser importante para os seguintes três meses e hoje, infelizmente, já passou um ano e continuamos como todos sabem com uma situação muito complicada do ponto de vista económico e social, estas entidades que foram ouvidas e que mandaram pareceres solicitam que estes apoios não sejam circunscritos aos profissionais que desenvolvem trabalho no âmbito da produção, edição e difusão de notícias, mas possam ser alargados a todos os outros trabalhadores e é por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acolhendo estas referências, faz esta proposta de alteração que é já conhecida de todos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, julgamos que este, tal como referi na minha primeira intervenção, é um importante contributo para a importância que tem a comunicação social privada na nossa Região, por tudo aquilo que representou, por tudo aquilo que representa e por tudo aquilo que naturalmente continuará a representar no futuro e não deixa de ser curioso também, Sras. e Srs. Deputados, e para terminar, que o Sr. Deputado Joaquim Machado tenha passado algum do seu tempo a criticar aquilo que era a arquitetura legislativa de apoio à comunicação social privada na nossa Região, em concreto relativamente àquilo que está definido no PROMEDIA, e a sua primeira iniciativa enquanto deputado nesta nova legislatura tenha sido precisamente apresentar uma proposta para que o PROMEDIA fosse prolongado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Percebo a dificuldade do Sr. Deputado Berto Messias que aqui tantas vezes, em nome do Governo do Partido Socialista, exigiu a informação que a oposição lhe dissesse quanto é que custavam determinadas iniciativas que nós tínhamos, hoje continua a não dizer quanto é que esta vai custar.

Mas não é por esta custar mais um euro ou menos um euro que ela deixa de ter mais ou menor bondade.

O que fica é o registo de que algumas coisas muitas vezes se assemelham ao boomerang. Podem demorar mais ou menos tempo a regressar à origem, mas há um dia em que elas regressam à origem, onde todos nós um dia vamos regressar, ao pó da terra.

Dito isto, queria dizer, Sr. Deputado Berto Messias, que a minha primeira iniciativa na área da comunicação social foi prorrogar o PROMEDIA. Não vejo qual é o problema que há aí. Se o PROMEDIA sempre foi bom no vosso entendimento, não é agora por vigorar durante mais alguns meses que ele deixará de ser bom.

Agora, o senhor com a experiência política que tem, de uma vida feita da política, naturalmente sabe, melhor do que eu, que efetivamente um Governo que entra em funções não tem tempo para fazer um diploma novo com a complexidade e a abrangência que naturalmente estas matérias convocam, num espaço de 70 dias, que foi quanto mediou entre a entrada em funções deste Governo Regional e a proposta que o Grupo Parlamentar do PSD fez para acautelar o seguinte: é que na falta da legislação, na falta da prorrogação do

PROMEDIA, a comunicação social, às dificuldades todas que nós lhe reconhecemos, ainda teria mais esta, que é deixar de poder beneficiar dos apoios que estão previstos no PROMEDIA.

Portanto, acho notável que fique incomodado ...

Deputado Berto Messias (PS): Não fico! Nós votámos a favor!

Deputado Miguel Costa (PS): Não fica! Está é a elogiar!

O Orador: ... com a primeira iniciativa que eu, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tive em matéria de comunicação social ter sido a prorrogação do PROMEDIA.

Quanto àquilo que o senhor chama uma anátema da resolução versus decreto legislativo ...

Oh, Sr. Deputado, não é uma anátema, nem eu tenho nenhum problema. É evidente que hoje ao PS só sobra a possibilidade de fazer decretos legislativos ou projetos de resolução.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe como o senhor percebeu!

O Orador: O que eu noto (e aí é que está a diferença) é que o Governo Regional do PS teve a oportunidade de fazer estas e outras medidas por decreto legislativo e fê-lo sempre por resolução. Aí é que está a diferença toda. Aí é que está a diferença toda!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e PPM)

Quanto ao facto do Partido Socialista agora ser muito sensível aos contributos da oposição, porventura, da sociedade civil. Oh, Sr. Deputado, seja bem-vindo! Seja bem-vindo a este lado. É pena que não tenha tido esta sensibilidade e esse acolhimento enquanto teve o poder absoluto durante 20 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Para finalizar, dizer que é legítimo a relação de causalidade que o senhor procurou aqui fazer, mas mais uma vez tenho que estranhar que com a experiência política que tem o Sr. Deputado Berto Messias, nomeadamente de membro do Governo Regional, responsável pelos assuntos parlamentares, presumo também pela coordenação do processo legislativo, que das duas, uma: ou não tenha aprendido durante esse tempo, ou então, coisa que me parece mais grave, tenha aqui tentado mentir ao Parlamento ao dizer uma coisa que não corresponde à verdade.

Quando o senhor diz que o Partido Social Democrata e o Governo Regional, melhor dizendo, que o Governo Regional (vou terminar, Sr. Presidente) só publicou a resolução depois de ver o agendamento potestativo desta iniciativa do Partido Socialista isso não corresponde à verdade e o senhor devia saber isso, em rigor o senhor sabe, porque a resolução do Conselho de Governo é do dia 20 e o dia 20, tanto quanto eu sei ... Uma coisa é a data da publicação em *Jornal Oficial*, isso foi no dia 23, mas a resolução é do Conselho de Governo do dia 20 e no dia 20 o senhor não tinha feito o agendamento potestativo.

Deputada Andreia Cardoso (PSD): Ah, isso é que tinha!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, há uns truquezinhos que vão deixar de valer, porque em política não vale tudo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É uma intervenção muito breve e eu não poderia deixar de a fazer depois da referência do Sr. Deputado Joaquim Machado dizendo que eu teria tentado mentir ao Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ele disse, em alternativa!

O Orador: Naturalmente que nunca o fiz, nem o fiz agora. Limitei-me a seguir a linha de raciocínio do Sr. Deputado Joaquim Machado, posso mesmo dizer que me inspirei (vejam só! Inspirei-me, vejam só!) na linha argumentativa do Sr. Deputado Joaquim Machado para fazer também uma razão de causalidade relativamente àquilo que nos trouxe a este debate e relativamente também àquilo que foi o surgimento da resolução do Conselho de Governo, do atual Governo Regional, vários dias depois do anúncio da proposta que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista anunciou.

Mas também não posso deixar de lhe dizer, Sr. Deputado Joaquim Machado, permita-me que lhe diga, eu mesmo que quisesse saber aquilo que foi deliberado no Conselho de Governo de dia 20 não conseguiria, porque agora acabaram-se as conferências de imprensa que divulgam aquilo que foi deliberado no Conselho de Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A propaganda é que acabou!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que em relação a esta matéria já esclareou aqui o consenso possível neste diploma.

A verdade é que foram apontadas falhas ao Partido Socialista, ou pelo menos foram problematizados alguns problemas que esta iniciativa pode ter.

De qualquer das formas o que é importante é que ela gerou um consenso alargado e da nossa parte merecerá também obviamente o voto favorável.

Se se verificarem as questões que aqui foram levantadas e problematizadas, se isso se concretizar, obviamente vamos ter a oportunidade de ter outras intervenções sobre esta matéria, mas para já nós, equacionando os pós e os contras, consideramos que a proposta é apesar de tudo positiva e por isso é que a vamos votar favoravelmente.

Eu vejo que o voto favorável da coligação não entusiasma V. Exa.. Estão como se estivessem num velório. Vs. Exas. estão como se estivessem num velório! É impressionante!

Eu não vos consigo compreender. Ficam contentes quando nós não aprovamos as vossas propostas, entusiasmados e cheios de genica; quando nós aprovamos as vossas propostas ficam mortiços e ficam pouco entusiasmados em relação ao debate parlamentar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Diga lá quem aprovou a proposta!

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro até já fez a mochila para o final dos trabalhos parlamentares.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É verdade!

O Orador: O que devo dizer é que da nossa parte o que problematizámos, as questões que levantámos, vamos ver como é que evolui esta questão e da parte do PPM se existirem problemas na aplicação e se o programa não se demonstrar exequível, pois, nós da nossa parte, vamos fazer a intervenção que se exigir. Portanto, é isso que nós vamos fazer.

Em relação ao PROMEDIA, à decisão que foi tomada. Essa decisão é a decisão de quem não está aqui a fazer a política de terra queimada que é o que a coligação não está a fazer. Nós não estamos para destruir as coisas e para

inviabilizar que de facto as pessoas e as empresas tenham respostas o mais depressa possível.

Portanto, também para V. Exa., V. Exa. esperaria que nós colocássemos as empresas em dificuldades e que destruíssemos os mecanismos que estão criados e que podem começar a funcionar já, estaria à espera que nós fizéssemos isso só porque era do Partido Socialista.

Não! O que é bom do Partido Socialista e do Governo anterior vai continuar e aquilo que é imprescindível para atacar o problema de imediato também vai continuar. Portanto, da nossa parte sempre uma perspetiva construtiva.

Não fiquem tristes por votarmos a favor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou delirante! Inebriado! Com tão inusitada intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

É normal a bancada parlamentar do Partido Socialista estar, não diria triste, mas com aquele ar atónito. Acho que é um ar atónito! Sim! Sendo eu um amante dos desportos, assistimos aqui hoje a uma espécie de flic-flac à retaguarda encarpado.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Imaginem os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo que nós estamos perante uma iniciativa legislativa que não vale nada, mas que vai ser aprovada por unanimidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é a primeira!

O Orador: Mas esta não vale nada e é isso que me parece uma espécie de flic-flac à retaguarda encarpado. Encarpado para dar assim um ar mais ... É que o encarpado é diferente do flic-flac à retaguarda. O flic-flac à retaguarda encarpado obriga a um golpe de espinha.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Caso ela exista!

O Orador: Um liberal é sempre liberal.

Caso é quando ela não existe, Sr. Deputado, estamos perante uma coisa que nem chega a ser nem flic-flac à retaguarda, nem encarpado. É muito pior do que isso, por isso espero que nesta Casa também não cheguemos a esse ponto de não haver uma espinha.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para registar que de facto estamos perante uma questão inusitada que nos deixa a todos atónitos. A mim deixou-me delirante. Peço desculpa pela franqueza, mas deixou-me delirante assistir a um esgrimir de argumentos de tão falta de qualidade de uma iniciativa legislativa que depois vai ser aprovada por unanimidade, talvez com alguns receios de quem esteja ali em cima, naquelas cabines, e que esteja a perceber quem é que está do lado deles e quem é que está contra eles.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu é que estou a questionar-me o que é V. Exa. faz neste filme.

E a mão invisível do mercado?

E o estado, esse monstro, que é preciso destruir?

Deputado Nuno Barata (IL): Foi explicado!

O Orador: Como é que V. Exa. explica esse seu espírito liberal tão acentuado e depois está aqui a votar entusiasticamente apoios dos dinheiros dos contribuintes e da Região e o senhor ainda diz “eu sou liberal”?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e PPM e do Governo)

Oh, Sr. Deputado, é que o Partido Socialista já sabemos qual é a visão, já sabemos qual é a visão do Bloco de Esquerda. Para o Bloco de Esquerda esta proposta só não é boa porque os órgãos de comunicação social não passam a ser do estado.

Agora, para V. Exa., V. Exa. é que se pôs em boas companhias e os liberais que estão a acompanhar este debate parlamentar devem estar a perguntar-se “onde está o deputado liberal?”

Eu aponto: “Está aqui, está escondido atrás da mão invisível do mercado.”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e PPM e do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós para já estamos numa situação de emergência, aliás, estamos em estado de exceção, como V. Exa. bem sabe. Estamos em estado de emergência e é este um dos fundamentos desta iniciativa legislativa.

Se V. Exa. esteve atento à minha primeira intervenção, na qual fundamentei o meu voto, eu fiz uma explicação bem clara de como é que eu entendo que devem ser financiadas as empresas de comunicação social.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É tudo ao contrário!

O Orador: Não, não senhor! O senhor é que ainda não percebeu.

O senhor é que ainda não percebeu que se neste caso não houver financiamento através de meios claros, de legislação clara, para os órgãos de comunicação social, ficam todos dependentes daquilo que quiser o membro do Governo que lhes comprar a publicidade e é isto que eu não quero.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É dependência dos órgãos de comunicação social e a boa vontade do seu Governo, dos seus presidentes de câmara, dos seus diretores regionais, dos seus diretores de serviço e de quem lhe vai comprar para lhes sustentar a sua existência.

O senhor sabe muito bem que é assim e os senhores noutra tempo queixaram-se, como eu também me queixem.

Portanto, nada como ter bem clarinho (e eu não vou voltar aqui atrás, porque se eu voltar a 1996 eu vou explicar como eram feitas outras coisas, porque eu já cá estava, Sr. Deputado, eu já cá estava e o senhor ainda cheirava a coelhos) ...

(Risos do Vice-Presidente do Governo)

O Sr. Vice-Presidente do Governo não se aguenta!

Portanto, que fique claro. Aliás, isso não tem nada a ver com liberalismo ou com socialismo. Eu continuo a ser liberal como sempre fui e antissocialista como sempre fui. A questão é precisamente esta: é clarificar os apoios que se dão às empresas, sejam elas quais forem, mas muito mais é necessário clarificar os apoios à comunicação social para não a tornar dependente das boas vontades e dos bons bofes ou dos maus bofes dos membros do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho apreço pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que eu acho que esteve muito bem em grande parte dos diplomas. É verdade! É verdade!

Aquela briga televisiva ainda não nos tínhamos entendido!

Mas devo dizer que estou a divertir-me com esta debate.

Deputado Nuno Barata (IL): Também eu! Nem faz ideia!

O Orador: Então explique-me uma coisa. O Sr. Deputado Nuno Barata diz: “Já percebeu que estamos numa situação de estado emergência?”

Estamos de facto, mas é que o senhor vota contra o estado de emergência. Nós estamos no estado de emergência graças à Iniciativa Liberal; estamos graças ao Partido Socialista, ao PPM, ao PSD, mas se fosse pela Iniciativa Liberal não estávamos em estado de emergência.

Portanto, eu não vejo como é que V. Exa. utiliza esse argumento.

Diz-me V. Exa.: “V. Exa. ainda não percebeu que estamos em estado de emergência?”

Deputado Nuno Barata (IL): Eu percebi!

O Orador: Eu percebo que estamos a enfrentar uma emergência. Quem não percebeu que estamos a enfrentar uma emergência é V. Exa. e o vosso partido. Eu tenho essa perceção.

V. Exa. dir-me-á: “Então como é que queria enfrentar a situação atual se não tivesse os mecanismos do estado emergência?”

E diz-me V. Exa. que é isso que explica o seu posicionamento político neste momento. Em situação normal V. Exa. não estaria a favor desta medida, só está porque estamos no estado de emergência, estado de emergência que V. Exa. não reconhece e o seu partido também não reconhece.

Portanto, há aqui uma incongruência.

Depois, devo dizer, Sr. Deputado Nuno Barata, ou eu estudei muito mal o liberalismo do século XVIII, ou estudei muito o liberalismo e a evolução histórica do conceito do liberalismo, ou então aquela velha regra que é 1+1 são 2, ou seja, V. Exa. disse “estou a favor dos subsídios por causa da publicidade” diz V. Exa.. Mas V. Exa. vai ter a publicidade e os subsídios, vai ser as duas coisas, ou seja, o que lhe dizem os liberais, os pais do liberalismo?

É que com subsídios, neste caso com publicidade, o que é que V. Exa. tem?

Menos liberalismo. É por isso que eu contesto a posição de V. Exa. e é por isso que V. Exa. está aqui perdido ideologicamente, porque V. Exa. está o mais próximo possível do Bloco de Esquerda e do estatismo.

V. Exa. aqui, em relação ao posicionamento que está a adotar, não tem nada de liberal.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem que percebi que o seu sorriso há bocadinho era amarelo!

O Orador: Muito pelo contrário. V. Exa. o que está a defender é precisamente o contrário daquilo que significa o liberalismo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e PPM e do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora.

A Mesa tem duas inscrições. Portanto, vamos continuar o debate amanhã.

Sr. Deputado Pedro Pinto também se quer inscrever.

Se há disponibilidade da câmara para isso?

Então, estão encerrados os nossos trabalhos.

Continuamos amanhã, às 10 horas com a Agenda.

Até amanhã. Boa noite.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, os tempos restantes para este debate.

Presidente: O Sr. Secretário já vai anunciar os tempos sobranes para o debate.

O PSD já esgotou o seu tempo pelo menos.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 5 minutos e 8 segundos; o PSD esgotou o seu tempo; o CDS-PP, 14 minutos; o Chega, 12 minutos; o PPM, 6 minutos e 58 segundos; Iniciativa Liberal, 1 minutos e 8 segundos; PAN, 10 minutos; o Bloco dispõe de 8 minutos e 17 segundos.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Peço desculpa, ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro e a quem está efetivamente a tentar ouvir, porque os senhores perguntam o tempo e depois ... É o que se vê.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 5 minutos e 8 segundos; o PSD esgotou o seu tempo; o CDS-PP dispõe de 14 minutos; o Chega, 12 minutos; o

PPM, 6 minutos e 58 segundos; o Bloco de Esquerda, 8 minutos e 17 segundos; o PAN, 10 minutos; o Iniciativa Liberal, 1 minutos e 8 segundos; o Governo dispõe de 17 minutos e 46 segundos.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, peço que repita, por favor, o tempo do Bloco de Esquerda. Percebi 2 minutos ...

Secretário: 8 minutos e 17 segundos.

Deputado António Lima (BE): Obrigado. Peço desculpa.

Presidente: Obrigado.

Boa noite.

Eram 20 horas e 01 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora, Ana Machado